

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MÚSICA

LAGES
2020

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MÚSICA

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).

LAGES
2020

SUMÁRIO

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.1 NOME DA MANTENEDORA.....	6
1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA.....	6
1.3 NOME DA MANTIDA.....	6
1.4 BASE LEGAL DA IES.....	6
1.5 PERFIL E MISSÃO DA IES.....	7
1.5.1 Perfil.....	7
1.5.2 Missão.....	7
1.5.3 Visão.....	7
1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES.....	8
1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES.....	10
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	18
2.1 NOME DO CURSO.....	18
2.1.1 Grau.....	18
2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO.....	18
2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO.....	19
2.4 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS.....	19
2.5 PERIODICIDADE.....	19
2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO.....	19
2.7 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	19
2.8 MODALIDADE DE OFERTA.....	19
2.9 FORMAS DE ACESSO.....	19
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO.....	20
3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	20
3.1.1 Justificativa para criação do Curso.....	27
3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	27
3.2.1 Projetos Desenvolvidos no Curso de Música.....	31
3.3 OBJETIVOS DO CURSO.....	35
3.3.1 Objetivo Geral.....	35
3.3.2 Objetivos Específicos.....	35
3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	35
3.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL.....	36
.....	36
3.5.1 Atuação na Educação Básica.....	36
3.5.2 Atuação em outros espaços profissionais.....	41
3.6 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	42
3.6.1 Estrutura Curricular.....	43
uuuuuu 45	
Resumo Explicativo.....	45
3.6.2 Ementário e Referências.....	45
.....	45
3.7 CONTEÚDOS CURRICULARES.....	69
3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares.....	71
3.7.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	72
3.7.3 Requisitos Legais.....	73

3.7.3.1 Educação Ambiental.....	73
3.7.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.....	76
7.3.3 Direitos Humanos.....	77
3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	77
3.8 METODOLOGIA.....	78
3.9 ESTÁGIO CURRICULAR.....	80
3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório.....	80
3.9.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Educação Básica.....	82
3.9.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática.....	82
3.9.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório.....	85
3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	87
3.11 TRABALHO DE CURSO (TC).....	88
3.12 APOIO AOS DISCENTES.....	89
3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico.....	90
3.12.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação.....	92
3.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	92
3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC.....	95
3.15 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	96
3.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	97
3.17 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	99
3.18 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	100
3.19 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	101
3.20 MATERIAL DIDÁTICO.....	101
3.21 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD).....	103
3.22 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA).....	105
3.23 ENCONTROS PRESENCIAIS.....	106
3.24 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	107
3.25 NÚMERO DE VAGAS.....	109
3.26 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	110
3.26.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).....	110
3.26.2 Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade.....	111
3.27 ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO PARA LICENCIATURAS.....	112
3.27.1 Prática como Componente Curricular.....	113
4 CORPO DOCENTE.....	115
4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE.....	115
4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	115
4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	116
4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO.....	117
4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	117
4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	118
4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	118

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	119
4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	119
4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	120
4.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	120
4.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	121
4.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	121
4.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	122
4.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA.....	123
4.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	123
5 INFRAESTRUTURA.....	127
5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	127
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	127
5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	127
5.4 SALAS DE AULA.....	128
5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.....	128
5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	130
5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	132
5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	134
5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA.....	134
5.10 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	135
.....	136
6 REQUISITOS LEGAIS.....	137
7 REFERÊNCIAS.....	139

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense

CNPJ: 84.953.579/0001-05

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

A Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense (Fundação UNIPLAC), CNPJ n. 84.953.579/000-05, mantenedora da Universidade do Planalto Catarinense foi criada pela Lei n. 078, de 23/12/1969 e consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 092, de 01/04/1998, registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC. É entidade educacional, com abrangência nacional, com prioridade regional, de caráter comunitário e sem fins lucrativos, pública de direito privado, com prazo de duração indeterminado.

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário - Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

1.3 NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

1.4 BASE LEGAL DA IES

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 – Bairro: Universitário

Município: Lages, SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1022

email: gabinetedoreitor@uniplaclages.edu.br

homepage: <http://www.uniplaclages.edu.br>

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

1.5 PERFIL E MISSÃO DA IES

1.5.1 Perfil

A UNIPLAC é IES pública de direito privado, comunitária, vinculada ao Sistema Federal de Ensino, através do Edital n. 4, de 1º/07/2014, de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 840, de 24/08/2018, do Gabinete do Ministro da Educação, e Resolução do CONSUNI n. 134, de 25/07/2014.

1.5.2 Missão

Promover a formação de cidadãos críticos, reflexivos e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade comunitária de referência na promoção do conhecimento e desenvolvimento sustentável.

1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

O município de Lages situa-se no Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consultado em 2018, possui população estimada de 157.743 habitantes. Com área territorial de 2.631.504 km², faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado, caracterizando-se pela altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional foi a extração de madeira (*Araucaria angustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de “Princesa da Serra”. É o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecido pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (destaca-se a vinicultura), indústria madeireira (produção de papel e celulose) e turismo rural.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à

cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109.396.099,00 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um “bairro-cidade”, devido à esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A BR 282 - corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do estado. A BR 116 - corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga às cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Para ligações mais distantes conta com voo direto e diário a Campinas/SP, pelo

aeroporto Viracopos, que detém conexões nacionais e internacionais, proporcionando conforto aos usuários.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da Serra Catarinense, há a necessidade de boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança, e para isso, o município de Lages possui duas universidades: pública e privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino à distância. As universidades e instituições de ensino possuem papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais, contribuindo para o empreendedorismo regional.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da Uniplac desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2010-2018.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19.07.59, com a fundação, em Lages, da Associação Catarinense de Cultura – ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

1964: Em 23.02.64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages – FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1969: Surge a primeira menção à denominação Uniplac e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14.03.69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – FACIP, obedecendo

¹ Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O. n. 6372, de 03.08.59

² ACAFE, 1991 a 1993, agosto, 1994

às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente com a Facec.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer n. 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03.04.73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de Uniplac – Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE.

A denominação da mantenedora da Uniplac é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em 27.02.97, são aprovados os novos estatutos da Uniplac. Em 11.12.97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da Uniplac.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n. 293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15.06.99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23.06.99 (Decreto n.

312/99). A instalação formal acontece em 27.07.99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas correspondentes (Parecer n. 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394), Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da Uniplac. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de renovação do credenciamento da Uniplac (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15.07.04). Solenidade de renovação do credenciamento da Universidade (01.12.04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilingue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378), Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n.

080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução n. 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação Uniplac (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho – GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22.10.08). Instituída a intervenção judicial na Fundação Uniplac, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24.10.08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 1086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – Proesde (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15 de outubro de 2010). Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução n. 088/2010 de 24 de setembro de 2010).

2011: Criação do Curso de Graduação Jornalismo da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC (Resolução n. 094, de 18 de outubro de 2011). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 092, de 11 de março de 2011).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura, da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 105, de 27 de novembro de 2012). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática da Universidade do Planalto Catarinense - (Resolução n. 104, de 02 de julho de 2012). Criação do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução n. 099, de 22 de março de 2012). Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução Consad n. 01, de 03 de setembro de 2012).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da Uniplac, de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e

permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1 de novembro de 2013). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos Cursos de Graduação da Uniplac (Resolução n. 114, de 1 de novembro de 2013.). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1 semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04 de setembro de 2013). Aprova o Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02 de julho de 2013). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação Uniplac, (Resolução Consad n. 03, de 12 de março de 2013). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da Uniplac, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20 de dezembro de 2013).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25 de julho de 2014). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da Uniplac, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08 de julho de 2014). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia (Resolução nº 128, de 18 e junho de 2014. Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 117, de 11 de fevereiro de 2014.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução n. 116, de 11 de fevereiro de 2014).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22 de julho de 2015: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da Uniplac. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista Uniplac. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da Uniplac. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac. Portaria n. 114, de 1/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n.

201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura.

2016: Resolução Consuni n. 207, de 20/01/2016, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução Consuni n. 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução 219, de 08 de junho de 2016, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08 de junho de 2016, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21 de junho de 2016, que Insere os parágrafos 4º e 5º no artigo 44 do Regimento Geral da Uniplac. Resolução 224, de 21 de junho de 2016, que Cria o parágrafo 2 No artigo 28 do Regimento Geral da Uniplac. Resolução n. 225, de 21 de junho de 2016 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/2016 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da Uniplac e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/2016 e Resolução CONSUNI n. 237, de 13/09/2016, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da Uniplac. Parecer 670, de 29/07/2016 e Resolução CONSUNI n. 238, de 13/09/2016, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da Uniplac e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/2016 e Resolução n. 231, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Curso de Graduação da Uniplac e dá outras providências. Resolução n. 235, de 11/08/2016: Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/2016, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução CONSUNI n. 239, de 04/10/2016, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução CONSUNI n. 240, de 04/10/2016, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução CONSUNI n. 241, de 17/11/2016, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010- 2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20 de março de 2017, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04 de abril de 2017, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07 de

julho de 2016. Portaria n. 034, de 05 de abril de 2017, Reconstituir a Comissão de Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05 de maio de 2017, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de 16 de maio de 2017, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25 de setembro de 2017, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21 de novembro de 2017, cria as disciplinas institucionais, insere os parágrafos 4, 5, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27 de novembro de 2017, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21 de dezembro de 2017, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e dá outras providências.

2018: Resolução n. 353, de 08 de junho de 2018, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08 de junho de 2018 Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18 de junho de 2018, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01 de julho de 2018. Resolução n. 344, de 16 de abril de 2018, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017.

2019: Resolução n. 401, de 11 de março de 2019. Estabelece os critérios e procedimentos para a realização de Estudos Dirigidos, que permitam ao discente, nos casos específicos de que trata, concluir disciplinas/módulos/unidades de aprendizagem /unidades educacionais em regime especial, nos cursos de graduação da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC. **Concessão da Autonomia Universitária** - SEI 23000.002418/2018-94 – e-mail de 07/06/19 – CGGIRES/DPR/SERES/MEC.

2020: Resolução n. 430, de 21/01/20. Aprova o Novo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Resolução n. 431, de 29/01/20. Aprova a Adequação do Regimento do Mestrado em Ambiente e Saúde (PPGAS). Ato Normativo, nº 002 de 17/03/20. Orientação sobre funcionamento da Fundação UNIPLAC e da Universidade do Planalto Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID-19) no período de 16 a 29 de março de 2020. Ato Normativo n. 004, de 30/03/20. Fica prorrogado até dia 20 de abril de 2020 o Ato Normativo nº 02/2020. Ato Normativo nº 006 de 17/04/20. Orientação sobre funcionamento administrativo da Fundação UNIPLAC e Universidade do Planalto

Catarinense em decorrência da pandemia por coronavírus (COVID19) no período de 20 de abril a 31 de maio de 2020.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 NOME DO CURSO

Curso de Música

2.1.1 Grau

Licenciado

2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO

Autorização: Parecer CONSEPE n. 1.761 de, 27/11/2001.

Reestruturação: O projeto foi reestruturado e aprovado pelo CONSUNI, através do Parecer n. 2.475 de 14/12/2006, onde foi instituído o compartilhamento de disciplinas e posteriormente pelo Parecer CONSEPE n. 227,³ de 13/12/2012.

Reconhecimento: Decreto n. 3.309, de 15/07/2005 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 026, de 07/06/2005 e Parecer n. 093, de 07/06/2005 do CEE/SC.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 198, de 29/04/2011 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 005, de 29/03/2011 e Parecer n. 030, de 29/03/2011 do CEE/SC.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 1.870 em 25/11/13 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 250 de 20/08/2013 e Parecer n. 214, de 20/08/2013 do CEE/SC.

Em 21/12/17, sob Parecer CONSUNI n. 780 e Resolução n. 319, de 22/12/17, houve a aprovação da Estrutura Curricular do Primeiro Semestre do Curso de Música. Em 15/06/2018 sob Parecer CONSUNI n. 045 e Resolução n. 374, de 29/07/2018, a Estrutura Curricular do Curso de Música foi aprovada para atender as Resoluções internas do CONSUNI n. 291 e 292/2017 e 342, 347 e 355/2018. O Projeto Pedagógico do Curso foi aprovado pelo Parecer n. XXX, de XXXXXXXXXXXX.

³ O projeto foi reestruturado e aprovado pelo CONSUNI, através do Parecer n. 2475 de 14/12/2006, onde foi instituído o compartilhamento de disciplinas e posteriormente pelo Parecer n. 227, de 13/12/12.

2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O curso integraliza a estrutura curricular em 3.240 horas.

2.4 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS

80 vagas anuais, sem compartilhamento.

40 vagas anuais, com compartilhamento.

2.5 PERIODICIDADE

Semestral

2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 anos / 8 semestres.

Máxima: 8 anos / 16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

2.7 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular. Matutino, vespertino e noturno incluindo finais de semana quando em regime especial (conforme edital).

2.8 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 20% na Modalidade a Distância, conforme autorizado pela Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Os cursos de Graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de formação continuada em nível de Pós-Graduação lato e stricto sensu. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial que capacitam seus egressos para atuação em diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI (2019-2023).

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

Diante disso, preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços pedagógicos estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação crítica de alunos e professores, na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos. Assim, amplia-se e aprofunda-se a formação do profissional cidadão e suas possibilidades de inserir-se ao mercado de trabalho. As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação.

A partir dessa perspectiva, os cursos de Graduação da UNIPLAC constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida.

O Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia faz parte do contexto das Licenciaturas

da UNIPLAC e suas atividades estão voltadas para o compartilhamento de disciplinas, fato que teve seu início no final de 2006 quando foram aprovadas as políticas das licenciaturas na UNIPLAC e a sua implantação representou e representa uma inovação pedagógica em vários sentidos: envolve o compartilhamento de disciplinas totais e parciais, transgride a perspectiva disciplinar e articula no planejamento das atividades acadêmicas a integração das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas, conceitos, estabelecendo a relação entre os conhecimentos teóricos e práticos necessários ao desempenho da profissão.

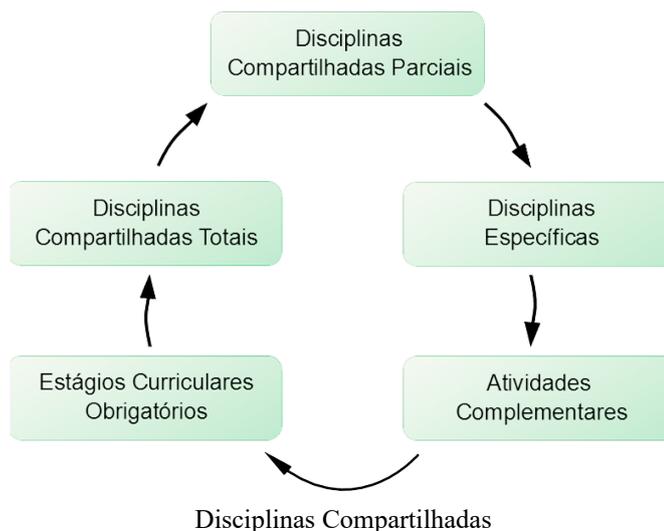
Política das Licenciaturas Compartilhadas da UNIPLAC



Neste sentido, a carga horária total do curso está dividida em disciplinas compartilhadas totais, disciplinas compartilhadas parciais, disciplinas específicas e estágios curriculares obrigatórios.

Nesta política, é necessário planejar a formação continuada para construir no processo a formação de professores do ensino superior que irão trabalhar nas disciplinas compartilhadas, nas disciplinas integradoras do currículo e em todas as disciplinas da estrutura curricular.

O planejamento não poderá ser feito individualmente, requer a profissionalização da docência no ensino superior, tanto quanto é fundamental a apropriação dos saberes científicos para o crescente domínio de cada área, como também a apropriação dos saberes pedagógicos para o exercício competente da docência.



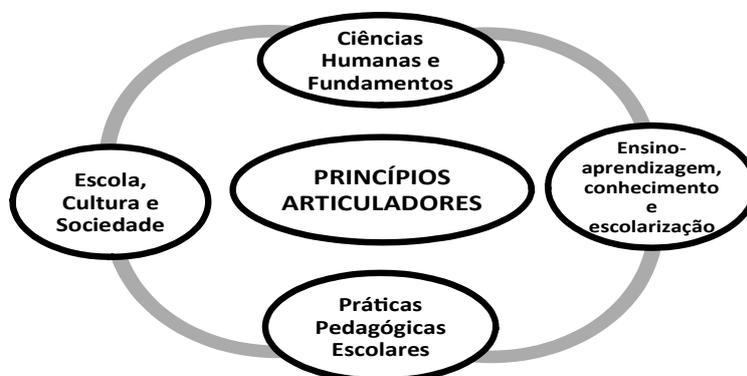
Com a proposta das disciplinas compartilhadas, o movimento da sala de aula e nos cursos de licenciatura da UNIPLAC inclui flexibilidade, dialogicidade, dialeticidade, pluralidade, o erro, o relativo, a contradição, a ambiguidade, a criatividade, como elementos constitutivos essenciais de todo e qualquer processo de desenvolvimento.

O espaço da Universidade pode e deve ser um espaço possibilitador para o professor refletir, investigar e planejar sua prática pedagógica, pois se entende que “a formação não se constrói por acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim, através de um trabalho de reflexibilidade crítica sobre práticas e de reconstrução permanente da identidade pessoal”. (NÓVOA, 1995, p.25).

Espera-se que o processo de formação docente desenvolva nos alunos conhecimentos e habilidades, atitudes e valores, que lhes possibilitem permanentemente ir construindo seus saberes-fazer docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. A partir da ideia de historicidade e provisoriade da Ciência, a concepção de produção do conhecimento que deverá sustentar a proposta tem a seguinte base:

- 1 problematização e compreensão dos limites e possibilidades do trabalho educativo escolar;
- 2 aprofundamento epistemológico e metodológico das ciências que integram o currículo;
- 3 compreensão do cotidiano escolar como um dos parâmetros balizadores da competência do profissional de Educação.

As atividades curriculares têm como princípios articuladores as dimensões das Ciências Humanas e Fundamentos; da Escola, Cultura e Sociedade; do Ensino e Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização; das Práticas Escolares e das Atividades Complementares da Graduação.



Princípios Articuladores das Licenciaturas

Diante disso, os cursos de Licenciatura da UNIPLAC articulam-se entre si e com a Instituição por meio de ações que possibilitam um processo de ensino e aprendizagem consistente e em constante avaliação e em observância das Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

Já em 2012, a Instituição foi contemplada com bolsas de estudos referentes ao projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), em parceria com a CAPES. O projeto tem como proposta oportunizar aos alunos/bolsistas dos Cursos de Licenciatura da UNIPLAC uma aproximação com a realidade escolar com o exercício da docência supervisionada, na perspectiva de proporcionar a construção da identidade profissional, a superação da dicotomia entre teoria e prática e também maior aproximação da IES e da Unidade Escolar.

No Brasil, a formação de professores para a educação infantil, o ensino fundamental e o médio é responsabilidade dos Estados e Municípios, cabendo à União o papel de incentivar, traçar diretrizes por meio do Plano Nacional de Educação, financiar parcialmente e regular as políticas regionais.

O cenário da Educação Básica no Brasil não é animador. O país é um dos líderes mundiais em reprovação no primeiro ano do ensino fundamental. A metade dos alunos que ingressam no ensino fundamental não consegue avançar na aprendizagem, pois o sistema não oferece as condições de apropriação dos conhecimentos básicos – ler e escrever. A má qualidade perpassa todo o sistema, também para aqueles que conseguem superar as fases iniciais.

A este propósito, é preciso ponderar que o panorama de dificuldade na educação brasileira é resultado de um conjunto de fatores. Um deles, não o menor, é a falta de políticas públicas para a educação e para a carreira dos professores, coerentes com as necessidades do país. A formação dos professores é outro desafio para as políticas governamentais.

Os dados do contexto educacional do Brasil se reproduzem também na Região Serrana de Santa Catarina, embora - reconheça-se -, não na mesma proporção e dimensões de outras partes do país.

A região carrega, até hoje (2020), índices de desenvolvimento humano abaixo da média do estado, realidade que vai comandar as preocupações, as concepções, o planejamento e as práticas da Universidade do Planalto Catarinense (Plano de Desenvolvimento Institucional

Diante de tal quadro, hoje, após 20 anos de existência, quais serão as expectativas da UNIPLAC na relação com a sua Região? Se a melhor parte da história é a que está por vir, quando pensamos na UNIPLAC será preciso voltarmos para o futuro e mostrá-la como intenção e esforço teórico e prático para não frustrar as expectativas de seu entorno.

Nesse sentido é que, com Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2007), quando tratam de definir uma Universidade socialmente relevante, os grandes desafios da Educação Superior situam-se em 3 níveis principais:

- a) A luta por padrões de qualidade;
- b) A universalidade de acesso;
- c) A implementação de programas sociais relevantes.

Ao aceitar tais premissas, a instituição UNIPLAC, antes de mais nada buscará garantir formação qualitativa e quantitativa de quadros competentes e adequados às exigências do desenvolvimento local e regional, em contexto de globalização da economia e da sociedade. A isso podemos chamar de pertinência científica. O segundo desafio refere-se à garantia de educação superior para todos, ou, pelo menos, para o mais amplo leque possível de pessoas interessadas. O terceiro, obviamente deve ser uma decorrência dos outros dois, remete à conquista da relevância social. (Op. cit., 2007).

É recorrente que, para cumprir suas finalidades sociais e não frustrar as expectativas da Região, a UNIPLAC deve formar profissionais capazes de projetar as mudanças e transformações no nível em que o mundo local e regional precisa. Daí decorre que as políticas institucionais e as estruturas curriculares têm que estar comprometidas com as metas da relevância social. Assim, ensino, pesquisa, extensão e Pós-Graduação terão que estar intimamente inter-relacionados, não apenas como opção, mas como atividades curriculares

obrigatórias e estruturantes.

O Projeto Pedagógico do Curso de Música – Licenciatura da UNIPLAC, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e compromissos futuros, foi construído a partir de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca.

Como vetor para suprir as demandas e exigências do meio, esta edição do Projeto Pedagógico incita o permanente desencadear de novos comportamentos dos agentes que direta ou indiretamente, de uma forma ou de outra, encontrem-se vinculados ao Curso. Assim, criar e manter alto padrão de desempenho no processo de ensino e aprendizagem é a ordem. Formar cidadãos altamente profissionais é a diretriz a ser permanentemente seguida.

O curso de Música foi criado na UNIPLAC em 2000 como mais uma opção dentre seus programas de graduação na modalidade de Licenciatura, e desde então vem desempenhando um relevante papel na educação e na cultura da região serrana, estando aberto para a população como alternativa de acesso ao conhecimento, formação e graduação em nível superior através do ensino articulado com a pesquisa e a extensão. Comprometidos com a formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho — mas também preocupados em auxiliar a promover a formação humana em sua plenitude —, os profissionais que compõem o curso de Música da UNIPLAC visam proporcionar aos seus estudantes uma formação musical diversificada e significativa. A política do trabalho pedagógico do curso vem sendo constantemente aperfeiçoada pelo seu colegiado e NDE, procurando estar em constante consonância com as tendências atuais da Educação Musical brasileira, preconizadas por órgãos como a Associação Brasileira de Educação Musical e a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ABEM e ANPPOM), bem como pela produção científica contemporânea na área.

Além disso, o curso mantém igualmente o compromisso de proporcionar a seus alunos uma formação voltada para a atuação no contexto regional, tanto na Educação Básica quanto no cenário artístico-musical e cultural. Sustentamos a concepção político-pedagógica de que a atuação do professor de música precisa estar profundamente contextualizada e conceitualmente ligada à realidade local e ao cenário sócio-cultural, sintonizada com as características e as práticas sociais das comunidades em que ele desenvolverá suas ações. Assim, encontramos consonância nas palavras de Vanda Freire (2010), que, ao criticar os modelos tradicionais da graduação em Música no Brasil, alerta para a importância de formar um professor de música cujas ações transcendam o seu papel de agente dentro do processo educacional, sendo um efe-

tivo produtor de cultura e de significados para seus educandos, por meio de ações pedagógicas que desenvolvam o seu potencial de transformação e de relevância social.

O atual ensino de música, que se revelou desvinculado de significações sociais e descontextualizado, é apenas fruto de uma diminuta parcela da sociedade, cujos modelos culturais busca reproduzir e eternizar, mas não se propõe a *criar* cultura para essa mesma sociedade. Revisto, esse ensino, a partir de uma concepção dialética, como aqui se pretendeu, resgata-se essa relação com a sociedade, como um todo, e resgata-se o papel crítico e criador da Universidade – criador de cultura, de música, em sua plena acepção, de saber musical e musicológico, de homens tornados homens, de homens que se percebem, eles mesmos, tal como sua arte, como processos permanentes. Resgata-se, também, o papel do professor, conferindo-lhe um papel de gestor de um processo efetivamente criativo e produtivo, em que ele mesmo é elemento criador e produtor, em transformação permanente. Criador e produtor, sobretudo, de música e de reflexão musicológica, e não de alunos apenas reprodutores de obras e de informações que lhes são simplesmente transmitidas, sem que se exija delas nenhuma ação construtiva, artística ou teórica, ou mesmo crítica. (FREIRE, 2010, p. 204)

Tendo isto em vista, o curso de Música da UNIPLAC procura oferecer aos seus alunos uma instrução voltada ao desenvolvimento dos saberes musicais e de suas potencialidades, ou seja, de toda a gama de habilidades psicomotoras, cognitivas e estéticas que a experiência artístico-musical proporciona, além de incentivar o aprendizado, e o cultivo das inteligências múltiplas, das sensibilidades, da socialização, da humanização, do pensamento criativo, da ética, do senso de coletividade, da afirmação das identidades culturais — para citar somente alguns dos valores humanos e dos benefícios que notoriamente estão associados à música e ao seu estudo (cf. BASTIAN, 2009; GARDNER, 1995; HUMMES, 2004; LEVITIN, 2010; JORDÃO e ALUCCI, 2012; PENNA, 2007; SCHAFER, 1992; SWANWICK, 2003; ZAGONEL, 2008) —, visando justamente a construção de um trabalho pedagógico transformador e contributivo para o contexto educacional e sócio-cultural da região. Esta visão, portanto, está alinhada com a própria concepção institucional a respeito da atuação da UNIPLAC no contexto regional, na condição de Instituição Comunitária de Ensino Superior.

Diante disso, o Curso de Música preocupa-se em proporcionar atividades acadêmicas em espaços estratégicos para o exercício da cidadania, construindo conhecimentos através da participação de alunos e professores em ambientes e oportunidades que vão além da atividade escolar (inerente à formação em licenciatura), mas também em outras instâncias na forma de trabalhos, estágios curriculares obrigatórios e não-obrigatórios, apresentações musicais, intervenções musicais e artísticas, projetos de extensão e de pesquisa, realização de semanas acadêmicas, viagens de estudos e eventos, além das atividades práticas envolvendo o fazer musical inerentes à natureza do curso. Assim, espera-se ampliar e aprofundar a formação do profissional e de suas experiências acadêmicas, bem como as suas possibilidades de inserir-se no mercado de trabalho.

3.1.1 Justificativa para criação do Curso

A principal justificativa para a oferta do curso de graduação em Música pela UNIPLAC é a necessidade crescente da inserção desta área do conhecimento na Educação Básica, sobretudo devido às novas exigências da legislação: a música é obrigatória nas escolas em todo o país. O curso vem buscando atender a um mercado de trabalho que, apesar dos problemas inerentes à área, vem crescendo significativamente depois da aprovação das Lei Federais 11.769/2008 e 13.278/2016, as quais reafirmam a obrigatoriedade que já era assegurada pela LDBEN n.9.394 de 20/dez/1996. Cabe mencionar que a atual exigência legal que se configurou com o advento das referidas leis federais está apoiada por outros documentos que compõe o conjunto de normas vigentes sobre a música, assegurando a sua presença na Educação Básica, tais como:

- Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CES n.2, de 8/mar/2004;
- Conselho Nacional de Educação: Parecer CNE/CEB n.12, de 4/dez/2013;
- Conselho Nacional de Educação: Resolução CNE/CEB n.002, de 10/mai/2016;
- Conselho Estadual de Educação: Portaria CEE/SC n.088/2010;
- Conselho Estadual de Educação: Parecer CEE/SC n.030/2011;
- Conselho Estadual de Educação: Resolução CEE/SC n.005/2011.

3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1998).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação — EXTENSÃO — na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à

medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de Graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval SAVIANI (2008, 2018), nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
2. **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
3. **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da UNIPLAC, aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo CONSUNI em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As novas linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No curso de Música a pesquisa percebe-se mais especificamente na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica I, II e III, ofertada no 6º, 7º e 8º semestres. No 6º semestre a ementa propõe a pesquisa em educação, a pesquisa educacional no Brasil e a escola como campo de pesquisa. No 7º semestre os alunos irão reconhecer a sala de aula como campo de

pesquisa e no 8º semestre será abordada a formação específica do docente como campo de pesquisa.

A UNIPLAC oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que é um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM).

Outra atuação importante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se dá através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processos de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2019-2023, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n. 7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 8.035 de 2010, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2010-2020, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2019-2023 também preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

- I. Promoção da educação e do trabalho;
- II. Assistência jurídica a família;
- III. Assistência social a família;
- IV. Manutenção dos alunos carentes na universidade;
- V. Promoção do esporte e cultura;
- VI. Promoção da inclusão social de pessoas com necessidades especiais;
- VII. Promoção do direito à assistência de crianças, adolescentes, mulheres e idosos;
- VIII. Ações comunitárias com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.
- IX. Promoção da educação continuada, qualificação e cursos de curta duração.

As linhas de ação acima citadas, juntamente com as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

3.2.1 Projetos Desenvolvidos no Curso de Música

Projeto de Extensão: *Diálogos Integradores em Educação Musical* Coordenação: Prof.^a MSc. Aline Dallazem

O projeto *Diálogos Integradores em Educação Musical* oportunizou formação continuada aos egressos do curso de Música da UNIPLAC, visando conhecer suas trajetórias profissionais, suas práticas docentes e sua inserção na Educação Básica. Foram realizados seis encontros mensais, aos sábados, com duas horas de duração, e com temáticas específicas para cada encontro. As temáticas foram organizadas coletivamente, conforme interesse do grupo. Foram discutidos e estudados os temas: (a) Trajetórias profissionais dos egressos licenciados em Música: limites e possibilidades; (b) Apreciação Musical e Experiências Musicais dos Egressos; (c) Estratégias para melhorar a visibilidade do curso; (c) Legislação da área de música; (d) Principais educadores e pesquisadores da música; (e) Pós-graduação e mercado em Música.

Projeto de Extensão: *Práticas de Leitura de Partitura à Primeira Vista* Coordenação: Prof. André Chiomento

A disciplina de Percepção Musical, sendo obrigatória e coletiva, apresenta algumas dificuldades características nas universidades brasileiras, como o desnível das turmas, problemas relacionados à motivação e à falta de autonomia na aprendizagem.

Sobre o desnível das turmas em universidades que não têm um processo seletivo específico que avalie o nível técnico musical de conhecimento dos alunos que ingressam no curso, o principal problema se reflete na leitura de partituras. Sendo a leitura de partituras um tópico essencial para o desenvolvimento da maioria das disciplinas já presentes na estrutura curricular do curso desde o primeiro semestre, faz-se necessário um aprofundamento específico e direcionado sobre essas técnicas buscando nivelar a turma e proporcionar um maior desenvolvimento dos alunos nas disciplinas do curso.

Projeto de Extensão: *Arte na Escola*
Coordenação: Prof.^a Roseceli Martinhago Vieira

O projeto de extensão *Arte na Escola* acontece mensalmente na Uniplac desde 2003. Faz parte da Rede Arte na Escola, com sede em São Paulo. Trata-se de formação continuada para professores, acadêmicos e egressos dos cursos de Artes Visuais, Música e Teatro. Recebe mensalmente professores das redes de ensino municipal, estadual e particular, bem como artistas e interessados em artes. O Projeto Arte na Escola polo UNIPLAC ao longo de sua trajetória vem se constituindo num espaço de formação continuada e permanente para os arte educadores que atuam na educação básica das escolas públicas de Lages e adjacências. Tem proporcionado reflexões com base na prática de seus participantes sobre metodologias capazes de contribuir para o desenvolvimento do ser humano e da arte. Este projeto justifica-se por sua proposta de melhoria do ensino de arte na escola e um aprofundamento do conhecimento em arte, em todas as suas manifestações, imprescindível para a prática docente contemporânea.

Projeto de Extensão: *Orquestra Soprano*

Coordenação: acadêmico André W. S. Medeiros (parceria com Uniplac)

O projeto de extensão *Orquestra Soprano* é uma atividade de orquestra jovem realizada no ambiente da educação básica, que está sendo implementada no CAIC Nossa Senhora dos Prazeres, em Lages. A UNIPLAC mantém parceria com o projeto para a realização de apresentações, dentro e fora do campus da Universidade, levando o nome desta instituição e do curso de Música, com o intuito de valorizar a cultura da região, além do próprio curso. Sob a direção do Maestro André W. S. Medeiros, atualmente aluno do curso de Música, a Orquestra Soprano tem participado de vários eventos regionais e nacionais.

Projeto de Extensão: *UNIPLAC 60 Anos, 60 Momentos Musicais*

Coordenação: Prof.^a Roseceli Martinhago Vieira

Em comemoração aos 60 anos da UNIPLAC, o Curso de Música propõe a realização de 60 apresentações de diferentes estilos Musicais, em diferentes espaços durante o ano de 2019. Apresentarão alunos e representantes da Comunidade. Além de contribuir com a formação do aluno, o Projeto de Extensão objetiva a divulgação da Universidade, do Curso de Música e dos demais cursos oferecidos pela Instituição.

Para os objetivos específicos, o projeto visa realizar 60 Apresentações Musicais; Divulgar a UNIPLAC, o Curso de Música e os demais Cursos; Desenvolver o trabalho coletivo; Oportunizar momentos de prática musical individual ou em grupo; Desenvolver a habilidade de apresentação em público; Oportunizar a inserção da comunidade externa em atividades do Curso de Música; Participar em Eventos da Universidade.

Projeto de Extensão: *Oficinas de Música da UNIPLAC*

Coordenação: Professores do Curso de Música

A proposta deste Projeto de Extensão vem ao encontro a uma necessidade constatada no Curso de Música de termos espaços voltados à prática do ensino de música, atendendo as comunidades externa e interna, bem como, para que os acadêmicos possam desenvolver habilidades de ensino, trabalhados nas disciplinas teóricas/conceituais. Considera-se, também, que no contexto atual do Curso de Música alguns ingressantes não tem apresentado o conhecimento mínimo específico, podendo tornar-se motivo para evasão, entende-se, portanto, que este projeto poderá se tornar um importante dispositivo para preparação anterior a seu ingresso. O projeto objetiva, portanto, viabilizar o acesso ao conhecimento musical, por meio de oficinas em grupo.

Como objetivo Específico, o projeto oportunizará o acesso às aulas de música (instrumento musical); propiciar aos acadêmicos de Música atividades nas quais eles possam desenvolver as habilidades e conhecimentos adquiridos no Curso; divulgar o curso de Música à comunidade em geral, no intuito de despertar o interesse pela arte musical.

As oficinas ofertadas: Teoria e Percepção Musical, Harmonia e Improvisação, Musicização Infantil: Flauta Doce, Canto, Violão.

***FORPAZ* — Formação de Professores: políticas curriculares e práticas inclusivas para a cultura da paz na educação** (grupo de pesquisa e projeto de pesquisa)
Coordenação: Profa. Dra. Lurdes Caron

Como trabalhar com políticas e práticas de formação de professores articulando e compartilhando saberes e fazeres, com possibilidade de inclusão escolar, a partir das diferenças estéticas e éticas, religiosas e intelectuais em vista da promoção da cultura da paz? Partindo desta questão, o grupo e o projeto de pesquisa *FORPAZ — Formação de Professores: Políticas Curriculares e Práticas Inclusivas para a Cultura da Paz na Educação* reúne professores doutores, mestrandos/as, graduandos/as e egressos/as interessados/as no estudo sobre o tema mencionado, sendo coordenado pela Professora Dra. Lurdes Caron. O

FORPAZ tem como linhas de pesquisa os temas: Formação de Professores, Práticas Pedagógicas e Currículo; Cultura da Paz e Fenômeno Religioso – Ensino Religioso e Espiritualidades; Direitos Humanos, Educação Especial – Inclusão. O grupo tem por objetivo desenvolver estudos sobre a formação de professores, promovendo reflexões acerca de concepções do *currículo* e ressignificação das práticas pedagógicas. O grupo compreende que currículo e cultura(s) são questões a serem ressignificadas e entrelaçadas com as linhas de pesquisa. Dentre seus objetivos específicos, busca-se (a) realizar pesquisas sobre políticas e práticas de formação de professores da educação, ensino religioso, educação especial, ensino de artes e música; (b) refletir sobre políticas e práticas da inclusão escolar na Serra Catarinense; (c) divulgar os resultados de estudos realizados, por meio de palestras, artigos, livros e outras modalidades de publicações.

Projeto de Extensão: *Articulando Arte e Música: Plantar Colher e Tocar*

Coordenação: Profa. Dra. Lurdes Caron

Tem como objetivo principal realizar atividades com educandos de três escolas estaduais de São Joaquim, proporcionando conhecimentos sobre o meio ambiente, lutheria e música na produção de seu próprio instrumento com a aprendizagem musical a ser praticada na orquestra. Assim, os educandos identificarão plantas nativas da Serra Catarinense para o uso na construção de instrumentos musicais; Produzir o instrumento musical de cordas por meio da arte da lutheria; e conhecer a teoria musical com a prática no estudo de partituras.

Projeto de Extensão: *História Artística Cultural do Planalto Catarinense: Um novo Olhar sobre a Arte e a Música*

Coordenação: Profa. Dra. Lurdes Caron

É de suma importância que estudantes da graduação, desde cedo. Iniciem sua vida acadêmica, fazendo experiência com pesquisa científica. Ao final do curso de graduação, na Disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III, os acadêmicos conhecem teorias e práticas de orientação sobre pesquisa científica. Ao finalizar o curso de Música, 8º semestre, os acadêmicos vem coroar seus esforços apresentando ao público, por meio de seminário, o seu relatório de pesquisa. A apresentação dos resultados da pesquisa é assumida pelo colegiado como última avaliação integrativa do curso.

3.3 OBJETIVOS DO CURSO

3.3.1 Objetivo Geral

Formar professores de música com conhecimentos, habilidades, competências e aptidões específicas em Educação Musical, necessárias para ensinar música em qualquer contexto, incluindo a Educação Básica, e outros ambientes formais e não-formais, seguindo um perfil profissional voltado para a reflexão, o saber crítico e a atuação contextualizada.

3.3.2 Objetivos Específicos

- a) Atuar como professor de música em espaços formais, como a Educação Básica, bem como não-formais;
- b) desenvolver atividades de ensino, pesquisa, extensão nas áreas da Música e da Educação Musical;
- c) atuar como músico em contextos diversos, ligados a atividades artísticas, educacionais e culturais;
- d) contribuir para o desenvolvimento artístico-cultural da comunidade na região.

3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso visa formar um professor de música contextualizado e habilitado, que esteja voltado para o pensamento reflexivo, crítico, investigativo e criativo, que tenha sua sensibilidade artística, estética e musical construída e desenvolvida a partir das experiências, das práticas, da pesquisa e do conhecimento, e que possa atuar na área da Música e da Educação Musical de maneira criativa e transformadora em suas dimensões pedagógicas, artísticas, culturais, sociais, científicas e tecnológicas, passando uma formação profissional que, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (2004), possibilite, pelo menos, a aquisição das seguintes competências e habilidades para:

- I. intervir na sociedade de acordo com suas manifestações culturais, demonstrando sensibilidade e criação artísticas e excelência prática;
- II. viabilizar pesquisa científica e tecnológica em Música, visando à criação, compreensão e difusão da cultura e seu desenvolvimento;
- III. atuar, de forma significativa, nas manifestações musicais, instituídas ou emergentes;

- IV. atuar nos diferenciados espaços culturais e, especialmente, em articulação com instituição de ensino específico de Música;
- V. estimular criações musicais e sua divulgação como manifestação do potencial.

Assim, o curso deverá garantir ao egresso conteúdos teórico-práticos e estudos que permitam a integração teoria/prática, relacionada com o exercício da arte musical e do desempenho profissional, incluindo também atividades Estágio Curricular Obrigatório e Prática de Ensino, pesquisa e Iniciação Científica, e atividades de Extensão, bem como a utilização de novas tecnologias, aplicando formas específicas e alternativas de avaliação, internas e externas, sistemáticas, envolvendo todos quantos se contenham no processo formativo da graduação, observados os aspectos considerados fundamentais para a identificação do perfil do formando.

3.5 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O Licenciado em Música possui um campo de atuação diversificado, amplo e em transformação contínua. Assim, este projeto prevê a formação superior na área de Licenciatura em Música sob a concepção de que este profissional possa vir a atuar em qualquer contexto educacional, incluindo, sobretudo, a Educação Básica, além de outros espaços formais e não-formais ligados à música, ao seu ensino e à sua prática. Portanto, tendo em vista a realidade regional em que o curso se insere, bem como a relevância desta questão, segue uma breve contextualização sobre as principais áreas de atuação profissional, na qual, através dos dados apresentados, procuramos igualmente demonstrar a importância da oferta do curso na região.

3.5.1 Atuação na Educação Básica

A formação com vistas à docência em escolas está direcionada à necessidade crescente da inserção da Música como área do conhecimento na Educação Básica, sobretudo devido às novas exigências da legislação: a música é obrigatória nas escolas em todo o país.

É importante ressaltar que mesmo com este novo cenário, favorável do ponto de vista legal, ainda se percebe uma enorme carência de profissionais nesta área em todo o país (cf. FAÇANHA, 2014; FIGUEIREDO, 2005; PENNA, 2007; QUEIROZ, 2012; SOBREIRA, 2008; SOUZA, 2015), e, na região de Lages, este aspecto vem sendo igualmente comprovado

por estudos recentes (BATISTA, 2010; DALLAZEM, 2015; OLIVEIRA, 2010; VELHO, 2015).

Se, de um lado, há uma visível carência de professores de música devidamente qualificados no mercado, de outro, vem sendo observado que o curso de Música da UNIPLAC tem sido alvo de uma crescente procura, pois, além do cumprimento dos requisitos legais e das necessidades do mercado educacional é preciso considerar a demanda existente na região a que esta IES atende. A UNIPLAC possui um alcance regional que compreende cerca de 18 municípios no entorno da cidade de Lages, abrangendo toda a microrregião dos Campos de Lages (284.169 habitantes cf. censo do IBGE de 2010) e dos municípios vinculados à AMURES – Associação dos Municípios da Região Serrana. Geograficamente situada numa importante posição de centralidade num círculo de quase 100 km de raio, perante uma população de mais de 300.000 pessoas (SANTA CATARINA/ADR, 2016a, 2016b; UNIPLAC, 2007, 2012) — não estando aí incluídas as cidades pertencentes à microrregião de Vacaria, no planalto norte do Estado do Rio Grande do Sul, cuja população também é atraída pela oferta de cursos da Instituição —, a UNIPLAC destaca-se no ensino superior da região por ser a única IES que oferece a graduação em Música nesta parte do Estado, tendo sido a pioneira na região interiorana. Conforme o mapa abaixo, dentre as IES presentes no Estado, somente seis delas oferecem graduação em Música, evidenciando a posição estratégica do curso de Música da UNIPLAC na região em relação às demais ofertas.



Oferta de cursos de graduação em Música em SC

Lages possui escolas de Educação Básica em três redes de ensino — públicas municipal e estadual, e privada —, nas quais, segundo dados do IBGE de 2015, foram

realizadas 21.232 matrículas no ensino fundamental e 6.125 no ensino Médio. Conforme estudos de 2015, cerca de 43% das escolas municipais e particulares possuíam ensino de música; já no sistema estadual este número estava em torno de 15%. (DALLAZEM, 2015, p. 94).

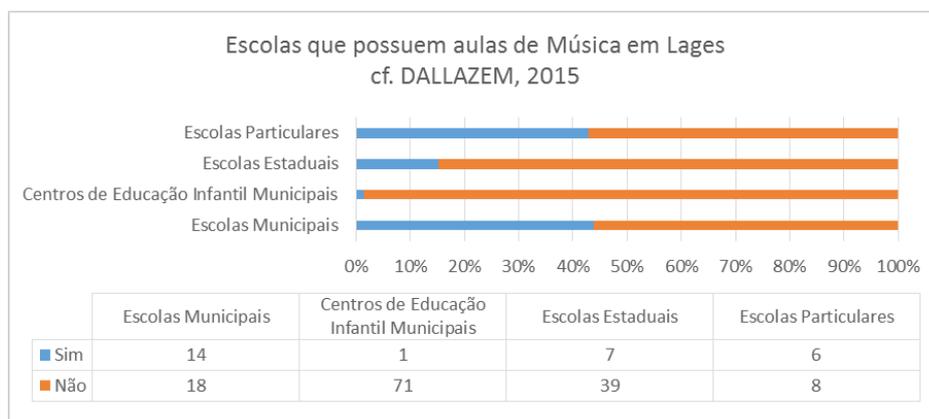


Gráfico 1 – aulas de música na Educação Básica em Lages
(fonte: DALLAZEM, 2015, p. 94)

Estes dados mostram os dois lados deste cenário: percebe-se que a inserção da música na escola ainda está aquém do que se espera para uma área de conhecimento que é obrigatória por lei, e os números certamente refletem os obstáculos e os desafios a serem vencidos para favorecer esta inserção nos diferentes sistemas educacionais; ao mesmo tempo, vê-se o potencial do mercado que vem se abrindo na Região Serrana para os profissionais formados pelo Curso de Música da UNIPLAC.

Observa-se ainda que a deficiência na oferta profissional não ocorre somente no aspecto quantitativo. Esta situação se percebe também na *qualidade* da formação profissional, o que é sabido ser algo recorrente nas mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo em música (DALLAZEM, 2015; PENNA, 2007, VELHO, 2015). Tanto no contexto regional quanto em outras partes do país, o número de profissionais atuando em escolas sem a devida habilitação profissional específica — a licenciatura — ainda é expressivo. No que diz respeito ao Ensino Superior catarinense, são muitas as demandas, e, por isso, os desafios, e a qualidade da formação docente talvez seja um dos mais importantes. Dados levantados pelo Censo Escolar 2015 mostraram que, em Santa Catarina, somente cerca de 49% dos docentes inseridos na Educação Básica tinham formação específica na sua área de atuação, sendo o pior índice dentre os estados da região Sul, estando também abaixo da média nacional (53,8%). Na região do Planalto Catarinense, cerca de 85% dos docentes do Ensino Médio e 81,5% do Ensino Fundamental tem formação superior, ficando respectivamente na 15^a e 21^a posições

dentre as 36 regiões abrangidas pelas Agências de Desenvolvimento Regional mantidas pelo governo do Estado (SC/ADR, 2016a). A falta de professores nas mais diversas áreas, incluindo música, mostra seus sintomas nos números, a exemplo do fato de que a Região Serrana vem ficando em patamares inferiores às metas projetadas e à média catarinense no IDEB (v. gráfico 2 abaixo) e no ENEM.

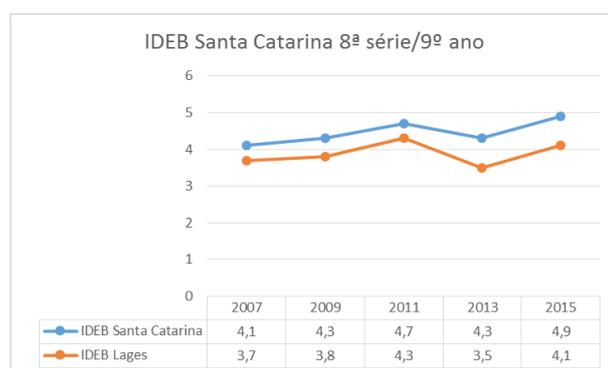
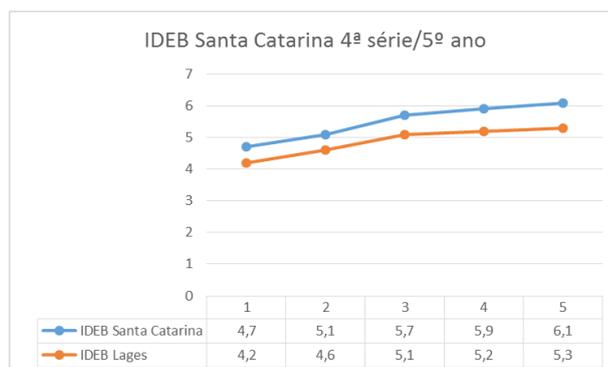


Gráfico 2 – IDEB Santa Catarina X Lages
(fonte: IDEB)

No caso da música, particularmente, a dificuldade de suprir a demanda educacional parece ser também um resultado da trajetória histórica quase sempre tortuosa da Educação Musical brasileira, amplamente documentada em publicações científicas da área (p. ex., AMATO, 2015; JORDÃO e ALUCCI, 2012; LOUREIRO, 2012; QUEIROZ, 2012; SOUZA, 2014), visto que por décadas a música vem oscilando entre períodos de maior presença, ou de diminuição, ou de total ausência do ambiente escolar. De acordo com o entendimento científico atual, este é um dos fatores que afetaram diretamente as políticas de formação docente neste campo. Assim, pode-se citar o modelo da licenciatura em Educação Artística, adotado a partir da LDB de 1971, que vem sendo apontados por especialistas como uma das principais influências que levaram ao processo de afastamento da música da escola nos

últimos 40 anos. É preciso se levar em conta que estas antigas concepções a respeito da *formação docente polivalente* na área das artes, derivadas do modelo obsoleto da Educação Artística, ainda são algo bastante recorrente, conforme a literatura especializada aponta, seja nos sistemas de ensino (v. editais de processos seletivos em SANTA CATARINA/SED, 2012a, 2012b), seja nas práticas pedagógicas de muitos docentes, e mesmo no senso comum — ainda que tenham ocorrido com todos os avanços na legislação, na estruturação dos cursos de graduação e no consenso acadêmico geral. A herança da polivalência vem dificultando até hoje a plena inserção da música e de outras linguagens artísticas nas escolas. Esta questão vem sendo denunciada pela ciência e examinada exaustivamente pelos estudiosos da área nos últimas três décadas (ALVARENGA, 2013; AMATO, 2015; FIGUEIREDO, 2010; JORDÃO e ALUCCI, 2012; LOUREIRO, 2012; PENNA, 2004, 2010; SANTOS, 1994, para citar somente alguns poucos), os quais têm apontado as consequências que a adoção deste modelo gerou para o ensino de música (como também de outras áreas artísticas):

Embutida no currículo pleno das escolas de 1 e 2 graus como uma das linguagens de “Educação Artística” (...), a Música passou a atuar como “pano de fundo” para a expressão cênica e plástica, esvaziando-se como linguagem auto-expressiva. (SANTOS, 1994. p. 9-10)

A proposta polivalente da Educação Artística contribuiu para a *superficialização do ensino das artes* como um todo. Tal prática tem sido amplamente debatida na literatura específica da área de música, evidenciando a *insuficiência deste modelo* para a escola brasileira. (FIGUEIREDO, 2010, p. 2; grifo nosso)

Um diagnóstico claro é que a partir da Lei 5.692/1971 a educação artística ganhou espaço na escola, o que levou, por consequência, a uma difusão da polivalência no ensino das artes, enfraquecendo, demasiadamente, a presença da música como componente curricular escolar. (QUEIROZ, 2012, p. 31)

Estudos realizados nos ambientes escolares de Lages e região igualmente já demonstraram a persistência do modelo polivalente (BATISTA, 2010; DALLAZEM, 2015; OLIVEIRA, 2010; VELHO, 2015). Procurando sensibilizar diretores, gestores escolares, ou dialogando com as diversas instâncias ligadas à educação básica, o objetivo de auxiliar no entendimento desta e de outras questões vem sendo um dos desafios da UNIPLAC e do curso de Música no seu intuito de formar profissionais visando uma educação musical de qualidade. Assim, defendemos a **formação específica** como forma de garantir que o ensino de música na região tenha o devido ganho qualitativo. Assim, corroboramos o argumento de uma das maiores pensadoras da Educação Musical brasileira, a Prof.^a Dr.^a Maura Penna:

“a licenciatura em música é a formação profissional por excelência para o educador musical: não apenas é ela que lhe dá *formal e legalmente o direito de ensinar*, como é a formação ideal, aquela que nossa área tem defendido e construído, em um árduo processo” (PENNA, 2007, p. 50, grifo nosso).

3.5.2 Atuação em outros espaços profissionais

No tocante às áreas de atuação do profissional, é preciso considerar também a demanda por serviços de ensino de música em outros ambientes não ligados aos sistemas de Educação Básica, como, fundações culturais, instituições beneficentes, dentre outros espaços, como também as escolas particulares de música. Lages conta com instituições que oferecem ensino de música, como a *Escola de Artes Elionir Camargo Martins*, mantida pela Prefeitura Municipal e a Fundação Cultural de Lages, e o *Centro Cultural Vidal Ramos*, administrado pelo Serviço Social do Comércio (SESC); estas geralmente costumam oferecer aulas de instrumento musical à comunidade, sendo que o último por vezes tem sido um campo de trabalho alternativo para os alunos do curso de Música da UNIPLAC, inclusive, durante a graduação, para a realização de atividades de extensão e estágio. Instituições culturais privadas como o Instituto José Paschoal Baggio — o qual promove anualmente no Teatro Municipal Marajoara o *Festival Internacional Música na Serra*, trazendo espetáculos de música erudita e oficinas — têm contribuído para o crescimento do cenário artístico da cidade. Além disso, novas oportunidades vem surgindo através iniciativas como a da *Associação Lageana de Assistência aos Menores (ALAM)*, instituição presente na cidade há mais de 60 anos, e que há cerca de uma década mantém um projeto de orquestra jovem formada por crianças carentes, que conta com egressos da UNIPLAC atuando como professores de instrumento, além do próprio regente. No tocante às escolas particulares de música, constata-se que a maior parte dos profissionais que exercem estas atividades está em situação de informalidade, seja atuando em escolas de música de pequeno porte, seja na condição de autônomos. Ainda que alguns egressos do curso também estejam se inserido neste contexto profissional em particular, sabe-se que o nível de qualificação é geralmente baixo e que há enorme carência de qualificação adequada.

Vale lembrar que o curso busca atender à demanda profissional levando também em consideração as características históricas e sócio-culturais da região. Se no início dos anos 2000 a criação do Curso de Música na UNIPLAC ocorreu, dentre outros motivos, vinculada a uma demanda específica da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto (UNIPLAC, 2001) — a qual, à época, visava o gradual suprimento do mercado da educação com estes profissionais —, por outro lado, o colegiado do curso e as demais instâncias desta IES entendem que esta necessidade também existe precisamente em virtude do próprio perfil da cidade e seu retrospecto histórico. Estudos acadêmicos recentes vêm aprofundando o conhecimento sobre estes aspectos, e têm mostrado que, na história da cidade de Lages, a

presença da música e de outras linguagens artísticas sempre foi marcante, que vem sendo determinante no fortalecimento da identidade e da vida cultural dos seus cidadãos (v. BATISTA, 2009; BATISTA *et al.*, 2011; COSTA, 1982; HUMMES, 2004; FERRARO, 2013; MARCON, 2009, 2010; MEZZALIRA, 2014; SOUZA, 2012; VELHO, 2015). Assim, cremos que esta questão é imprescindível, face à natureza histórico-cultural da cidade, e que o conhecimento sobre a mesma deve ser socializado e levado aos ambientes educacionais em todas as suas instâncias. É importante notar que a presença do curso de Música nesta IES possibilitou o início de uma nova fase na produção de conhecimento sobre a cultura local, tanto através de estudos e pesquisas realizados pelos alunos em atividades ligadas às disciplinas da graduação, tanto através do *MUSIQUE – Grupo de Pesquisa e Estudos em Música*. Vinculado à linha de institucional pesquisa “Educação, cultura e políticas públicas”, o grupo vem procurando participar de editais de fomento à pesquisa oferecidos na Instituição e abordando temas regionais de interesse para as áreas de Musicologia e Educação Musical.

Ciente de tais demandas, portanto, o curso de Música da UNIPLAC vem atuando para supri-las, concentrando esforços na capacitação de um número cada vez maior de profissionais, buscando prover este crescente mercado com professores de música que sejam possuidores de uma qualificação adequada para enfrentar as contradições da realidade da escola e contribuir para que a música se estabeleça e faça parte do cotidiano escolar de uma maneira efetiva, relevante e transformadora.

3.6 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

Ancorado no compromisso de formar profissionais com capacidade técnica científica para atuar de maneira contextualizada em diferentes realidades (local, regional, nacional), o Projeto Pedagógico do Curso de Música foi construído em consonância com as políticas propostas pela UNIPLAC, o PDI, (2019/2023) e as Diretrizes Nacionais para os cursos de Música – Resolução CNE/CES n. 02 de 08 de março de 2004.

Na Estrutura Curricular do Curso de Música existe a interdisciplinaridade, uma vez que propomos disciplinas trabalhadas na forma compartilhada com acessibilidade metodológica, observadas nas disciplinas de Profissão Docente, Currículos e Saberes. As horas trabalhadas estão expressas em hora-relógio (C/H). A articulação entre a teoria e a prática é observada nas disciplinas do Curso, e nas próprias aulas de Estágio Curricular Obrigatório, onde o aluno tem oportunidade de colocar em prática os conteúdos estudados na teoria. A disciplina de Libras é ofertada em dois semestres: 6º e 7º, com dois créditos em cada

um, de acordo com o Decreto Lei n. 5.626 em seu art. 3º, parágrafo 2º, publicado em 22 de dezembro de 2005 e atendendo a Resolução CONSUNI n. 086, de 21/12/06, que normatizou a oferta da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

A articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação está garantida, de forma inovadora, nas disciplinas compartilhadas, trabalhadas presencialmente: Profissão Docente, Políticas e Práticas Pedagógicas, Didática, Libras, Políticas Públicas da Educação Básica, Psicologia da Educação, Currículos e Saberes, Educação e Necessidades Especiais, Gestão de Processos Educacionais e as disciplinas em EAD, além da articulação, atendem os marcos regulatórios. Estas são Tecnologias da Informação e Comunicação, Cultura, Diferença e Cidadania, Língua Portuguesa, Iniciação à Pesquisa Científica e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

As disciplinas institucionais observam a carga horária da Educação a Distância, de acordo com os 20% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016.

3.6.1 Estrutura Curricular

1º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Profissão Docente *	40	02	-	23	10	07
Percepção Musical I	40	02	-	13	20	07
Teoria Musical I	40	02	-	25	08	07
Flauta Doce I	40	02	-	03	30	07
Técnica Vocal I e Canto Coral I	80	04	-	58	08	14
Introdução à Educação Musical	40	02	-	13	20	07
Tecnologias da Informação e Comunicação**	80	04	-	-	-	-
Subtotal	360	18	-	135	96	49
2º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	N. de Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Políticas Públicas da Educação Básica*	40	02	-	23	10	07
Psicologia da Educação*	40	02	-	23	10	07
Percepção Musical II	40	02	-	13	20	07
Teoria Musical II	40	02	-	25	08	07
Canto Coral II	40	02	-	13	20	07
Flauta Doce II	40	02	-	03	30	07
Técnica Vocal II	40	02	-	13	20	07
Estudos em Educação Musical I	40	02	-	25	08	07
Cultura, Diferença e Cidadania**	80	04	-	-	-	-
Subtotal	400	20	-	138	126	56
3º SEMESTRE						

Disciplinas	C/H	N. de Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Currículos e Saberes*	40	02	-	23	10	07
Percepção Musical III	40	02	-	13	20	07
Harmonia I	40	02	-	13	20	07
História da Música I	40	02	-	25	08	07
Canto Coral III	40	02	-	13	20	07
Teclado I	40	02	-	03	30	07
Estudos em Educação Musical II	40	02	-	25	08	07
Língua Portuguesa**	80	04	-	-	-	-
Subtotal	360	18	-	115	116	49
4º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	N. de Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Educação e Necessidades Especiais*	40	02	-	23	10	07
Percussão I	40	02	-	03	30	07
Percepção Musical IV	40	02	-	13	20	07
Harmonia II	40	02	-	13	20	07
História da Música II	40	02	-	25	08	07
Teclado II	40	02	-	03	30	07
Educação Musical e Escola	40	02	-	25	08	07
Iniciação à Pesquisa Científica**	80	04	-	-	-	-
Subtotal	360	18	-	105	126	49
5º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	N. de Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Didática*	80	04	-	46	20	14
Harmonia III	40	02	-	13	20	07
História da Música III	40	02	-	25	08	07
Percussão II	40	02	-	03	30	07
Estágio Curricular Obrigatório I	120	06	-	-	-	-
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável **	80	04	-	-	-	-
Subtotal	400	20	-	87	78	35
6º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	N. de Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Libras I*	40	02	-	23	10	07
Pesquisa e Prática Pedagógica I*	40	02	-	23	10	07
Tecnologia da Música	80	04	-	50	16	14
Harmonia IV	40	02	-	13	20	07
História da Música IV	40	02	-	25	08	07
Regência I	40	02	-	13	20	07
Estágio Curricular Obrigatório II	120	06	-	-	-	-
Subtotal	400	20	-	147	84	49
7º SEMESTRE						
Disciplinas	CH	N. de Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Libras II*	40	02	-	23	10	07
Pesquisa e Prática Pedagógica II*	40	02	-	23	10	07
Arranjo e Composição I	40	02	-	13	20	07
História da Música V	40	02	-	25	08	07
Prática de Conjunto I	40	02	-	03	30	07
Violão I	40	02	-	03	30	07
Regência II	40	02	-	13	20	07
Estágio Curricular Obrigatório III	100	05	-	-	-	-

Subtotal	380	19	-	103	128	49
8º SEMESTRE						
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	PCC	CH Extra Classe
Gestão de Processos Educacionais*	40	02	-	23	10	07
Pesquisa e Prática Pedagógica III*	40	02	-	23	10	07
Arranjo e Composição II	40	02	-	13	20	07
História da Música VI	40	02	-	25	08	07
Prática de Conjunto II	40	02	-	03	30	07
Violão II	40	02	-	03	30	07
Regência III	40	02	-	13	20	07
Estágio Curricular Obrigatório IV	100	05	-	-	-	-
Subtotal	380	19	-	103	128	49
Atividades Complementares	200	-	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL	3.240	152	-	933	882	385

*Disciplinas Compartilhadas

** Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância.

Resumo Explicativo

Composição da Estrutura Curricular	Carga Horária
Disciplinas Compartilhadas*	520
Disciplinas Institucionais**	400
Disciplinas Específicas	1.680
Estágio Curricular Obrigatório	400
Atividades Complementares	200

3.6.2 Ementário e Referências

1º SEMESTRE	
PROFISSÃO DOCENTE (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Profissão professor: identidade e exigências atuais. Formação pedagógica e os desafios contemporâneos. Formação inicial continuada dos professores e profissionalização. A função da aula no processo de construção do conhecimento.
Referências	<p>Básicas ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. CHARLOT, Bernard. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005. MEIRIEU, Philippe. Carta a um jovem professor. Porto Alegre: Artmed, 2008.</p> <p>Complementares BOURDIEU, Pierre. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982. FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1994. GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003. NÓVOA, António (Org.). Profissão professor. 2. ed. Portugal: Porto, 1995.</p>

	PRADOS, Rosália Maria N.; BONINI, Luci Mendes de Melo. A teia do saber: um novo olhar sobre a formação do professor. Mogi das Cruzes: Oriom, 2004.
PERCEPÇÃO MUSICAL I	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Desenvolvimento da percepção e estruturação cognitiva da linguagem musical. Práticas de audição, leitura e escrita, coordenação motora, afinação. Identificação de estruturas sonoras e suas relações com o sistema de notação: elementos melódicos com base na tonalidade (graus conjuntos); elementos rítmicos em compassos simples; elementos harmônicos envolvendo intervalos, acordes maiores e encadeamentos de I e V graus. Apreciação de timbres de instrumentos individuais. Audições comentadas de peças musicais que contenham esses elementos.
Referências	<p>Básicas BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical: prática auditiva para músicos. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 2005. GRAMANI, José Eduardo. Rítmica. São Paulo: Perspectiva, 2013. LIMA, Marisa Ramires Rosa; FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de. Exercícios de teoria musical: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Embriform, 2004. POZZOLI. Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: partes I & II. São Paulo: Ricordi, 2006.</p> <p>Complementares ADOLFO, Antônio. Música: Leitura, conceitos, exercícios. Revisada. Rio de Janeiro: Lumiar, 2013. DANDELLOT, Georges. Manuel Pratique pour l'étude des clés de Sol, Fá et Ut. Paris: Editions Max Eschig, 1928. HALL, Anne Carothers. Studying Rhythm. New Jersey: Prentice-Hall, Inc, 1989. LACERDA, Osvaldo. Regras de grafia musical. São Paulo: Irmãos Boso, 1974. WILLEMS, Edgar. Solfejo: curso elementar (trad. Raquel Marques Simões). São Paulo: Fermata do Brasil, 1995.</p>
TEORIA MUSICAL I	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Teoria do som: noções básicas. Parâmetros fundamentais do som: altura, duração, intensidade e timbre. Revisão crítica da teoria elementar da música. Sistemas de escrita e grafia musical. Fundamentos teóricos da notação musical convencional. Elementos básicos da teoria musical do sistema tonal aplicados na estruturação rítmica, melódica e harmônica.
Referências	<p>Básicas HENRY, Earl. Music theory. Ed. Prentice-Hall, 1985. LACERDA, Osvaldo. Compêndio de teoria elementar da música. 13. ed. São Paulo: Ricordi, 1961. MED, Bohumil. Teoria da música. 5. ed. Brasília: Musimed, 2017.</p> <p>Complementares COOPER, G.; MEYER, L. Estructura Rítmica de la Música. Barcelona: Idea Books, 2000. KIEFER, Bruno. Elementos da linguagem musical. Porto Alegre: Ed. Movimento, ANO?? LACERDA, Osvaldo. Regras de grafia musical. São Paulo: Irmãos Boso, 1974. LIMA, Marisa Ramires Rosa; FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de. Exercícios de teoria musical: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Embriform, 2004. SADIE, Stanley (ed.). The New Grove Dictionary of Music and Musicians. 29. v. 2. ed. Oxford: Grove, 2001. WISNIK, José Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas. 2. ed. São Paulo: Ed. Schwarcz, 2001.</p>
FLAUTA DOCE I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Iniciação à flauta doce. Técnicas básicas de execução, de respiração e emissão. Prática de leitura. Preparação de repertório de nível básico, solo e em conjunto. Adaptação de repertório para conjunto de flauta doce. História da flauta doce e pesquisa de repertório.
Referências	<p>Básicas MONKEMEYER, Helmut. Método para flauta-doce soprano: (das spiel auf der sopran blockflöte) parte 1. São Paulo: Ricordi, 1976. PROSSER, Elisabeth Seraphim; FIRZLAFF, Jaqueline J. V. Vem comigo tocar flauta doce:</p>

	<p>manual para flauta doce soprano. Brasília: Musimed, 1995.</p> <p>ROCHA, Carmen Maria Mettig. Iniciando a flauta doce: músicas fáceis para a iniciação instrumental individual ou coletiva. São Paulo: Ricordi, 1986.</p> <p>Complementares</p> <p>ATLAS, Allan W. Anthology of renaissance music. Londres: W. W. Norton & Company, 1998.</p> <p>HILL, John Walter. Anthology of baroque music: music in western europe, 1580-1750. Londres: W. W. Norton & Company, 2005.</p> <p>LIMA JÚNIOR, Ivandel Jesus de; SEZERINO, Glauber Aquiles. A flauta doce música de pixinguinha. Lages: Ed. do Autor, 2007.</p> <p>SADIE, Stanley. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. 29. ed. v. 2. ed. Oxford: Grove, 2001.</p> <p>SOUZA, Jusamara. Arranjos de músicas folclóricas. Porto Alegre: Livraria Sulina, 2008.</p>
TÉCNICA VOCAL I E CANTO CORAL I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Aparelho fonador e fisiologia da voz. Saúde vocal. Exercícios de vocalização. Avaliação da expressão vocal individual. Prática de música coral. Prática de leitura musical em conjunto. Desenvolvimento da percepção rítmica, melódica, harmônica e polifônica. Desempenho vocal em conjunto: respiração, afinação, qualidade sonora e expressividade. Classificação de vozes. Técnicas de formação e de preparação do coro. Planejamento de ensaio.
Referências	<p>Básicas</p> <p>BAÊ, Tutti. Canto: equilíbrio entre corpo e som: princípios da fisiologia vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006.</p> <p>BEHLAU, Mara; PONTES, Paulo; MORETI, Felipe. Higiene vocal: cuidando da voz. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2016.</p> <p>MARSOLA, Mônica.; BAÊ, Tutti. Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000.</p> <p>Complementares</p> <p>GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por todo o canto: coletânea de exercícios de técnica vocal. v. II. Rio de Janeiro: D. Goulart, 2013.</p> <p>GUSMÃO, C.; Pádua, M.; MAIA, M. O formante do cantor e os ajustes laríngeos e supralaríngeos em cantores barítonos: uma investigação acústica e fibronasolaringscópica. Revista Música Hodie, 16 (2), 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5216/mh.v16i2.47157</p> <p>PINHO Silvia; POLACOW KRN, Gustavo; PONTES, Paulo. Músculos Intrínsecos da Laringe e Dinâmica Vocal. v.1, Thieme Revinter, 2019.</p> <p>SUNDBERG, Johan. Ciência da voz: fatos sobre a voz na fala e no canto. trad. Salomão, Gláucia Laís. São Paulo: EDUSP, 2018.</p> <p>TAVARES, Juliana Gomes and SILVA, Erika Henriques de Araújo Alves da. Considerações teóricas sobre a relação entre respiração oral e disfonia. Rev. soc. bras. fonoaudiol. [online]. 2008, vol.13, n.4, pp.405-410. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-80342008000400017&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 08 out.2019.</p>
INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO MUSICAL	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Panorama histórico do ensino de música no Brasil. Legislação Brasileira em Educação Musical. Percepção e análise das problemáticas do ensino da música. O educador musical: identidade, formação pedagógica, ética profissional, função político-pedagógica no âmbito da educação musical.
Referências	<p>Básicas</p> <p>BASTIAN, Hans Günther. Música na Escola. São Paulo: Paulinas, 2009.</p> <p>JORDÃO, Gisele; ALLUCCI; Renata; <i>et al.</i> A Música na Escola. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações/3D3 Comunicação e Cultura/Ministério da Cultura, 2012.</p> <p>SOARES, José; SCHAMBECK, Regina Finck (Eds.). A formação do professor de música no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.</p> <p>Complementares</p> <p>FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. Educação musical nos anos iniciais da escola: identidade e políticas educacionais. Revista da ABEM, n. 12, mar. 2005.</p> <p>HOLLER, Marcos Tadeu. Os jesuítas e a música no Brasil Colonial. Campinas: Unicamp,</p>

	<p>2016. LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012. PENNA, Maura. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. Revista da ABEM, n. 16, mar. 2007. SANTOS, Regina Marcia Simão. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. Revista da ABEM, n. 12, mar. 2005.</p>
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Institucional)	
Carga Horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	<p>Básicas FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo: Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>Complementares FREIRE, Emerson; BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Érica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância. São Paulo: Erica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2014. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º SEMESTRE	
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Educação Básica: objetivos, princípios e diretrizes curriculares. Organização, funcionamento e financiamento da educação básica. Legislação: marcos regulatório da educação básica Relação entre educação, estado e sociedade.
Referências	<p>Básicas BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm _____. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file SAVIANI, Demerval. Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas. 2. ed. rev., atual. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2017.</p> <p>Complementares BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm _____. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. [Reforma do Ensino Médio]. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/</p>

	<p>Lei/L13415.htm</p> <p>_____. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologada pelo Ministro da Educação em 20/12/2017. Disponível em : http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf</p> <p>DOURADO, L. F. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília: INEP, 2016.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J; F. de; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.</p>
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	História da psicologia educacional e escolar. Teorias contemporâneas da educação: personalistas, psicocognitivas, tecnológicas, sociocognitivas, sociais, espiritualistas e acadêmicas. Teorias de desenvolvimento e da aprendizagem.
Referências	<p>Básicas</p> <p>AZZI, Roberta Gurgel. Psicologia e educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.</p> <p>CARRARA, Kester. Introdução à psicologia da educação: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004.</p> <p>WOOLFOLK, Anita E. Psicologia da educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>Complementares</p> <p>BERTRAND, Y. Teorias contemporâneas da educação. Montreal: Horizontes Pedagógicos (Instituto Piaget): 2001.</p> <p>BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. ref. ampl. São Paulo: Saraiva 2005.</p> <p>CUNHA, M. V. da. Psicologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.</p> <p>SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea. São Paulo: Moderna, 2002.</p> <p>VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, A.R.; LEONTIEV, Alexis. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone, 2018.</p>
PERCEPÇÃO MUSICAL II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Desenvolvimento da percepção e estruturação cognitiva da linguagem musical. Práticas de audição de estruturas sonoras e suas relações com o sistema de notação: elementos melódicos com base na tonalidade (graus conjuntos, intervalos e arpejos) e nos modos litúrgicos (graus conjuntos); elementos rítmicos em compassos simples e compostos; elementos harmônicos abrangendo acordes maiores, menores e suas inversões, e encadeamentos de I, IV e V graus. Apreciação de timbres de instrumentos diferentes (duas vozes). Audições de peças musicais que contenham esses elementos.
Referências	<p>Básicas</p> <p>BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical: prática auditiva para músicos. 7.ed. São Paulo: Unicamp, 2005.</p> <p>GRAMANI, José Eduardo. Rítmica. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p> <p>LIMA, Marisa Ramires Rosa; FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de. Exercícios de teoria musical: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Embriform, 2004.</p> <p>POZZOLI. Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: partes III & IV. São Paulo: Ricordi, 2006.</p> <p>Complementares</p> <p>ADOLFO, Antônio. Música: Leitura, conceitos, exercícios. 1. ed. Revisada. Rio de Janeiro: Lumiar, 2013.</p> <p>DANDELLOT, Georges. Manuel Pratique pour l'étude des clés de Sol, Fá et Ut. Paris: Editions Max Eschig, 1928.</p> <p>HALL, Anne Carothers. Studying Rhythm. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. 1989.</p> <p>HINDEMITH, Paul. Treinamento elementar para músicos. 3. ed. São Paulo: Ricordi, 1983.</p> <p>WILLEMS, Edgar. Solfejo: curso elementar (trad. Raquel Marques Simões). São Paulo: Fermata do Brasil, 1995.</p>
TEORIA MUSICAL II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Fundamentos teóricos da notação musical convencional. Elementos básicos da teoria musical do sistema tonal aplicados na estruturação rítmica, melódica e harmônica. Teoria do som: série

	harmônica e elementos derivados; aspectos do timbre e noções básicas de acústica musical; introdução à organologia.
Referências	<p>Básicas LACERDA, Osvaldo. Compêndio de teoria elementar da música. 13. ed. São Paulo: Ricordi, 1961. MED, Bohumil. Teoria da música. 5. ed. Brasília: Musimed, 2017. MENEZES, Flo. A acústica musical em palavras e sons. Cotia: Ateliê, 2003.</p> <p>Complementares HENRIQUE, Luís L. Acústica musical. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. LERDAHL, F. & JACKENDOFF, R. A Generative Theory of Tonal Music. 2nd ed. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1996. MAERSCH, Klaus, Rohde Ulrich, Seiffer, Otto: Atlas de los instrumentos musicales. Madrid: Alianza Música, 1994. SADIE, Stanley (ed.). The New Grove Dictionary of Music and Musicians. v. 29 2 .ed. Oxford: Grove, 2001. SCHAEFFER, Pierre. Tratado de los objetos musicales. Madri: Alianza, 1988.</p>
CANTO CORAL II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Estudo e prática de repertório coral erudito, popular e folclórico. Prática de leitura musical em conjunto. Desenvolvimento da percepção rítmica, melódica, harmônica e polifônica. A interpretação vocal coletiva. Desempenho vocal em conjunto: respiração, afinação, qualidade sonora e expressividade. O canto coral no contexto educacional.
Referências	<p>Básicas ARAÚJO, Ruth Bompert; MULLER, Maryse. Nossa voz: manual prático de treinamento vocal. CIDADE?? Revinter: 2016. BAÊ, Tutti. Canto: equilíbrio entre corpo e som: princípios da fisiologia vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006. SUNDBERG, Johan. Ciência da Voz: fatos sobre a voz na fala e no canto. trad. Salomão, Gláucia Laís. São Paulo: EDUSP, 2018.</p> <p>Complementares ARAÚJO, Marconi. Belting Contemporâneo: Aspectos técnico-vocais para Teatro Musical e Música Pop. Brasília: Musimed Edições Musicais, 2013. BEHLAU, Mara; MADAZIO, Glaucya. Voz: Tudo o que Você Queria Saber Sobre Fala e Canto - Perguntas e Respostas. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2014. GOULART, Diana; COOPER, Malu. Por Todo o Canto: Coletânea de Exercícios de Técnica Vocal. v. II. Rio de Janeiro: D. Goulart, 2013. GUSMÃO, C., Pádua, M., & MAIA, M. . O formante do cantor e os ajustes laríngeos e supralaríngeos em cantores barítonos: uma investigação acústica e fibronasolaringscópica. Revista Música Hodie, 16 (2), 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5216/mh.v16i2.47157 QUINTEIRO, Eudisia Acuna. Estética da voz: uma voz para o ator. 8. ed. São Paulo: Plexus, 2018.</p>
FLAUTA DOCE II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Técnicas de execução na flauta doce em dó e em fá. Aprimoramento técnico e interpretativo na execução de repertório específico para flauta doce. Desenvolvimento de aptidões envolvendo execução de memória, improvisação, transposição, leitura e escrita. Princípios para o ensino de flauta doce: métodos de ensino do instrumento, planejamento de atividades, material didático.
Referências	<p>Básicas MONKEMEYER, Helmut. Método per flauto doce contralto. São Paulo: Ricordi, 1974. PROSSER, Elisabeth Seraphim; FIRZLAFF, Jaqueline J. V. Vem comigo tocar flauta doce: manual para flauta doce soprano. Brasília: Musimed, 1995. ROCHA, Carmen Maria Mettig. Iniciando a flauta doce: músicas fáceis para a iniciação instrumental individual ou coletiva. São Paulo: Ricordi, 1986.</p> <p>Complementares ATLAS, Allan W. Anthology of renaissance music. Londres: W. W. Norton & Company, 1998. HILL, John Walter. Anthology of baroque music: music in western europe, 1580-1750.</p>

	Londres: W. W. Norton & Company, 2005. SANTA ROSA, Nereide Schilaro. Flauta doce método de ensino para crianças. 1999. SOUZA, Jusamara. Arranjos de músicas folclóricas . Porto Alegre: Livraria Sulina, 2008. SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente . São Paulo: Moderna, 2003.
TÉCNICA VOCAL II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Estudo da respiração, emissão, ressonância, articulação e dicção. Exercícios de vocalização. Estudo e aplicação da técnica vocal em diferentes repertórios e diferentes idiomas. Improvisação vocal. Interpretação vocal individual e coletiva. Aprimoramento da qualidade sonora vocal. A técnica vocal aplicada na educação musical.
Referências	<p>Básicas BAÊ, Tutti. Canto: uma consciência melódica: treinamento dos intervalos através dos vocalizes. São Paulo: Irmãos Vitale, 2003. QUINTEIRO, Eudisia Acuna. Estética da voz: uma voz para o ator. 8. ed. São Paulo: Plexus, 2018. SUNDBERG, Johan. Ciência da voz: fatos sobre a voz na fala e no canto. trad. Salomão, Gláucia Laís. São Paulo: EDUSP, 2018.</p> <p>Complementares ARAÚJO, Ruth Bompert; MULLER, Maryse. Nossa voz: manual prático de treinamento vocal. CIDADE??: Revinter, 2016. BEHLAU, Mara; MADAZIO, Glaucya. Voz: tudo o que você queria saber sobre fala e canto - perguntas e respostas. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2014. MARSOLA, Mônica; BAÊ, Tutti. Canto: uma expressão – princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000. SAHDI, Anna Paula. O caminho natural da voz: método de canto com enfoque terapêutico. São Paulo: Alfabeto, 2014. SERVILHA, Emilse Aparecida Merlin. Manual de Educação Vocal para Crianças. Barueri, São Paulo: Pró-Fono, 1997.</p>
ESTUDOS EM EDUCAÇÃO MUSICAL I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Introdução às teorias da Educação Musical. Delimitação epistemológica do campo da Educação Musical.. Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de música para a Educação Básica. Teorias de aprendizagem e cognição musical.
Referências	<p>Básicas BEYER, E.; KEBACH, P. (Org.). Pedagogia da música: experiências de apreciação musical. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. GOHN, Daniel Marcondes. Auto-aprendizagem musical: alternativas tecnológicas. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2003. SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementares BRITO, Teca Alencar de. Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança. São Paulo: Peirópolis, 2003. FONTERRADA, M. T. O. De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação. São Paulo: UNESP, 2008. KRIEGER, E. Descobrimos a música: idéias para a sala de aula. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. MATEIRO, Teresa.; ILARI, Beatriz. (org.). Pedagogias em educação musical. Curitiba: Ibpex, 2012. SOUZA, Jusamara. Aprender e ensinar música no cotidiano. Porto Alegre: Sulina, 2008.</p>
CULTURA, DIFERENÇA E CIDADANIA (Institucional)	
Carga horária	80 horas - 04 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais. Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: desafios e conquistas. Cidadania, movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de inclusão.
Referências	Básica:

	<p>HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.</p> <p>Complementar: BRASIL, Ministério da Educação. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013.</p> <p>CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014.</p> <p>CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.</p> <p>ROCHA, José Manuel de Sacadura. Antropologia jurídica: para uma filosofia antropológica do direito. Rio de Janeiro: Campus, 2008.</p> <p>VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p>
3º SEMESTRE	
CURRÍCULOS E SABERES (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Construção histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo. Currículo, escola e sociedade. Propostas curriculares alternativas.
Referências	<p>Básicas ALVES, N. (Org.). Criar currículo no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>LOPES, A. C.; MACEDO, E. Currículo: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. O currículo: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.</p> <p>Complementares ARROYO, Miguel Gonzáles. Currículo, território em disputa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.</p> <p>MOREIRA, A. C. B. <i>et al.</i> Currículo: políticas e práticas. 13. ed. Campinas: M.r. Cornacchia, 2011.</p> <p>NELSON, Cary; TREICHLER, Paula A.; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela; SIMON, Roger P.; GIROUX, Henry A.; KELLNER, Douglas; SANTOMÉ, Jurjo Torres; GRIGNAN, Claude; SILVA, Tomaz Tadeu da. Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.</p> <p>SAVIANI, D. Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no ensino. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.</p> <p>TORRES, J. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.</p>
PERCEPÇÃO MUSICAL III	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento geral da percepção musical. Estudo de elementos melódicos com base na tonalidade e nos modos litúrgicos (graus conjuntos e arpejos). Estudo de elementos rítmicos em compassos simples e compostos, pausas e síncope. Estudo de elementos harmônicos envolvendo acordes maiores, menores, aumentados e diminutos, e encadeamentos variados. Apreciação de timbres de instrumentos diferentes (duas ou mais vozes). Audições de peças musicais que contenham esses elementos.
Referências	<p>Básicas BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical: prática auditiva para músicos. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 2005.</p> <p>GRAMANI, José Eduardo. Rítmica. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p> <p>POZZOLI. Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: parte III e IV. São Paulo: Ricordi, 2006.</p> <p>Complementares ADOLFO, Antônio. Música: leitura, conceitos, exercícios. 1. ed. Revisada. Rio de Janeiro:</p>

	<p>Lumiar, 2013.</p> <p>DANDELOT, Georges. Manuel Pratique pour l'étude des clés de Sol, Fá et Ut. Paris: Editions Max Eschig, 1928.</p> <p>HALL, Anne Carothers. Studying Rhythm. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. 1989.</p> <p>KOSTKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. Harmonia Tonal (trad. Hugo L. Ribeiro e Jmary Oliveira) ed. [s.l.]: ed. do trad., 2015.</p> <p>LIMA, Marisa Ramires Rosa; FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de. Exercícios de teoria musical: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Embriform, 2004.</p> <p>WILLEMS, Edgar. Solfejo: curso elementar (trad. Raquel Marques Simões). São Paulo: Fermata do Brasil, 1995.</p>
HARMONIA I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Estudo dos elementos harmônicos do sistema tonal. Acordes de três sons. Funções harmônicas básicas. Condução de vozes e encadeamento de acordes. Estudo dos sistemas de cifragem de acordes. Desenvolvimento da percepção harmônica.
Referências	<p>Básicas</p> <p>GUEST, Ian. Harmonia: método prático v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006.</p> <p>HINDEMITH, Paul. Curso Condensado de Harmonia Tradicional: com predomínio de exercícios e um mínimo de regras. Mainz (Alemanha): Irmãos Vitale, 1949.</p> <p>SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: UNESP, 2001.</p> <p>Complementares</p> <p>BRISOLLA, Cyro. Princípios de harmonia funcional. 2. ed. São Paulo: Anna Blume, 2006.</p> <p>CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009.</p> <p>KOSTKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. Harmonia Tonal (trad. Hugo L. Ribeiro e Jmary Oliveira). 6. ed. [s.l.]: ed. do trad., 2015.</p> <p>LIMA, Marisa Ramires Rosa de. Harmonia: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Edição da autora, 2010.</p> <p>SCHOENBERG, Arnold. Funções estruturais da harmonia. São Paulo: Via Lettera, 2004.</p>
HISTÓRIA DA MÚSICA I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Introdução à História da Música e à Musicologia. Definição, conceitos e função social da música. A música no contexto sócio-cultural e histórico. Origens: Pré-História, Antiguidade, culturas não-ocidentais. História da Música ocidental: da Idade Média ao Renascimento. Fontes documentais e bibliográficas, compositores e obras representativas destes períodos.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ALALEONA, Domingos. Livro História da música. São Paulo: Ricordi, (Ano??)</p> <p>CANDÉ, Roland de. História universal da música. v. 1. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.</p> <p>OTTO Maria Carpeax. Livro de ouro da história da música (português). CIDADE, EDITORA E ANO????</p> <p>Complementares</p> <p>BOFFI, Guido . História da música Clássica. (Ano)</p> <p>CAVINI, Maristella Pinheiro. História da música Ocidental. Coleção Uab-ufscar (Ano)</p> <p>CHAIM, Ibrahim Abrahão, A música Erudita da Idade Média ao século XX. Letra e letras. (Ano)</p> <p>STEHMAN, Jacques. História da música Europeia. (Ano)</p> <p>WISNIK, José Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas. 2. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.</p>
CANTO CORAL III	
Carga horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Estudo e prática de repertório coral erudito, popular e folclórico. Prática de leitura musical em conjunto. Exercícios de memorização. Aprimoramento da qualidade sonora na interpretação vocal coletiva. Desempenho vocal em conjunto: respiração, afinação, qualidade sonora e expressividade. O canto coral aplicado na educação formal e não-formal.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ARAÚJO, Ruth Bompert; MULLER, Maryse. Nossa voz: Manual Prático de Treinamento</p>

	<p>Vocal. CIDADE??: Revinter, 2016 BEHLAU, Mara; MADAZIO, Glaucya. Voz: Tudo o que Você Queria Saber Sobre Fala e Canto - Perguntas e Respostas. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2014. MARSOLA, Mônica; BAÊ, Tutti. Canto: uma expressão: princípios básicos de técnica vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2000. SOBREIRA, Silvia. Desafinação vocal. 2. ed. Rio de Janeiro: Musimed, 2003.</p> <p>Complementares BAÊ, Tutti. Canto: equilíbrio entre corpo e som: princípios da fisiologia vocal. São Paulo: Irmãos Vitale, 2006. GOULART, Diana e COOPER, Malu. Por Todo o Canto: coletânea de exercícios de técnica vocal. v. II. Rio de Janeiro: D. Goulart, 2013. QUINTEIRO, Eudisia Acuna. Estética da voz: uma voz para o ator. 8. ed. São Paulo: Plexus, 2018. MATHIAS, Nelson. Coral: um canto apaixonante. Brasília: Musimed, 2001. SAHDI, Anna Paula. O caminho natural da voz: método de canto com enfoque terapêutico. São Paulo: Alfabeto, 2014.</p>
TECLADO I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Iniciação ao manuseio do teclado. Estudo de técnicas básicas, postura, mecanismos e recursos do instrumento. Introdução à leitura vertical. O uso do teclado no estudo de harmonia. Preparação de repertório em nível técnico iniciante. Prática instrumental individual e/ou em grupo.
Referências	<p>Básicas FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1991. FLETCHER, Leila. The piano course. volume 1 e 2 (Ano) FLETCHER, Leila. Adult Piano course 1, 2, 3, 4 (Ano)</p> <p>Complementares ADOLFO, Antônio. Iniciação ao Piano e Teclado. Rio de Janeiro: Lumiar, 2010. BURNAM, Edna-Mae. A dose do dia. v.1 e 2. CIDADE??: Bruno Quaino, (Ano) GUEST, Ian. Harmonia: método prático. Vol 1. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006. HINDEMITH, Paul. Curso Condensado de Harmonia Tradicional: com predomínio de exercícios e um mínimo de regras. Mainz (Alemanha): Irmãos Vitale, 1949. Hanon: The Virtuoso Pianist in Sixty Exercises, Book 1: Piano Technique MASCARENHAS, Mário. Curso de Piano. v. 1 e 2. CIDADE??: EDITORA E ANO</p>
ESTUDOS EM EDUCAÇÃO MUSICAL II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Investigação científica em Educação Musical. Conteúdos básicos em Música e vivências musicais voltadas ao ensino e à aprendizagem da música. Construção histórica, social, cultural, epistemológica e ideológica dos currículos de Música. Currículo, escola e sociedade. Estudo de projetos, programas e propostas curriculares de Educação Musical.
Referências	<p>Básicas GAINZA, Violeta Hemsy de. Estudos de psicopedagogia musical. São Paulo: Summus, 1988. GORDON, Edwin E. Teoria de aprendizagem musical: competências, conteúdos e padrões. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. ILARI, Beatriz Senoi (org.). Em busca da mente musical: ensaios sobre os processos cognitivos em música — da percepção à produção. Curitiba: da UFPR, 2006.</p> <p>Complementares BEINEKE, Viviane. Processos intersubjetivos na composição musical de crianças: um estudo sobre a aprendizagem criativa. 2009. 289f. Tese (Doutorado em Educação Musical - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009). BRÉSCIA, Vera Lúcia Pessagno. Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva. Campinas: Átomo, 2003. KRAEMER, Rudolf-Dieter. Dimensões e funções do conhecimento pedagógico-musical. Revista Em Pauta, v. 11, n. 16/17, 2000. PENNA, Maura. Revendo Orff: por uma reapropriação de suas contribuições. In: PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. Som, gesto, forma e cor: Dimensões da arte e seu ensino. 2. ed. Belo Horizonte:</p>

	Arte & Indústria, 1996. SANTIAGO, Glauber Lúcio Alves. Uso de recursos tecnológicos no ensino musical. CIDADE??: EDITORA E ANO
LÍNGUA PORTUGUESA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas CASTILHOS. Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à Linguística Textual. São Paulo: Contexto, 2018. RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola, 2010.</p> <p>Complementares FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009. LEFFA, Júlio Araújo Vilson. Redes sociais e ensino de línguas: o que temos de aprender? São Paulo: Parábola, 2016. MASIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2014.</p>
4º SEMESTRE	
EDUCAÇÃO E NECESSIDADES ESPECIAIS (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Educação especial. Fundamentos históricos, Epistemológicos e pedagógicos da educação especial. Necessidades educacionais especiais. Especificidades nas áreas visual, auditiva, mental, motora e sócio emocional e de altas habilidades/superdotação.
Referências	<p>Básicas BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. 6. ed. São Paulo: M.r. Cornacchia, 2004. CARNEIRO, M. S. C. Adultos com Síndrome de Down: a deficiência mental como produção social. São Paulo: Papyrus, 2008. DE CARLO, M. M. R. P. Se essa casa fosse nossa...: instituições e processos de imaginação na educação especial. São Paulo: Plexus, 1999.</p> <p>Complementares BAPTISTA, C. R.; BARRETO, M. A. S. C.; VICTOR, S. L. (Org.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007. CAIADO, K. R. M. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos. 2. ed. São Paulo: PUC/Campinas, 2006. FERNANDEZ, E. Linguagem e surdez. Porto Alegre: Artmed, 2003. LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. PADILHA, A. M. L. Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental. Campinas: Autores Associados, 2001.</p>
PERCUSSÃO I	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Percepção rítmica, leitura e grafia para instrumentos de percussão. A percussão corporal. Percussão brasileira e ritmos diversos. Instrumentos percussivos com objetos sonoros alternativos.
Referências	<p>Básicas BOLÃO, Oscar. Batuque é um privilégio: a percussão na música do Rio de Janeiro – para músicos, arranjadores e compositores. São Paulo: Lumiar, 2010. GRAMANI, José Eduardo. Rítmica viva: a consciência musical do ritmo. Campinas: Unicamp, 1996.</p>

	<p>_____. Rítmica. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p> <p>Complementares ALEXANDRE, R.; PAIVA, R. Bateria e percussão brasileira em grupo: composições para a prática de conjunto e aulas coletivas. v. 1. Itajaí: Edição do autor, 2010. FRUNGILLO, Mário D. Dicionário de Percussão. São Paulo: Ed. Unesp, 2003. ROCHA, Eder O. Zabumba moderno: eder 'O' rocha. v. 1. Recife: Governo de Pernambuco, [s.d.]. POZZOLI. Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: partes I & II. São Paulo: Ricordi, 2006. SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. Pandeiro brasileiro. Florianópolis: Bernúncia, 2008.</p>
PERCEPÇÃO MUSICAL IV	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento geral da percepção musical. Desenvolvimento da leitura à primeira vista. Estudo de elementos melódicos com base na tonalidade, nos modos, em cromatismos e em modulações simples. Estudo de elementos rítmicos envolvendo mudança métrica em compassos simples. Estudo de elementos harmônicos envolvendo a identificação de acordes complexos e encadeamentos variados. Apreciação de timbres de instrumentos diferentes (orquestra, banda, coro). Audições de peças musicais que contenham esses elementos.
Referências	<p>Básicas BENWARD, Bruce; KOLOSICK, Timothy. Percepção musical: prática auditiva para músicos. 7. ed. São Paulo: Unicamp, 2005. GRAMANI, José Eduardo. Rítmica. São Paulo: Perspectiva, 2013. LIMA, Marisa Ramires Rosa; FIGUEIREDO, Sérgio L. F. de. Exercícios de teoria musical: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Embriform, 2004.</p> <p>Complementares ADOLFO, Antônio. Música: leitura, conceitos, exercícios. 1. ed. Revisada. Rio de Janeiro: Lumiar, 2013. DANDELOT, Georges. Manuel Pratique pour l'étude des clés de Sol, Fá et Ut. Paris: Editions Max Eschig, 1928. HALL, Anne Carothers. Studying Rhythm. New Jersey: Prentice-Hall, Inc. 1989. PRINCE, Adamo. A arte de ouvir: percepção rítmica. v. 1-2. w/CD. Rio de Janeiro: Lumiar, 2001. SOBREIRA, Silvia. Desafinação vocal. 2. ed. Rio de Janeiro: Musimed, 2003.</p>
HARMONIA II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Estudo dos elementos harmônicos do sistema tonal. Acordes de três e quatro sons. Condução de vozes. Funções no campo harmônico: encadeamento de acordes com diferentes funções harmônicas. Harmonização de melodias. Desenvolvimento da percepção harmônica.
Referências	<p>Básicas GUEST, Ian. Harmonia: método prático. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006. HINDEMITH, Paul. Curso Condensado de Harmonia Tradicional: com predomínio de exercícios e um mínimo de regras. Mainz (Alemanha): Irmãos Vitale, 1949. SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: UNESP, 2001.</p> <p>Complementares BRISOLLA, Cyro. Princípios de harmonia funcional. 2. ed. São Paulo: Anna Blume, 2006. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. KOSTKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. Harmonia Tonal (trad. Hugo L. Ribeiro e Jamary Oliveira). 6. ed. [s.l.: ed. do trad.], 2015. LIMA, Marisa Ramires Rosa de. Harmonia: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Edição da autora, 2010. SCHOENBERG, Arnold. Funções estruturais da harmonia. São Paulo: Via Lettera, 2004.</p>
HISTÓRIA DA MÚSICA II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Séculos XV e XVI: o Renascimento, suas principais características e correntes musicais. O Barroco: características musicais, estética e os principais gêneros de música vocal e

	instrumental nos séculos XVII e XVIII. Fontes documentais e bibliográficas, compositores e obras representativas destes períodos.
Referências	<p>Básicas BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986. BERNARDINI, Andréa. História da música. Curitiba: Divulgação cultural, 2016. PAHLEN, Kurt. História Universal da música. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, (Ano)</p> <p>Complementares CAVINI, Maristella Pinheiro. História da música Ocidental. Coleção Uab-ufscar. Cidade: editora, ano. GROUT, Donald Jay; PALISCA, Claude. História da música Ocidental. Cidade: editora, ano. MED, Bohumil. Teoria da música. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: Musimed, 2017. PALISCA, Claude (ed.). Norton anthology of western music: ancient to baroque. 4th ed. New York/London: W. W. Norton & Company, 2001. SADIE, Stanley [ed.]. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. 29 v. 2nd ed. Oxford: Grove, 2001.</p>
TECLADO II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	O uso do teclado no estudo de harmonia. Prática de leitura vertical, leitura de cifras, harmonização de melodias e arranjos simples. Prática de improvisação. Estudo de repertório solo e prática de conjunto. Usos do instrumento na educação musical.
Referências	<p>Básicas ADOLFO, Antônio. O livro do músico: harmonia e improvisação para piano, teclados e outros instrumentos. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2011. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. MASCARENHAS, Mário. O tesouro do pequeno pianista. Cidade: editora, ano.</p> <p>Complementares ADOLFO, Antônio. Harmonia e Estilos para Teclado. Rio de Janeiro: Lumiar, 2010. BEYER, Ferdinand. Escola preparatória de piano. Op 101 . Cidade: Irmãos Vitale, ano. GUEST, Ian. 16 Estudos escritos e gravados para piano. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006. LIMA, Marisa Ramires Rosa de. Harmonia: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Edição da autora, 2010. SILVA, Abigail. Piano, improvisação e técnica. São Paulo: Vitale, ano.</p>
EDUCAÇÃO MUSICAL E ESCOLA	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Música como área de conhecimento na escola. Inserção do acadêmico no contexto de espaços educativos. Revisão bibliográfica, seleção e organização de conteúdos, procedimentos e avaliação. Escolha e adaptação de repertórios. Articulação entre as teorias da Educação Musical e a prática pedagógica.
Referências	<p>Básicas JORDÃO, Gisele; ALLUCCI; Renata; <i>et al.</i> A Música na Escola. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações/3D3 Comunicação e Cultura/Ministério da Cultura, 2012. LOUREIRO, Aícia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012. SOUZA, Jusamara; HENTSCHKE, Liane. Avaliação em Música: reflexões e práticas. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementares BASTIAN, Hans Günther. Música na Escola. São Paulo: Paulinas, 2009. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC: Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf HOWARD, Walter. A música e a criança. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1984. PONSÓ, Caroline. Música em diálogo: ações interdisciplinares na educação infantil. Porto Alegre: Livraria Sulina, 2011. SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.</p>
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA (Institucional)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de

	pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas: APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo: Cengage Learning, 2016. CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. MATIAS PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2012.</p> <p>Complementares: ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. ampl. São Paulo: Pearson, 2014. CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. _____. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.</p>
5º SEMESTRE	
DIDÁTICA (Compartilhada)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Planejamento escolar. Conteúdos curriculares. Metodologia de ensino e aprendizagem. Políticas de avaliação e avaliação da aprendizagem.
Referências	<p>Básicas CANDAUI, V. M. A didática em questão. Petrópolis: Vozes, 1996. ESTEBAN, M. T. Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. VASCONCELOS, C. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertat, 2005.</p> <p>Complementares CANDAUI, Vera Maria. Reinventar a escola. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. COMÊNIO, J. A. Didática magna. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. MACHADO, N. J. Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. MENEGOLLA, M. SANT'ANNA, I. M. Porque planejar? Como planejar? Currículo, área, aula. 22 ed. São Paulo: Vozes, 2014. SAVIANI, Demerval. Escola e democracia. 37. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.</p>
HARMONIA III	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Estudo dos elementos harmônicos do sistema tonal. Acordes de três e quatro sons. Condução de vozes. Funções no campo harmônico: encadeamento de acordes com diferentes funções harmônicas; ampliação da tonalidade por meio do uso de dominantes secundárias. Harmonização de melodias e arranjos simples. Desenvolvimento da percepção harmônica.
Referências	<p>Básicas GUEST, Ian. Harmonia: método prático. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006. HINDEMITH, Paul. Curso Condensado de Harmonia Tradicional: com predomínio de exercícios e um mínimo de regras. Mainz (Alemanha): Irmãos Vitale, 1949. SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: UNESP, 2001.</p> <p>Complementares BRISOLLA, Cyro. Princípios de harmonia funcional. 2. ed. São Paulo: Anna Blume, 2006. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. KOSTKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. Harmonia Tonal (trad. Hugo L. Ribeiro e Jamary Oliveira). 6. ed. [s.l.: ed. do trad.], 2015. LIMA, Marisa Ramires Rosa de. Harmonia: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Edição</p>

	da autora, 2010. SCHOENBERG, Arnold. Funções estruturais da harmonia . São Paulo: Via Lettera, 2004.
HISTÓRIA DA MÚSICA III	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Séculos XVIII e XIX: pré-Classicismo e Classicismo, Romantismo. Características gerais, compositores e obras representativas destes períodos.
Referências	<p>Básicas EWEN, David. Maravilhas da música Universal. São Paulo: editora Globo, (Ano) CANDÉ, Roland de. História universal da música. v. 2. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. GRIMSHAW, Caroline. Conexões! Música. 2. ed. CIDADE??: Callis, (Ano)</p> <p>Complementarws BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986. BURKHOLDER, J. Peter; GROUT, Donald Jay; PALISCA, Claude V. A history of western music. 7th ed. New York/London: W. W. Norton & Company, 2006. DOWNS, Philip G. Classical music. New York/London: W. W. Norton & Company, 1992. HORTA, Luiz Paulo. Dicionário de música. Rio de Janeiro: Zahar, (Ano) PLANTINGA, Leon. Romantic music. New York/London: W. W. Norton & Company, 1984.</p>
PERCUSSÃO II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Prática instrumental em grupo com instrumentos de percussão diversos. Arranjo para instrumentos de percussão. Percussão erudita. A percussão na Educação Musical.
Referências	<p>Básica BOLÃO, Oscar. Batuque é um privilégio: a percussão na música do Rio de Janeiro – para músicos, arranjadores e compositores. São Paulo: Lumiar, 2010. GIANESELLA, Eduardo Flores. Percussão orquestral brasileira: problemas editoriais e interpretativos. CIDADE: EDITORA, ANO GRAMANI, José Eduardo. Rítmica. São Paulo: Perspectiva, 2013.</p> <p>Complementar ALEXANDRE, R.; PAIVA, R. Bateria e percussão brasileira em grupo: composições para a prática de conjunto e aulas coletivas. v. 1. Itajaí: Edição do autor, 2010. FRUNGILLO, Mário D. Dicionário de Percussão. São Paulo: Unesp, 2003. MIRANDA, Clarice; JUSTUS, Liana. Desvendando a banda e a fanfarra. São Paulo: Formato, 2014. POZZOLI. Guia teórico-prático para o ensino do ditado musical: partes I & II. São Paulo: Ricordi, 2006 SAMPAIO, Luiz Roberto; BUB, Victor Camargo. Pandeiro brasileiro. Florianópolis: Bernúncia, 2008.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO I	
Carga Horária	120horas – 06 créditos
Ementa	Educação musical na educação básica. Educação musical nas séries iniciais do ensino fundamental. Observação do cotidiano escolar. Planejamento e intervenção do estágio nos anos iniciais do ensino fundamental. Relatório parcial de intervenção de estágio.
Referências	<p>Básicas MATEIRO, Teresa. Práticas de ensinar música: legislação, planejamento, observação, registro, orientação, espaços, formação. Porto Alegre: Livraria Sulina, 2009. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria S. Lucina. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis: A Secretaria, 2014.</p> <p>Complementares BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parâmetros curriculares nacionais: arte. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2001. _____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. JORDÃO, Gisele; ALLUCCI, Renata R; MOLINA, Sergio; TERAHATA, Adriana Miritello. A Música na Escola. São Paulo: Ministério da Cultura e Vale. Allucci & Associados</p>

	Comunicações, 2012. MARZULLO, Eliane. Musicalização nas escolas: 4º e 5º anos do ensino fundamental. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. MARZULLO, Eliane. Musicalização nas escolas: do 1º aos 3º anos do ensino fundamental. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Institucional)	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS.
Referências	Básicas: HADDAD, Paulo Roberto. Meio ambiente, planejamento e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva 2015. PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. RICKLEFS, Robert. A economia da natureza. 7. ed. São Paulo: Guanabara Koogan 2016. Complementares: ATENA EDITORA. Políticas públicas na educação brasileira: educação ambiental. Ponta Grossa (PR): Atena, 2018. Disponível online em https://www.atenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2018/03/E-book-PP-Educa%C3%A7%C3%A3o-Ambiental.pdf BARSANO, Paulo Roberto. Poluição ambiental e saúde pública. São Paulo: Erica 2014. LEFF, Enrique. Aposta pela vida: imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul. São Paulo: Saraiva, 2016. MARTINELLI, Dante Pinheiro. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. São Paulo: Manole 2004. MUDANÇAS climáticas do global ao local. São: Paulo Manole 2014.
6º SEMESTRE	
LIBRAS I (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Fundamentos históricos e epistemológicos da Língua de Sinais. Surdez e Linguagem. Culturas e Identidades Surdas. Sinal e seus Parâmetros. Noções gramaticais e Vocabulário Básico.
Referências	Básicas GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. Complementares FERNANDES, E.; Surdez e bilinguismo. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, C. B. F. de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, A. C. B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA I	
Carga Horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Pesquisa em educação. Pesquisa educacional no Brasil. Escola como campo de pesquisa.
Referências	Básicas DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006. FAZENDA, I. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. 18. ed. Papiros. Campinas. 2012. SANTOS FILHO, J. C. dos. Pesquisa educacional: quantidade – qualidade. 6. ed. São Paulo:

	<p>Cortez, 2007.</p> <p>Complementares KINCHELOE, J. L.; BERRY, K. S. Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem. Porto Alegre: Artmed, 2007. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projetos e relatórios, publicações. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo. 2. ed. rev. São Paulo: Paralelo, 2000. SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2019. TEIXEIRA, Z. C. (Org). Caderno para apresentação de trabalhos acadêmicos. Lages: UNIPLAC, 2005.</p>
TECNOLOGIA DA MÚSICA	
Carga Horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Introdução ao estudo de novas tecnologias em música. Softwares para edição e notação musical. Noções básicas de computação aplicada a sistemas de gravação de áudio e à produção musical.
Referências	<p>Básicas MENEZES, Flo. A acústica musical em palavras e sons. Cotia: Ateliê, 2003. ROADS, Curtis. The computer music tutorial. Cambridge: MIT Press, 1996. ZUBEN, Paulo. Música e tecnologia: o som e seus novos instrumentos. São Paulo: Irmãos Vitale, 2004.</p> <p>Complementares ALVES, Luciano. Fazendo música no computador. [s.l.]: Elsevier Brasil, 2006. GOHN, Daniel. Tecnologias digitais para educação musical. [s.l.]: EdUFSCar, 2011. MACHADO, André C.; LIMA, Luciano P.; LIMA, Sandra F. de O. Computação musical: Sound Forge 6.0: restauração de sons de LP'S e gravação de CD'S. São Paulo: Livros Érica, 2002. RATTON, Miguel. Dicionário de áudio e tecnologia musical. São Paulo: ed. Música e Tecnologia, 2009. RUNSTEIN, Robert E.; MILES HUBER, David. Técnicas Modernas de Gravação de Áudio. [s.l.]: Campus/ Focal Press, 2013.</p>
HARMONIA IV	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Estudo dos elementos harmônicos do sistema tonal. Acordes de três e quatro sons; acordes com tensões e acordes alterados; elementos modais. Condução de vozes. Funções no campo harmônico: encadeamento de acordes com diferentes funções harmônicas; ampliação da tonalidade por meio do uso de dominantes secundárias e modulação. Harmonização de melodias e arranjos simples. Desenvolvimento da percepção harmônica.
Referências	<p>Básicas GUEST, Ian. Harmonia: método prático. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2006. HINDEMITH, Paul. Curso Condensado de Harmonia Tradicional: com predomínio de exercícios e um mínimo de regras. Mainz (Alemanha): Irmãos Vitale, 1949. SCHOENBERG, Arnold. Harmonia. São Paulo: UNESP, 2001.</p> <p>Complementares BRISOLLA, Cyro. Princípios de harmonia funcional. 2. ed. São Paulo: Anna Blume, 2006. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. KOSTKA, Stefan; PAYNE, Dorothy. Harmonia Tonal (trad. Hugo L. Ribeiro e Jmary Oliveira). 6. ed. [s.l.: ed. do trad.], 2015. LIMA, Marisa Ramires Rosa de. Harmonia: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Edição da autora, 2010. MENEZES, Flo. Apoteose de Schoenberg. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2002. SCHOENBERG, Arnold. Funções estruturais da harmonia. São Paulo: Via Lettera, 2004.</p>
HISTÓRIA DA MÚSICA IV	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Período de transição entre os séculos XIX e XX: Nacionalismo, pós-Romantismo e pós-Tonalismo. Música do Século XX: Atonalismo, Neoclassicismo, Dodecafonismo, vanguardas. Características gerais, compositores e obras representativas destes períodos.

Referências	<p>Básicas GRIFFITHS, Paul. A música moderna: uma história concisa e ilustrada de Debussy a Boulez. São Paulo: Jorge Zahar, 1998. KIEFER, Bryno. História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX. CIDADE: Movimento, (Ano). TINHORÃO, José Ramos. Pequena história da música popular. CIDADE: EDITORA, ANO.</p> <p>Complementares BURKHOLDER, J. Peter; GROUT, Donald Jay; PALISCA, Claude V. A history of western music. 7th ed. New York/London: W. W. Norton & Company, 2006. GRIFFITHS, Paul. Enciclopédia da música do século XX. São Paulo: Martins Fontes, 1995. GRIFFITHS, Paul. Modern music and after. Estados Unidos: Oxford University, 2002 MORGAN, Robert P. Twentieth-century music: a history of musical style in modern Europe and America. New York/London: W. W. Norton & Company, 1991. SADIE, Stanley. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. v. 29. 2. ed. Oxford: Grove, 2001.</p>
REGÊNCIA I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	A regência na história. As diversas funções da regência e do regente. A preparação física do regente. Regência coral. Os gestos básicos da regência (Gestual Paralelo, Separado, Alternado e Independente). Linha básica de marcação. Fixação dos pontos de marcação. Técnica do “Ricochete”. Regência de compassos binários, ternários e quaternários simples. Prática de regência em peças de uma, duas, três vozes e cânones.
Referências	<p>Básicas BAPTISTA, Raphael. Tratado de regência: aplicada à orquestra, à banda de música e ao coro. 4. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009. COELHO, Helena Wöhl. Técnica vocal para coros. 7. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005. LAGO JÚNIOR, Sylvio. A arte da regência: história: técnica e maestros. Rio de Janeiro: Lacerda, 2002. ZANDER, Oscar. Regência Coral. Porto Alegre: Movimento, 1987.</p> <p>Complementares ATLAS, Allan W. Anthology of renaissance music. Londres: W. W. Norton & Company, 1998. _____. Renaissance music: music in western Europe, 1400-1600. New York/London: W. W. Norton & Company, 1998. CANDÉ, Roland de. História universal da música. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. HABERLEN, John. Mastering Conducting Techniques. Mark Foster Music Company, 1977. RINALD, Arthur; DE LUCA, Beatriz Nery, Daniel. O regente sem orquestra: exercícios básicos, intermediários e avançados para formação do regente. São Paulo: Algor, 2007. SADIE, Stanley. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. v. 29. 2. ed. Oxford: Grove, 2001.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO II	
Carga horária	120 horas – 06 créditos
Ementa	Educação musical nos anos finais do ensino fundamental. Observação do cotidiano escolar. Planejamento e intervenção do estágio nos anos finais do ensino fundamental. Relatório parcial de intervenção de estágio.
Referências	<p>Básicas GUIA, Rosa Lúcia dos Mares; FRANÇA, Cecília Cavalieri. Jogos pedagógicos para educação musical. Belo Horizonte: UFMG, 2005. LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. O ensino de música na escola fundamental. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012. PAZ, Ermelinda A. Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasília: Musimed, 2000.</p> <p>Complementares BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-</p>

	<p>2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file</p> <p>FIGUEIREDO, Eliane Leão. Pesquisa em música: apresentação de metodologias, exemplos e resultados. Curitiba: CRV, 2013.</p> <p>SNYDERS, Georges. A escola pode ensinar as alegrias da música? Trad. Maria José do Amaral Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008</p> <p>SUBTIL, Maria José Dozza. Música midiática e o gosto musical das crianças. Ponta Grossa, UEPG, 2006.</p> <p>SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. São Paulo: Moderna, 2003.</p>
7º SEMESTRE	
LIBRAS II (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Noções gramaticais e vocabulário intermediário. Uso da Libras em Contextos.
Referências	<p>Básicas</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: Libras. 3. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.</p> <p>LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora?: introdução à Libras e educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos, 2014.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.</p> <p>Complementares</p> <p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: artes e cultura, esportes e lazer. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>_____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: comunicação, religião e eventos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>_____. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: família e relações familiares e casa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.</p> <p>GESSER, Audrei. Libras?: que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.</p> <p>QUADROS, Ronice Müller de. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2007.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II (Compartilhada)	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Sala de aula como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.</p> <p>BAGNO, Marcos. Pesquisa na escola: o que é, como se faz. 26. ed. São Paulo: Loyola, 2014.</p> <p>DUSSEL, I.; CARUSO, M. A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>Complementares</p> <p>BERGMANN, J.; SAMS, A. Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2019.</p> <p>COSTA, M. C. V. Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.</p> <p>DUBET, F. O que é uma escola justa? a escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.</p> <p>GARCIA, Regina Leite (Org.). Método: pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>_____. O sentido da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p>
ARRANJO E COMPOSIÇÃO I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Instrumentação e orquestração. Técnicas de arranjo para grupo instrumental e vocal. Elementos e estrutura da composição. Audição e manuseio de partituras de arranjos de diversos estilos musicais. Utilização de recursos tecnológicos para criação de arranjos simples.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ALCHOURRON, Rodolfo. Composición y Arreglos de música popular. Buenos Aires:</p>

	<p>Ricordi Americana, 1991. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. v. 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.</p> <p>Complementares ALMADA, Carlos. Contraponto em música popular: fundamentação teórica e aplicações composicionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. BENNETT, Roy. Forma e estrutura na música. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1986. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. COPE, David. Techniques of the contemporary composer. USA: Schirmer, 1997. COSTA, Rogério Luiz Moraes. Música errante: o jogo da improvisação livre. São Paulo: Perspectiva, 2016.</p>
HISTÓRIA DA MÚSICA V	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Introdução às teorias na área de Estudos da Música Popular. Contexto e panorama histórico do desenvolvimento da música popular urbana desde suas origens (séc. XIX) até a atualidade.
Referências	<p>Básicas FRIEDLANDER, Paul. Rock and roll: uma história social. Rio de Janeiro: Record, 2006. MIDDLETON, Richard. Studying popular music. Grã-Bretanha: Open University Press, 2002. WISNIK, José Miguel. O som e o sentido: uma outra história das músicas. 2. ed. São Paulo: Schwarcz, 2001.</p> <p>Complementares CHACON, Paulo. O que é rock. São Paulo: Brasiliense, 1982. HOBSBAWM, Eric J. A história social do jazz. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. MALSON, Lucien; BELLEST, Christian. Jazz. Campinas: Papyrus, 1989. MUGGIATI, Roberto. O que é jazz. São Paulo: Brasiliense, 1999. TAGG, Philip. Analisando a música popular: teoria, método e prática. Em Pauta, v. 14, n. 23, Porto Alegre, UFRGS, 2003.</p>
PRÁTICA DE CONJUNTO I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Organização, elaboração e execução de arranjos em grupo. Aprimoramento da habilidade de leitura musical em grupo. Experiências com diferentes formações instrumentais. Audição de peças com diversas formações musicais.
Referências	<p>Básicas AGUILAR, M. del C. Aprender a escuchar: análisis auditivo de la música. Buenos Aires: Ed. de autor, 2009. ALMADA, Carlos. Arranjo. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1991.</p> <p>Complementares ADOLFO, Antônio. O livro do músico: harmonia e improvisação para piano, teclados e outros instrumentos. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2011. BENNETT, Roy. Forma e estrutura na música. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1986. COSTA, Rogério Luiz Moraes. Música Errante: O jogo da improvisação livre. São Paulo: perspectiva, 2016. SÁ, Renato. 211 levadas rítmicas: para violão e outros instrumentos de acompanhamento. São Paulo: Irmãos Vitale, 2002.</p>
	ZUBEN, Paulo. Ouvir o som . Aspectos de organização da música do século XX. São Paulo: Ateliê, 2005.
VIOLÃO I	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Postura, técnica básica, afinação, noções de cifragem. Preparação de repertório solo e em conjunto. Introdução aos aspectos didáticos do instrumento.
Referências	<p>Básicas CARLEVARO, Abel. Escuela de la guitarra, teoria instrumental: libros I, II, III, IV. Buenos Aires: Barry, 1979. PINTO, Henrique. Iniciação ao violão: princípios básicos e elementares para principiantes. São</p>

	<p>Paulo: Ricordi, 1978. _____. Técnica da Mão Direita - Arpejos. São Paulo, Ricordi, 2014.</p> <p>Complementares DUDEQUE, Norton. História do Violão . Curitiba: Editora UFPR, 1994. FARIA, Nelson. A arte da improvisação para todos os instrumentos. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1991. MARIANI, Silvana. O equilibrista das seis cordas : método de violão para crianças. Curitiba: UFPR, 2009. NOVAIS, Ricardo. Guia do violão clássico. Disponível em: https://amigoviolo.com/solicitar-o-guia-do-violao-classico/ _____. Guia do violão para crianças. Disponível em: https://amigoviolo.com/solicitar-o-novo-guia-do-violao-para-criancas/ SÁ, Renato. 211 levadas rítmicas: para violão e outros instrumentos de acompanhamento. São Paulo: Irmãos Vitale, 2002.</p>
REGÊNCIA II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento dos gestos de regência (Respiração, Anacruse, Fermatas, mudanças de compassos, independência das mãos). Introdução à regência instrumental. Regência de compasso composto. A preparação do regente. A regência aplicada a peças de três e quatro vozes. A prática da regência numa perspectiva educacional.
Referências	<p>Básicas BAPTISTA, Raphael. Tratado de regência: aplicada à orquestra, à banda de música e ao coro. 4. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009. RINALD, Arthur; DE LUCA, Beatriz Nery, Daniel. O regente sem orquestra: exercícios básicos, intermediários e avançados para formação do regente. São Paulo: Algor, 2007. ZANDER, Oscar. Regência Coral. 3. ed. Porto Alegre: Movimento, 1987.</p> <p>Complementar FIGUEIREDO, Sergio Luiz Ferreira de. O ensaio coral como momento de aprendizagem: a prática coral numa perspectiva de educação musical. 1990. 144 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. CANDÉ, Roland de. História universal da música. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 HABERLEN, John. Mastering Conducting Techniques. Mark Foster Music Company, 1977. HENRIQUE, Luís L. Instrumentos musicais. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. LAGO JÚNIOR, Sylvio. A arte da regência: história: técnica e maestros. Rio de Janeiro: Lacerda, 2002. MIRANDA, Clarice. Orquestra: histórico, regência e instrumentos. Rio de Janeiro: Solar do Rosário, 2011. SADIE, Stanley. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. Oxford: Grove, 2001.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO III	
Carga horária	100 horas – 05 créditos
Ementa	Educação musical do ensino médio. Observação do cotidiano escolar. Planejamento e intervenção do estágio no ensino médio. Práticas de integração entre universidade e ensino médio. Relatório parcial de intervenção de estágio.
Referências	<p>Básicas JORDÃO, Gisele; ALLUCCI, Renata R; MOLINA, Sergio; TERAHATA, Adriana Miritello (coords). A Música na Escola. Ministério da Cultura e Vale. Allucci & Associados Comunicações: São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/AMUSICANAESCOLA.pdf SOUZA, Jusamara Vieira. Aprender e ensinar música no cotidiano. Porto Alegre: Livraria Sulina , 2008. SWANWICK, Keith. Música, mente e educação. Belo Horizonte: Autentica , 2014.</p> <p>Complementares MATEIRO, Teresa.; ILARI, Beatriz. (Org.). Pedagogias em educação musical. Curitiba: Ibpex, 2012. PAZ, Ermelinda A. Pedagogia musical brasileira no século XX: metodologias e tendências. Brasília: Musimed, 2000.</p>

	PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino . 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 2010. SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica . Florianópolis: A Secretaria, 2014.
8º SEMESTRE	
GESTÃO DE PROCESSOS EDUCACIONAIS (Compartilhada)	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	Gestão e organização da educação. Teorias da administração e da gestão educacional. Avaliação institucional e planejamento estratégico.
Referências	<p>Básicas</p> <p>DOURADO, Luís Fernandes; PARO, Vitor Henrique. Políticas Públicas & Educação Básica. São Paulo: Xamã Vm, 2001.</p> <p>VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico. 14. ed. São Paulo: Libertad, 2005.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação Básica: projeto político-pedagógico; Educação superior: Projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2004.</p> <p>Complementares</p> <p>BRASIL. O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, Brasília: MEC/SASE, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/livro_pioneiros_final.pdf.</p> <p>HARDT, Lúcia Schneider & Outros. Coordenação Pedagógica: (per) formações e cartografias. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2015.</p> <p>LÉVY, Pierre. Tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: 34 Ltda, 2010.</p> <p>PARO, Vitor Henrique. Administração escolar: introdução crítica. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.</p> <p>SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. SC, SED:UNIVALI, 2014.</p>
PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III	
Carga Horária	40 horas - 02 créditos
Ementa	A formação específica como campo de pesquisa.
Referências	<p>Básicas</p> <p>BEHRENS, Marilda Aparecida. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2005.</p> <p>CUNHA, Maria Izabel da. O bom Professor e sua prática. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2001.</p> <p>FREIRE, Paulo. Política e Educação. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p> <p>Complementares</p> <p>FREITAS, Luiz Carlos. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, N.; FREITAS, Luiz Carlos de; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Formação de professor: pensar e fazer. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>KRAMER, Sônia (Org.). Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação. São Paulo: Ática, 1996.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2004.</p> <p>THUMS, Jorge. O acesso à realidade: técnicas de pesquisa e construção do conhecimento. Canoas: ULBRA, 2003.</p>
ARRANJO E COMPOSIÇÃO II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento de orquestração e das técnicas de arranjo. Criação de arranjos mais elaborados. Audição e manuseio de partituras de arranjos de diversos estilos musicais. Elementos e estrutura da composição. A composição musical no contexto da música contemporânea. Utilização de recursos de composição e arranjo em sala de aula.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ALMADA, Carlos. Arranjo. Campinas: UNICAMP, 2000.</p> <p>GUEST, Ian. Arranjo: método prático. v. 2. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.</p> <p>TRATENBERG, Lívio. Contraponto: uma arte de compor. São Paulo: EDUSP, 1994.</p>

	<p>Complementares ALMADA, Carlos. Arranjo: método prático. v. 2. Campinas: UNICAMP, 1996. _____. Contraponto em música popular: fundamentação teórica e aplicações composicionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. 20. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. KOSTKA, Stefan. Materials and Techniques of Twentieth Century Music. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2006. STONE, Stephen C. Theory and Composition: a practical approach. London: Rowman & Littlefield, 2019.</p>
HISTÓRIA DA MÚSICA VI	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Panorama da história da música no Brasil e suas principais fases: períodos colonial, Joanino e Imperial; o Romantismo no Brasil, as origens da música popular urbana (século XIX); Nacionalismo, Música Viva, Música Nova e Vanguarda, ecletismo (século XX). Panorama histórico da música popular no Brasil. O cenário histórico da música em Santa Catarina de acordo com a produção científica recente.
Referências	<p>Básicas KIEFER, Bruno. História da música brasileira: dos primórdios ao início do século XX. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1976. KRAUSCHE, Valter. Música popular brasileira: da cultura de roda à música de massa. São Paulo: Brasiliense, 1983. TRAVASSOS, Elizabeth. Modernismo e música brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p> <p>Complementares HOLLER, Marcos. Os jesuítas e a música no Brasil colonial. São Paulo: Unicamp, 2010. MARIZ, Vasco. História da música no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. PUBLIFOLHA. Enciclopédia da música brasileira: popular, erudita e folclórica. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Art/Publifolha, 2003. SADIE, Stanley. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. v. 29. 2. ed. Oxford: Grove, 2001. TINHORÃO, José R. História social da música popular brasileira. São Paulo: Ed. 34, 2004.</p>
PRÁTICA DE CONJUNTO II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Organização, elaboração e execução de arranjos em grupo. Prática de leitura, arranjo e improvisação. Experimentação com formações instrumentais variadas e diferentes elementos em arranjos e composições musicais. Desenvolvimento e adaptação de repertório. Audição de peças com diversas formações musicais.
Referências	<p>Básicas CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v.1 e v. 2. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. GUEST, Ian. Arranjo: método prático. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996. GUIGUE, Didier. Estética da Sonoridade. São Paulo: Perspectiva, 2011</p> <p>Complementares ALMADA, Carlos. Contraponto em música popular: fundamentação teórica e aplicações composicionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. DUNSBY, Jonathan; WHITTALL, Arnold. Análise musical na teoria e na prática. Curitiba: UFPR, 2012.</p> <p>GAINZA, Violeta Hemsy de. Improvisación musical. Buenos Aires: Ricordi: [s.d.]. SCHAFER, R. M. El nuevo paisaje sonoro. Buenos Aires: Ricordi Americana, 1969. ZUBEN, Paulo. Ouvir o som: aspectos de organização da música do século XX. São Paulo: Ateliê, 2005.</p>
VIOLÃO II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento das técnicas do instrumento. Harmonização ao violão. Preparação de repertório solo e em conjunto. Uso do violão como recurso de apoio na sala de aula.
Referências	<p>Básicas PINTO, Henrique. Curso progressivo de violão: (nível médio) para 2º, 3º e 4º ano. São Paulo:</p>

	<p>Ricordi, 2000. SANTOS, Turíbio. Segredos do violão. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1992. SAVIO, Isaiás. Escola moderna do violão: técnica do mecanismo = modern school of guitar : technique of mechanism = Escuela moderna de la guitarra : tecnica del mecanismo. São Paulo: Ricordi, 1985.</p> <p>Complementares PINTO, Henrique. Iniciação ao violão: princípios básicos e elementares para principiantes. São Paulo: Ricordi, 1978. CHEDIAK, Almir. Harmonia & Improvisação: 70 músicas harmonizadas e analisadas. v. 1. Rio de Janeiro: Lumiar, 2009. MORRISH, John. The Classical Guitar Book : a complete history. San Francisco, Calif.: London: Backbeat, 2002. PARKENING, Christopher. Classical Guitar Method . v. I (revised edition). Milwaukee, WI: Hall Leonard, 1999. WADE, Graham. A concise history of the classic guitar. Pacific: MelBay, 2001.</p>
REGÊNCIA III	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Aprimoramento dos gestos de regência. Regência Instrumental. Regência de compassos compostos e irregulares. Hemiolas. Articulações. Desenvolvimento de técnicas de ensaio de naípe e ensaio geral. Análise técnico musical e histórica de repertório original e arranjos para grupos musicais diversos. Preparação/Regência de repertório instrumental.
Referências	<p>Básicas BAPTISTA, Raphael. Tratado de regência: aplicada à orquestra, à banda de música e ao coro. 4. ed. São Paulo: Irmãos Vitale, 2009. RINALD, Arthur; DE LUCA, Beatriz Nery, Daniel. O regente sem orquestra: exercícios básicos, intermediários e avançados para formação do regente. São Paulo: Algor, 2007. ZANDER, Oscar. Regência Coral. 3. ed. Porto Alegre: Movimento, 1987.</p> <p>Complementares CANDÉ, Roland de. História universal da música. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. HABERLEN, John. Mastering Conducting Techniques. Mark Foster Music Company, 1977. HENRIQUE, Luís L. Acústica musical. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. LAGO JÚNIOR, Sylvio. A arte da regência: história: técnica e maestros. Rio de Janeiro: Lacerda, 2002. MIRANDA, Clarice. Orquestra: histórico, regência e instrumentos. Rio de Janeiro: Solar do Rosário, 2011. SADIE, Stanley. The New Grove Dictionary of Music and Musicians. Oxford: Grove, 2001.</p>
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO IV	
Carga horária	100 horas – 05 créditos
Ementa	Educação musical na educação não-formais. Observação do campo de estágio. Planejamento e intervenção do estágio em educação musical em ambientes não-formais. Relatório final de intervenção de estágio.
Referências	<p>Básicas BEYER, Esther. Pedagogia da música: experiências de apreciação musical. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. JORDÃO, Gisele (coord.). A música na escola. Ministério da Cultura e Vale. Allucci & Associados Comunicações: São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.amusicanaescola.com.br/pdf/AMUSICANAESCOLA.pdf PENNA, Maura. Música(s) e seu ensino. 2. ed. Porto Alegre: Livraria Sulina, 2010.</p> <p>Complementares ALMEIDA, Célia Maria de Castro. Ser artista, ser professor: razões e paixões do ofício. São Paulo: UNESP, 2009. BRESCIA, Vera Pessagno. Educação Musical. Bases Psicológicas e Ação Preventiva. 2.ed. Campinas - SP: Alínea, 2011. CORUSSE, Mateus Vinicius; JOLY, Ilza Zenker Leme. A educação musical em projetos sociais: concepções do desenvolvimento das funções humanas e sociais da música. Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas, v.19, n.2, jul/dez, 2014. Disponível em: https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/download SWANWICK, Keith. Música, mente e educação. Belo Horizonte: Autentica, 2014.</p>

3.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

A proposta curricular do Curso de Licenciatura em Música está embasada nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música, conforme Resolução CNE n. 2/2004, que define a organização curricular dos cursos de Música e a Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Conforme esse documento, a carga horária será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 3200 (três mil e duzentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garanta, nos termos dos seus Projetos Pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I – 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II – 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III – pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV – 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

A organização curricular do Curso de Música é disciplinar, com a perspectiva de eixo articulador da área da Educação Musical, tendo o “mapa conceitual” como estratégia para organizar os conteúdos a serem trabalhados em cada disciplina.

Nos itens 3.7.1 é possível visualizar a estrutura curricular do Curso de Música e a distribuição das disciplinas ao longo do curso, agrupadas em dois principais núcleos disciplinares, Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos; este último abrange três áreas disciplinares, Educação Musical, Formação Musical e Práticas Musicais. Envolvendo atividades de pesquisa e prática profissional, as disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP) e Estágio Curricular Obrigatório formam o núcleo de Conteúdos Teórico-Práticos,

integrando a atividade científica à docência, de acordo com o exigido pelas normas mencionadas acima. A partir do 6º semestre a articulação acontece por meio do planejamento e acompanhamento da disciplina de PPP sustentando a Prática como Componente Curricular como fundamento e a pesquisa como princípio, no sentido de melhor qualificar a formação científica do profissional professor para a Educação Básica.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 131/14, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5,

deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Também são observadas as alterações definidas pela Resolução n 207, de 20 de janeiro de 2016, em relação ao arredondamento para número inteiro ou fracionado em 0,5 (zero vírgula cinco) no conceito final lançado na ficha curricular do aluno.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2 semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5 semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância. Além disso a Uniplac vem desenvolvendo o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação/PPIEAG, que visa integrar a educação para inteireza e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

Núcleos		Disciplinas	Semestre	C/H	%
Conteúdos Básicos		Profissão Docente	1º	40	14 disciplinas
		Tecnologias da Informação e Comunicação	1º	80	
		Cultura, Diferença e Cidadania	2º	80	
		Políticas Públicas da Educação Básica	2º	40	
		Psicologia da Educação	2º	40	
		Currículos e Saberes	3º	40	
		Língua Portuguesa	3º	80	
		Educação e Necessidades Especiais	4º	40	
		Iniciação à Pesquisa Científica	4º	80	
		Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	5º	80	
		Didática	5º	80	
		Libras I	6º	40	
		Libras II	7º	40	
		Gestão de Processos Educacionais	8º	40	
Total da Carga Horária				800	25%
Conteúdos Teórico-Práticos	Básicas	Pesquisa e Prática Pedagógica I	6º	40	7 disciplinas
		Pesquisa e Prática Pedagógica II	7º	40	
		Pesquisa e Prática Pedagógica III	8º	40	
	Específicas	Estágio Curricular Obrigatório I	5º	120	
		Estágio Curricular Obrigatório II	6º	120	
		Estágio Curricular Obrigatório III	7º	100	
		Estágio Curricular Obrigatório IV	8º	100	
Total da Carga Horária				560	17%
Conteúdos Específicos	Educação Musical	Introdução à Educação Musical	1º	40	40 disciplinas
		Estudos em Educação Musical I	2º	40	
		Estudos em Educação Musical II	3º	40	
		Educação Musical e Escola	4º	40	
	Formação Musical	Percepção Musical I	1º	40	
		Teoria Musical I	1º	40	
		Percepção Musical II	2º	40	
		Teoria Musical II	2º	40	
		Harmonia I	3º	40	
		História da Música I	3º	40	
		Percepção Musical III	3º	40	
		Harmonia II	4º	40	
		História da Música II	4º	40	
		Percepção Musical IV	4º	40	
		Harmonia III	5º	40	
		História da Música III	5º	40	
		Tecnologia da Música	5º	80	
		Harmonia IV	6º	40	
		História da Música IV	6º	40	
		Arranjo e Composição I	7º	40	
		História da Música V	7º	40	
		Arranjo e Composição II	8º	40	
		História da Música VI	8º	40	
		Práticas Musicais	Técnica Vocal I e Canto Coral I	1º	
	Flauta Doce I		1º	40	
	Canto Coral II		2º	40	
	Flauta Doce II		2º	40	
	Técnica Vocal II		2º	40	
	Canto Coral III		3º	40	
	Teclado I		3º	40	
	Percussão I		4º	40	
	Teclado II		4º	40	
	Percussão II		5º	40	

	Regência I	6º	40	
	Prática de Conjunto I	7º	40	
	Regência II	7º	40	
	Violão I	7º	40	
	Prática de Conjunto II	8º	40	
	Regência III	8º	40	
	Violão II	8º	40	
	Total da Carga Horária		1.680	52%
Atividades Complementares	Atividades de pesquisa Atividades de extensão Atividades de monitoria Estágios curriculares não-obrigatórios Eventos científicos e culturais	1 a 8	200	6%
TOTAL DE DISCIPLINAS				61 disciplinas
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			3.240	100%

3.7.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação



3.7.3 Requisitos Legais

3.7.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1 de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de

graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Música prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina de **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável** – 5º semestre - 4 créditos - 80 h.

A UNIPLAC, desde 2015, desenvolve o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação PPIEAG que é uma estratégia de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores da UNIPLAC voltadas à educação ambiental. O Projeto é coordenado por uma professora do mestrado em Educação e do Mestrado em Ambiente e Saúde – Interdisciplinar e pela Pró-Reitoria de Ensino. Consiste em reuniões sistemáticas com os coordenadores dos cursos de graduação com o objetivo de garantir a ambientalização curricular dos cursos. O programa realiza formação continuada com os coordenadores para que estes articulem e potencializem as atividades educativas realizadas pelos docentes nos diversos componentes curriculares, entendendo a educação ambiental como um campo de conhecimento interdisciplinar. O programa está vinculado ao grupo de pesquisa certificado pela Instituição: Ambiente, Educação e Saúde – GEPES AMBIENS que objetiva investigar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço de mediação interdisciplinar a educação ambiental, considerando as políticas públicas e a gestão ambiental como estratégias ambientalização das instituições e de desenvolvimento territorial sustentável em áreas de abrangência do Aquífero Guarani/ Serra Geral. Objetiva ainda, discutir teorias do conhecimento para a formação humana no âmbito teórico metodológico no ensino superior, sob a liderança da prof. Dra. Lucia Ceccato de Lima.

Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteira. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental.

Outros projetos são desenvolvidos na universidade e envolvem estudantes de iniciação científica que se referem: Uso e ocupação do solo urbano; as praças públicas e qualidade de vida; Paisagem em Área de abrangência do Aquífero Guarani; Nós e os Cães: A água do futuro; compostagem de resíduos sólidos, entre outros.

A Cidade de Lages tem uma condição especial no que se refere ao Aquífero Guarani. É uma área de recarga e descarga do referido aquífero o que torna essa região muito vulnerável quanto a proteção e preservação destas águas subterrâneas.

Assim em 2008, foi consolidada a Rede Guarani Serra Geral para realizar pesquisa e

extensão que contribuam com gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver políticas públicas de preservação dessa reserva hídrica subterrânea.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do aquífero. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA). A coordenação de REDE ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto. O projeto continua em andamento, sendo previstos recursos para continuidade do mesmo também em 2019.

Entre 2015 e 2017, foi realizada uma pesquisa em Rede com 8 Universidades: UNIPLAC, UNIVALI, UDESC, UNISUL, UNIDAVI, UNIFEBE, UNOESC E UNESC. O projeto Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às Políticas Institucionais em Santa Catarina, teve como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis ao ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). A pesquisa será desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina. Como objetivos específicos, pretende averiguar o estágio do processo de ambientalização e sustentabilidade de cada IES; identificar indícios de ambientalização, a partir da análise dos documentos institucionais (PDI, PPI) e curriculares (PPC e planos de ensino das disciplinas de graduação nas IES); elaborar subsídios e propor estratégias, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental, aplicáveis às IES, no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão ambiental dos campi universitários; fortalecer a parceria, integração e colaboração entre pesquisadores das IES participantes em torno da consolidação de Políticas de ambientalização e sustentabilidade no âmbito das IES participantes; criar uma rede temática de ambientalização e sustentabilidade vinculada à Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental - REASul, para fortalecer a integração e colaboração com pesquisadores nacionais e da Red de Indicadores de Sostenibilidad en las Universidades (RISU), vinculada à Alianza de Redes Iberoamericanas de Universidades por la

Sustentabilidad y el Ambiente (ARIUSA). A abordagem metodológica caracteriza-se pelo enfoque quanti-qualitativo com base na pesquisa-ação participante (THIOLLENT, 2008; HAGUETTE, 2003) e o uso de técnicas de análise documental e de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2008; FRANCO, 2008). Complementar à análise documental, serão aplicados questionários em formulário on-line, e realizadas entrevistas semiestruturadas (SZYMANSKI, 2002). Os resultados serão utilizados para propor estratégias de ambientalização curricular nos cursos de graduação, ações e práticas sustentáveis inovadoras e de responsabilidade socioambiental que possam contribuir para criar, implementar, avaliar ou aperfeiçoar Políticas de ambientalização e sustentabilidade nas IES. A avaliação e socialização dos resultados dar-se-á por meio da realização de três workshops e um Seminário final. Também será organizada uma publicação no formato de livro, e a produção de artigos para apresentação em eventos acadêmicos e publicação em periódicos nacionais. Como produtos deste projeto foi publicado um livro com parte dos resultados de cada uma das universidades participantes e também um Guia para contribuir com os coordenadores dos cursos de graduação das universidades participantes.

Em 2017 a Universidade desenvolveu estudo para elaboração e oferta de disciplinas institucionais. Foram aprovadas pelo CONSUNI e incorporadas as estruturas curriculares de todos os cursos 5 disciplinas. Uma delas é a disciplina: Ambiente e desenvolvimento Sustentável com a seguinte ementa: Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS. Esta disciplina pretende contribuir para que todos os estudantes da universidade tenham a oportunidade de discutir a respeito de seus compromissos e responsabilidades e modo de ser e estar no planeta.

Cabe ressaltar que a UNIPLAC tem forte compromisso com as questões ambientais, sendo que um dos Programas de Mestrado é em Ambiente e Saúde que articula as temáticas do cuidado do ambiente bem como promove eventos e executa projetos importantes como alguns acima citados.

3.7.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lei n. 10.639/2003) a UNIPLAC constituiu a Resolução n. 114, de 1 de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Música prevê a integração da educação étnico-racial por meio das disciplinas de **Políticas Públicas na Educação Básica** - 2 semestre - 2 créditos - 40 h e **Cultura, Diferença e Cidadania** - 2 semestre - 4 créditos - 80 h.

A UNIPLAC, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb), tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários segmentos da Universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O curso de Música incluiu a temática através da disciplina de **Políticas Públicas na Educação Básica** - 2 semestre - 2 créditos - 40 h e **Cultura, Diferença e Cidadania** - 2 semestre - 4 créditos - 80 h.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes,

mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades, está a de acompanhar e propor medidas à Universidade que visem garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, de 29/08/2013, foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16, foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da **Resolução CONSUNI n. 235, de 11 de agosto de 2016**, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com **transtornos globais no desenvolvimento** e com **altas habilidades ou superdotação** (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, **transtornos globais no desenvolvimento** e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de **Transtorno do Espectro Autista**, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os

conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

Entre os profissionais credenciados pela UNIPLAC para este tipo de demanda está a Prof. MSc. Vivian Fátima de Oliveira, docente e Coordenadora do Curso de Psicologia, indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.8 METODOLOGIA

A metodologia proposta para o Curso de Licenciatura em Música da UNIPLAC vem sendo concebida e implementada com atenção especial à relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. A proposta é pensada a partir da concepção de que, para se alcançar um aprendizado musical significativo, aspectos teóricos e práticos precisam estar amalgamados. Considerando que as experiências musicais vividas pelo aluno durante o curso, assim como qualquer experiência musical, são igualmente experiências de educação musical, o processo de ensino-aprendizagem é conduzido de forma que não haja separação entre elementos teóricos e práticos; o *fazer musical* e o *refletir* sobre música estão interligados indissociavelmente. Este princípio, que norteia a atuação do Curso tem sido promovido, incentivado e praticado nas várias instâncias ligadas à Licenciatura em Música da UNIPLAC e ao seu cotidiano de trabalho, com vistas na articulação do conhecimento teórico no desenvolvimento das habilidades e competências da prática profissional, de forma reflexivo-crítica. Estes conhecimentos articulados fundamentam as atividades práticas em todos as disciplinas.

Diversos autores que discutem a formação de professores, como Nóvoa (1995, 2009), Pimenta (1999), Soares, Schambeck e Figueiredo (2014), Tardif (2002), Veiga (2002), Zeichner (1992, 1998), dentre outros, têm apontado a importância de que se reveste o campo da docência e tem indicado a necessidade de se valorizar práticas formativas que contribuam para a construção de professores de profissão que sejam autônomos e capazes de refletir criticamente sobre sua prática e a realidade social. A música é uma das manifestações artísticas mais próximas das pessoas, sejam quais forem seus contextos sociais e culturais. Dentro deste panorama, a graduação em música da UNIPLAC visa capacitar o graduando a desenvolver competências pedagógicas e musicais a fim de poder lecionar em diferentes contextos sociais e educacionais, como já visto. Esta postura e estas estratégias em favor de uma constante fusão entre teoria e prática estão em concordância com o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, no perfil profissional ensejado para o educador musical, na apropriação do pensamento crítico-reflexivo, no raciocínio teórico e na atuação pedagógica. Estes aspectos devem estar unidos ao fazer artístico-musical, à

sensibilidade, à criação, à excelência prática e à intervenção ativa e transformadora no âmbito sociocultural (idem, art.3, art.4, I).

Em especial no campo da Educação Musical, dois fatores se destacam como a característica mais marcante desta tendência: o declínio do paradigma da polivalência (a Educação Artística criada pela LDB de 1971, já discutido anteriormente) e as novas regras para o ensino de música, que atingem todos os níveis — incluindo a Lei N 13.278/2016, além das DCN promulgadas em 2004. Tais fatores contribuem para o significativo crescimento e afirmação das especificidades, incluindo a música, como áreas de conhecimento autônomas (ainda que mantido o caráter intrinsecamente multidisciplinar e o diálogo com outras áreas), e este aspecto é um princípio que norteia as estratégias do curso neste sentido, visando reafirmar o campo profissional do Licenciado em Música. Sobre este aspecto, a autora Maura Penna, já mencionada, comenta:

A licenciatura em música é a formação profissional por excelência para o educador musical: não apenas é ela que lhe dá formal e legalmente o direito de ensinar, como é a formação ideal, aquela que nossa área tem defendido e construído, em um árduo processo. [...] As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música (Resolução CNE no 2/2004) resultaram de um longo processo de elaboração, discussão e — principalmente — de tramitação no Conselho Nacional de Educação (CNE). Essas diretrizes refletem, para a área de educação musical, *um movimento de reafirmação de sua especificidade e de seus conhecimentos próprios*, em reação ao esvaziamento de conteúdos musicais que resultou do modelo de licenciatura em Educação Artística. (PENNA, 2007, p.50, grifo nosso)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015), e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, orientam a formação para a atividade docente, dentre as quais destaque para:

- o ensino visando à aprendizagem do aluno;
- o exercício de atividades de enriquecimento cultural;
- o aprimoramento em práticas investigativas;
- a elaboração e a execução de projetos de desenvolvimento dos conteúdos curriculares;
- o uso de tecnologias da informação e da comunicação e de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- o desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe.

Considerando estes itens, desde o primeiro semestre do curso o aluno aproxima-se de atividades teórico-práticas através de disciplinas cujo conhecimento passa a ser mediado

através de metodologias que oportunizam o reconhecimento da Música, suas variantes, e, os processos de ensinar e aprender Música.

No tocante às atividades de pesquisa, a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica especificamente vem contribuindo para uma formação acadêmica que confira ao aluno as competências básicas na área de pesquisa enquanto licenciados, atendendo às solicitações contemporâneas. Da metade para o final do curso estas atividades de articulação entre pesquisa e ensino se intensificam no núcleo de Conteúdos Teórico-Práticos, que envolve também a atividade de Estágio Curricular Obrigatório, tópico discriminado a seguir.

3.9 ESTÁGIO CURRICULAR

3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório é um processo interdisciplinar, obrigatório, avaliativo, compreendido como um espaço de reflexão e intervenção na realidade, devendo ser capaz de articular teoria/prática e ensino/pesquisa/extensão.

O curso de Música atendendo ao que determina a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Resolução n. 2, de 8 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso, a Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015, a Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, o Regimento Geral da UNIPLAC, a Resolução CONSUNI n. 232, de 08 de agosto de 2016 e o Regulamento de Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Música – Licenciatura, vem desenvolvendo o estágio a partir do 5º semestre, estendendo-o até o 8º semestre, sob a orientação de um professor que desenvolve aulas presenciais, assim como acompanha as atividades práticas nos campos de atuação.

O objetivo geral do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Música – Licenciatura - é instrumentalizar e proporcionar aos acadêmicos a construção do seu próprio processo de aprendizagem e profissionalização, por meio da apropriação, elaboração e produção do conhecimento nas diferentes áreas de atuação do curso, a partir dos eixos norteadores da universidade, ensino, pesquisa e extensão, para que possam assumir o papel de sujeitos históricos, comprometidos com uma sociedade livre, não seletiva e democrática.

O processo estágio neste curso está organizado de forma a atender os diferentes níveis da Educação Básica: no 5º semestre o campo de estágio é o nível das séries iniciais do ensino fundamental; no 6º semestre, o campo de estágio é o nível das séries finais do ensino fundamental; no 7º semestre, o campo de estágio é o ensino médio. No 8º semestre como campo de estágio são priorizadas as organizações de educação não formal (instituições e fundações culturais, museus, OSCs e outros campos emergentes).

O Estágio Curricular Obrigatório constitui-se em espaço privilegiado para a atividade de orientação, oportunizando amplas discussões intragrupos e intergrupos, no que se refere à realidade e ao campo de estágio. A carga horária total é de 440 horas, sendo 152 destinadas à fundamentação teórica e metodológica dos acadêmicos e 288 horas para a execução no campo de estágio.

É necessário salientar que as atividades de estágio foram projetadas e vem sendo desenvolvidas a partir das demandas dos campos de estágio, com base nos projetos pedagógicos das unidades escolares, tendo como eixo norteador a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), assim como a legislação que ampara a formação docente oferecida pelo Curso. A supervisão de estágio é realizada atualmente pela coordenação do Curso em articulação direta com o professor do Estágio Curricular Obrigatório.

No Estágio Curricular Obrigatório do curso de Licenciatura em Música, o aluno adquire e articula um conjunto de habilidades e competências que possibilitam o aprofundamento dos conteúdos adquiridos durante o curso e sua formação profissional.

Em todos os semestres são desenvolvidas as seguintes atividades processualmente, obrigatoriamente:

- I – Observação do Campo de Estágio com o objetivo de conhecer as rotinas pedagógicas e administrativas escolares e elaborar o Diagnóstico do Campo de Estágio.
- II – Elaboração de Projeto de Intervenção e Plano de Ensino.
- III – Regência de Classe sendo obrigatória a elaboração dos Planos de Aula.
- IV – Elaboração de relatório da etapa de intervenção

O Estágio Curricular Obrigatório deverá ser realizado, preferencialmente, em grupos de quatro integrantes, sendo excepcionalmente permitida a realização de forma individual ou em grupos diferentes do número de quatro acadêmicos, de acordo com a necessidade do campo de estágio, e aprovação pelo Colegiado.

O relatório de cada etapa, ao final do 8º semestre, culminará em documento único, significando o trabalho de curso para fins de conclusão do curso de Licenciatura em Música. A estrutura mínima do relatório deve contemplar os seguintes itens: introdução, desenvolvimento, conclusão ou considerações finais e referências. O relatório final será disponibilizado em mídia digital à Biblioteca Central da UNIPLAC e sua estrutura deverá contemplar as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT.

Compõe requisito obrigatório para a avaliação, bem como para conclusão do curso, a devolução do ECO na UNIPLAC, em forma de seminário, ou nos locais em que foram desenvolvidas as atividades de estágio.

A avaliação ocorre em todas as etapas do Estágio Curricular Obrigatório e compreende o domínio do conhecimento na área de atuação, a posição de alternativas com vistas às mudanças educacionais, a comunicação oral e escrita, o planejamento de situações de ensino, o compromisso - opção por determinados valores, sob os formatos: Diagnóstico do Campo de Estágio, Projeto de Estágio, Plano de Ensino, Planos de Aulas, Relatórios parciais e finais; Encontros com a Orientação e Supervisão.

3.9.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação com a Rede de Educação Básica

Para a realização do Estágio, existe o termo de Convênio n. 2337/2018, de 21/08/2018, entre a Prefeitura Municipal de Lages, através da Secretaria Municipal de Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, mantenedora da UNIPLAC, e também o Termo de Cooperação Técnica n. 2017 TN 0461, de 20/04/2017, celebrado entre a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, que tem como objetivo a regulamentação das condições de realização das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da Universidade.

3.9.3 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática

O Estágio Curricular Obrigatório visa fortalecer a relação teoria e prática na Modalidade à Distância. o no princípio metodológico de que o desenvolvimento de competências profissionais implica em utilizar conhecimentos adquiridos, quer na vida acadêmica quer na vida profissional e pessoal. Sendo assim, o estágio constitui-se em importante instrumento de conhecimento e de integração do aluno na realidade social, econômica e do trabalho em sua área profissional.

A relação teoria e prática é experiência bastante complexa na formação de professores, sobretudo porque suas manifestações estabelecem vínculos tanto no espaço de formação inicial, a universidade, como no espaço de trabalho, a escola-campo, onde os alunos realizam o estágio.

Uma das compreensões do estágio como elemento articulador da relação teoria e prática é testemunhada pelos universitários como uma relação que, apesar dos elementos serem construídos, separadamente, em lugares específicos, é possível relacioná-los em um momento, sobretudo no momento da prática. Também, percebem tal relação como algo indissociável, que é impossível perceber uma demarcação definida do que é a prática e do que é a teoria.

A percepção de que a relação teoria e prática não é uma realidade linear, é apresentada pelos alunos quando eles percebem que, na prática de estágio, vivenciada, automaticamente, acessam teorias, conhecimentos construídos em outras etapas do curso.

O Estágio Curricular Obrigatório é o primeiro contato que o aluno-professor tem

com seu futuro campo de atuação.

Assim, por meio da observação, da participação e da regência, o licenciado poderá refletir e vislumbrar futuras ações pedagógicas.

Ao estagiar o futuro professor a encarar a educação com outro olhar, procurando entender a realidade da escola e o comportamento dos alunos, dos professores e dos demais profissionais que compõem a educação.

O Estágio das Licenciaturas é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, sendo necessário à formação profissional, a fim de adequá-la às expectativas do mercado de trabalho onde o licenciado irá atuar. Desta forma, o estágio dá oportunidade de aliar a teoria à prática.

As atividades de conclusão do curso de Música se caracterizam por dois processos: realização do Estágio Curricular Obrigatório – ECO, culminando em elaboração de Relatório Final das intervenções, e pesquisa realizada nas disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica – PPP, culminando na elaboração e publicação de artigo científico.

O processo de ECO possui metodologia de planejamento, elaboração, execução e avaliação específicas, sendo previstas em Regulamento próprio.

O objetivo geral do processo de ECO é instrumentalizar e proporcionar aos acadêmicos a construção do seu próprio processo de aprendizagem e profissionalização, por meio da apropriação, elaboração e produção do conhecimento nas diferentes áreas de atuação do curso, a partir dos eixos norteadores da universidade, ensino, pesquisa e extensão, para que possam assumir o papel de sujeitos históricos, comprometidos com uma sociedade livre, não seletiva e democrática. Desta forma, é obrigatória a realização de quatro etapas em cada semestre/etapa de intervenção, que corresponde ao 5º ao 8º semestre do curso:

I – Observação do Campo de Estágio com o objetivo de conhecer as rotinas pedagógicas e administrativas escolar e elaborar o Diagnóstico do Campo de Estágio;

II – Elaboração de Projeto de Intervenção e Plano de Ensino;

III – Regência de Classe sendo obrigatória a elaboração dos Planos de Aula; e

IV – Elaboração de relatório da etapa de intervenção.

O relatório de cada etapa, ao final do 8º semestre, culminará em documento único, significando o trabalho de curso para fins de conclusão do curso de Música - Licenciatura. A estrutura mínima do relatório deve contemplar os seguintes itens: introdução, desenvolvimento, conclusão ou considerações finais e referências. O relatório final será disponibilizado em mídia digital à Biblioteca Central da UNIPLAC e sua estrutura deverá contemplar as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT.

Compõe requisito obrigatório para a avaliação, bem como para conclusão do curso, a devolução do ECO na UNIPLAC, em forma de seminário, ou nos locais em que foram desenvolvidas as atividades de estágio.

Também se caracteriza como atividade de conclusão de curso, a produção de artigo científico, resultado da pesquisa realizada na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP), bem como sua publicação em evento científico.

As disciplinas de PPP ocorrem do 6º ao 8º semestre do curso e se constituem dos seguintes estudos/reflexões e encaminhamentos metodológicos: Universidade: produção e socialização do conhecimento, Noções de pesquisa e de ciências, Tipos de conhecimento, Pesquisa em educação, Normas para apresentação de trabalho acadêmico, Tendências teórico-metodológicas sobre a relação educação e sociedade, Pesquisa educacional no Brasil: principais tendências, Aproximação do aluno com a realidade escolar, Identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional-escolar, Elaboração do projeto de pesquisa, Documentos de pesquisa, Levantamento no campo de pesquisa, Coleta de dados, Análise dos dados, Elaboração do relatório final da pesquisa, Produção de artigo científico e Comunicação da pesquisa em eventos científicos.

3.9.4 Estágio Curricular Não-Obrigatório

O Estágio Curricular Não-Obrigatório (ECNO) na UNIPLAC constitui-se em atividade complementar à formação do acadêmico, atendendo ao disposto na Lei n. 9.394/96, na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da UNIPLAC e Resolução n. 231, de 08 de agosto de 2016.

É realizado por livre escolha do aluno, com relação à carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas. Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

Trata-se, portanto, de atividade complementar, não sendo requisito para obtenção de diploma, mas devendo estar vinculado ao currículo, atendendo às especificidades de cada área de atuação do curso em que o aluno esteja regularmente matriculado.

O ECNO deverá proporcionar vivência de situações concretas de trabalho, desenvolvidas na Unidade Concedente, em conformidade com a previsão de atividades de cada semestre do Projeto Pedagógico do respectivo Curso. Assim, no Curso de Música, esta modalidade de estágio vem sendo aplicada tanto em espaços educacionais, visando a inserção do acadêmico na condição de educador musical, quanto em outros ambientes, ligados à cultura, atividades artístico-educacionais e musicais (centros culturais, museus, instituições beneficentes, etc.)

Ao realizar o Estágio Curricular Não-Obrigatório, os acadêmicos do Curso de Licenciatura em Música poderão desenvolver, distribuídas ao longo dos oito semestres do curso, as seguintes atividades:

- **1º semestre:** auxiliar de atividades artísticas, pedagógicas, culturais;
- **2º semestre:** auxiliar de atividades artísticas, pedagógicas, culturais;
- **3º semestre:** auxiliar/monitor/mediador em eventos culturais e oficinas, projetos cujo conhecimento necessário já tenha sido desenvolvido disciplinarmente nos semestres cursados e/ou cursando;
- **4º semestre:** auxiliar/monitor/mediador em eventos culturais e oficinas, projetos cujo conhecimento necessário já tenha sido desenvolvido disciplinarmente nos semestres cursados e/ou cursando;
- **5º semestre:** auxiliar/monitor/mediador em eventos culturais e oficinas, projetos cujo conhecimento necessário já tenha sido desenvolvido disciplinarmente nos semestres cursados e/ou cursando;
- **6º semestre:** auxiliar/monitor/mediador em eventos culturais e oficinas, regente auxiliar/ensaiador ou regente principal de grupo coral, ou projetos cujo conhecimento necessário já tenha sido desenvolvido disciplinarmente nos semestres cursados e/ou cursando; docência na educação básica e desenvolvimento de oficinas;
- **7º semestre:** auxiliar/monitor/mediador em eventos culturais e oficinas, regente auxiliar/ensaiador ou regente principal de grupo coral, auxiliar de direção em projetos musicais, projetos cujo conhecimento necessário já tenha sido desenvolvido disciplinarmente nos semestres cursados e/ou cursando; docência na educação básica, desenvolvimento de oficinas, organização de acervos;

– **8º semestre:** auxiliar/monitor/mediador em eventos culturais e oficinas, regente auxiliar/ensaiador ou regente principal de grupo coral, auxiliar de direção em projetos musicais, projetos cujo conhecimento necessário já tenha sido desenvolvido disciplinarmente nos semestres cursados e/ou cursando; docência na educação básica, desenvolvimento de oficinas e/ou cursos de música de curta duração de prática instrumental, técnica vocal ou áreas da teoria musical, produtor de material didático pedagógico para música.

A UNIPLAC firma convênios com entidades públicas e privadas, a fim de criar os campos de estágios ao acadêmico. O Convênio é o instrumento jurídico a ser celebrado entre a UNIPLAC e a Unidade Concedente, com o objetivo de viabilizar a realização de ECNO como fonte de conhecimentos, visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a plena operacionalização da Lei de Estágio.

A realização do ECNO pelo aluno não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza com a Unidade Concedente.

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo de Professor-Orientador de Estágio designado pela UNIPLAC e de Supervisor indicado pela Unidade Concedente, comprovado por vistos nos Relatórios de Atividades e Avaliação do ECNO. A duração mínima para o ECNO é de 3 (três) meses, não podendo exceder a 2 (dois) anos em uma mesma Unidade Concedente, exceto quando se tratar de Estagiário com necessidades educacionais especiais.

A jornada de atividade será definida de comum acordo entre a UNIPLAC, a Unidade Concedente e o Estagiário ou seu representante legal, devendo constar do Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Para a melhor compreensão das condições e dos critérios para viabilizar esta situação aos acadêmicos deste curso, as normas do Estágio Curricular Não-obrigatório, bem como os respectivos mecanismos de acompanhamento estão definidas no regulamento de Estágio Curricular Não-Obrigatório do Curso de Licenciatura em Música.

3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São atividades de cunho educativo-teórico-prático que têm como objetivo o enriquecimento da formação profissional, através do desenvolvimento de competências e habilidades. Podem acontecer tanto no contexto acadêmico, quanto nas relações com o mundo do trabalho e em projetos de extensão junto às comunidades. As áreas específicas são

escolhidas pelo próprio aluno.

As atividades teórico-práticas de aprofundamento possibilitam a integralização curricular. Podem ser atividades de pesquisa, de extensão, monitorias, estágios curriculares não-obrigatórios, eventos científicos e culturais.

Em relação à diversificação das atividades acadêmicas, o curso atende o que preconiza a Resolução n. 2, de 1 de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, que institui 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo de estudos de formação geral, núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição, entre o 1º e o 8º semestre.

Esta é uma carga horária específica para outras formas de aprendizado, além da sala de aula, das disciplinas e estágios curriculares obrigatórios. Isso possibilita ao aluno ampliar sua formação com base no seu interesse pessoal, o que será possível através do aproveitamento para fins de integralização curricular, de atividades de monitoria, como bolsista de iniciação à pesquisa, participação em congressos e mostras culturais, durante o curso, a critério e homologação por parte do colegiado de curso, comprovando a sua participação mediante documentação específica das horas a serem validados.

A integralização curricular das atividades teórico-práticas de aprofundamentos deverão ser comprovadas mediante documentação específica (certificados). As horas a serem validadas mediante a apresentação de comprovação, pelo aluno, serão submetidas à homologação do colegiado de curso.

As normas para o desenvolvimento e cumprimento das 200 horas de Atividades Complementares estão descritas em Regulamento Próprio.

Sendo assim, em reunião de Colegiado de Curso, (Ata n. 04, do dia 02 de junho de 2019), e aprovação no CONSUNI do Regulamento de Atividades Complementares do curso de Música - Licenciatura, ficou deliberado as seguintes atividades que podem ser validadas:

1 - Atividades de Pesquisa nas seguintes linhas de pesquisa:

1.1 Formação do educador: capacitação continuada.

1.2 Processos de ensino e aprendizagem: metodologias; a sala de aula; recursos didático-pedagógicos; laboratórios; oficinas; interdisciplinaridade; novas tecnologias; evolução das

tendências em Educação Musical; Música e implicações na solução de problemas sociais, científicos e tecnológicos.

Poderão ainda ser definidas outras linhas de pesquisa, a critério do curso e de outros cursos, desde que sejam correlacionadas e que contribuam para a formação do profissional da educação.

2 - Atividades de Extensão nas seguintes modalidades:

Apresentações artísticas em aberturas de Congressos e Eventos, apresentações em escolas, regência de grupos musicais, participação em Festivais Musicais, docência em locais não Formais, podendo participar de outras atividades, desde que da área da Música ou da docência.

3 - Atividades de Monitoria.

4 - Estágios curriculares não-obrigatórios.

5 - Eventos científicos e culturais na área da Música ou da Educação.

6 - Participação em Congressos na área de formação.

7 - Disciplinas cursadas na Uniplac ou em outras IES, que não façam parte da estrutura curricular do curso de Música.

3.11 TRABALHO DE CURSO (TC)

Para o Curso de Música o Trabalho de Curso é opcional, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução n. 02 de 08/03/2004 do CNE/CES – MEC, Art. 2º “A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, a **monografia, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como trabalho de conclusão de curso – TCC, componente opcional da instituição, ...**”. Sendo assim o Curso de Música da UNIPLAC optou por não realizar Trabalho de Curso, e sim, ao final da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica III, no 8º semestre, o acadêmico apresentará um Artigo e o comprovante de submissão do mesmo para uma revista qualizada e/ou capítulo de livro.

3.12 APOIO AOS DISCENTES

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridade do curso. Acontece de forma

particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o serviço de atendimento ao estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de

Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento do curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Professor - SEAPE	Mestre	12 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Graduada	40 horas
Coordenação de Graduação	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo – Coord.Graduação	Especialista	40 horas
Coordenação de Curso	Especialista	10 horas

3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da UNIPLAC.

O PAAP para o aluno surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Português e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação

e informações entre docentes e discentes, bem como realizando oficinas de conhecimento geral e específico para os cursos de Graduação.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras e Braille e dentro das especificidades que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente como o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

3.12.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de

um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação na UNIPLAC.

3.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

O PPC é construído a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Licenciatura em Música, sendo assim a metodologia de avaliação da aprendizagem segue o que este documento preconiza e também a Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que define a metodologia para a avaliação da aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

O Artigo 122 do referido Regimento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual. Ainda, serão obrigatórias, no mínimo, 02 (duas) recuperações das avaliações durante o semestre. Todas as avaliações serão presenciais, excetuando-se casos em que disciplinas sejam oferecidas na modalidade semipresencial ou EaD.

A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem. II – Habilidades: são

capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente. III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

O número de avaliações no decorrer do semestre bem como sua periodicidade, garantindo o mínimo previsto no artigo 9 da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, deverá ser previamente planejado pelo professor, antes do início do semestre letivo e deverá constar, obrigatoriamente, no Plano de Ensino da disciplina.

O registro da avaliação será expresso em conceitos numéricos com algarismos arábicos inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), distribuídos entre as avaliações programadas, com fracionamento decimal nos conceitos parciais e o arredondamento para número inteiro ou fracionado em 0,5 (zero vírgula cinco) no conceito final lançado na ficha curricular do aluno.

Caberá ao colegiado de curso, definir o conceito numérico atribuído à avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual, a cada semestre, bem como a data de realização da mesma, em reunião de colegiado docente, antes do início do semestre letivo. O conceito numérico limite, atribuído à avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual, será registrado em todas as disciplinas pertinentes ao mesmo semestre do curso, e não deverá o limite de 3,0.

Para cada registro de avaliação o professor deverá informar o que se pretende avaliar, tendo como opções: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, devendo registrar uma ou mais opções.

Realizadas as avaliações regulares e as recuperações, deverão ser consideradas a de maior valor para a composição da avaliação final.

A aprovação do aluno, no semestre ou ano, será condicionada à obtenção de conceito

numérico mínimo de 7,0 (sete vírgula zero) proveniente do somatório dos resultados das avaliações do semestre/ano, com frequência mínima comprovada de 75% (setenta e cinco por cento).

O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação a aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 207/16, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Ainda, serão obrigatórias, no mínimo, 02 (duas) recuperações das avaliações durante o semestre. Todas as avaliações serão presenciais, excetuando-se casos em que disciplinas sejam oferecidas na modalidade semipresencial ou EaD.

O registro da avaliação será expresso em conceitos numéricos com algarismos arábicos inteiros de 0 (zero) a 10 (dez), distribuídos entre as avaliações programadas, com fracionamento decimal nos conceitos parciais e o arredondamento para número inteiro ou fracionado em 0,5 (zero vírgula cinco) no conceito final lançado na ficha curricular do aluno.

Caberá ao colegiado de curso, definir o conceito numérico atribuído à avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual, a cada semestre, bem como a data de realização da mesma, em reunião de colegiado docente, antes do início do

semestre letivo. O conceito numérico limite, atribuído à avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual, será registrado em todas as disciplinas pertinentes ao mesmo semestre do curso, e não deverá o limite de 3,0.

Para cada registro de avaliação o professor deverá informar o que se pretende avaliar, tendo como opções: Conhecimentos, Habilidades e Atitudes, devendo registrar uma ou mais opções.

Realizadas as avaliações regulares e as recuperações, deverão ser consideradas a de maior valor para a composição da avaliação final.

A aprovação do aluno, no semestre ou ano, será condicionada à obtenção de conceito numérico mínimo de 7,0 (sete vírgula zero) proveniente do somatório dos resultados das avaliações do semestre/ano, com frequência mínima comprovada de 75% (setenta e cinco por cento).

3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Música possibilita a participação dos acadêmicos em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.15 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Em cumprimento a Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Setor foi Regulamentado pela Resolução n. 239, de 04/10/2016, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da

Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da IES, dos cursos de Graduação Presencial e a Distância, de Pós-Graduação “*lato e stricto sensu*”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art. 9, VI, VIII e IX da Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído no âmbito de instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art. 11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao INEP/e-MEC e ao Sinaes, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsa, ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sinaes, conforme art. 12 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, do CONAES.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da UNIPLAC está regulamentada pela Resolução do Consuni n. 240 que por sua vez, tem poder consultivo e deliberativo, acompanhando e encaminhando o trabalho desenvolvido pelo Setor de Avaliação apresentando os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo Docente Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas – administrativas fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas estão sendo produtivas afim de que o perfil profissional do egresso de cada curso se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no site da IES, apresentando todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, banners de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o Setor de Avaliação institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar o significado do Conceito de Curso (CC); Conceito Preliminar de Curso (CPC); Índice Geral de Curso (IGC); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e como esses índices podem servir de ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva

da construção do conhecimento com formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo Enade. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes para as avaliações dos processos de ensino aprendizagem, bem como para o ENADE.

Ademais, discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das autoavaliações semestrais, as quais dão suporte às avaliações externas quando in loco, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das avaliações internas sirvam de ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a Excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES.

3.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Seguem algumas ações resultantes dos processos de avaliação:

- Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, *Banners* nos locais mais visíveis da IES, Relatórios enviados a Coordenação e Selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas (ENADE), na página da CPA e da UNIPLAC;
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso;
- Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;
- Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso;
- Implementação do Laboratório de Música solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso;
- Todos os anos são realizadas visitas para os mais variados eventos com enfoque principal da música como Apresentação da peça O Rei Leão, O Fantasma da Ópera, em São Paulo.
- Os Acadêmicos do Curso realizam Apresentações Musicais em vários espaços dentro e fora da universidade⁴: em abertura de Congressos, Seminários, Colóquios, Encontros, Parques locais, Escolas Públicas e Privadas, Igrejas, Festivais de Música, Festival Internacio-

⁴ Dentro da Universidade, fazem Show de aberturas de Semestre, eventos de cursos de Graduação e Pós-Graduação.

nal Música na Serra, Sapecada da Canção Nativa⁵, Brilho de Natal, Festival de Fanfarras, SESC (A partir de 2019, disponibilizam o Auditório para o Curso de Música da UNIPLAC).

- Os Acadêmicos são estimulados a realizar também atividades de cunho filantrópicos em Escolas Públicas: Regência de Fanfarras e Escola de Música; Projetos, como a Turma da Árvore; e Ações, fazendo apresentações musicais no Hospital Infantil Seara do Bem e para arrecadar alimentos para a APAE.

- Realizam apresentações Científicas em Congressos na Universidade e em todo o País;

- Todo Semestre é realizada uma Prova Integrativa multidisciplinar, onde os professores organizam uma avaliação em conjunto, podendo ser uma prova, em formato ENADE, ou formato de apresentações, ou ainda em formato de Seminário.

- O Projeto da “Escola de Música da UNIPLAC” para a comunidade, já está proposta e lançada para matrícula. Os professores orientarão os Discentes para ministrar aulas de violão, flauta, teoria musical,...

- Fazemos parte do “Projeto Arte na Escola”, a nível Nacional. Este premia os melhores projetos de Arte em Sala de aula de todo Brasil. Já ficamos várias vezes entre os finalistas, principalmente com o projeto Samba Raiz. Os encontros com este grupo é mensal, com acadêmicos e egressos. Participamos de vários eventos em Nível Regional e Nacional. Recentemente organizamos uma Exposição de Artistas locais, como por exemplo: Clenio Sousa, Malinverni Filho.

- A Divulgação do curso é realizada principalmente em eventos musicais, como a Sapecada da Canção Nativa, Sapecada da Serra Catarinense, Festival Internacional Música na Serra, Brilho de Natal e em apresentações em escolas e aberturas de Seminários e Congressos. São realizadas ações em praças Públicas, Shopping, SESC, demonstrando o curso para a comunidade em geral e também em publicações nas mídias digitais e outros meios.

- Implantação do Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico e Psicopedagógico (PAAP) para os estudantes, com dificuldades de aprendizagem e para as pessoas com deficiência.

- Aquisição de novos referenciais bibliográficos, com títulos específicos para as práticas que envolvem o curso.

- Capacitação dos docentes. No início de cada semestre são oferecidas capacitações docentes com temas diversos, assim como, sempre que necessário a coordenação solicitará capacitação específica para o colegiado do curso.

⁵ Sapecada da Canção Nativa é o maior festival da Música Nativista que se realiza todo ano no mês de junho, durante a Festa Nacional do Pinhão de Lages – SC.

3.17 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria, é composta por profissionais com formação e capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, neste caso o Ambiente Virtual de Aprendizagem – *Moodle* e também possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias a um tutor.

Estes profissionais são avaliados periodicamente pela Coordenação de EaD, cuja equipe participa semanalmente de reuniões pedagógicas e possuem suporte de profissionais com formação pedagógica, com o objetivo de aperfeiçoamento. Esses profissionais também passam por capacitações periódicas promovidas pela Uniplac e setor de EaD, bem como quando levantadas demandas nos instrumentos de avaliação ou nas próprias reuniões estratégicas do Setor.

3.18 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A UNIPLAC propõe o modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para as disciplinas na modalidade a distância, composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta nas disciplinas na modalidade EaD. São eles: (a) Sistema Didático; (b) Sistema de Comunicação; (c) Sistema Tutorial e (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação

é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem acessibilidade e promovem interação entre professor-tutor e discentes, discente e discente, discente e tutor-técnico, tutor-técnico e professor-tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela UNIPLAC é o *Moodle*, sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso dos recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos discentes com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do *Moodle*. Além do *Moodle*, buscando qualificar a comunicação e o trabalho da comunidade interna, a UNIPLAC fez parceria com o Google para o projeto de implantação do *Google for Education*, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, sob a gestão da UNIPLAC. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover ambiente seguro para que o discente e o docente possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma *Google for Education*, compartilhando documentos com todos e interagindo em sala de aula virtual, integrados ao *Moodle*, sempre que necessário.

3.19 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Dentro do AVA há mecanismos de interação, que são compostos por ferramentas tecnológicas apropriadas para a apresentação de materiais e recursos a serem utilizados nas aulas. Esses recursos permitem e facilitam a cooperação entre tutores, discentes e docentes. Para possibilitar o estudo via Web, o discente do curso utiliza a plataforma *Moodle*, onde é disponibilizado o material no AVA de cada disciplina, também são apresentados materiais via ferramentas do Google e material impresso (quando necessário). No *Moodle* o discente pode:

- Acessar o Guia da Disciplina, o material didático, os fóruns e as tarefas;
- Enviar/receber mensagens de outros participantes;
- Verificar sua participação e seu desempenho na disciplina;
- Utilizar o café virtual para trocar ideias com os colegas, tutores, etc;
- Receber as avaliações do seu tutor e, quando for o caso, solicitar revisão de sua nota no fórum específico para isso.

O material disponível, nesta disciplina, consiste em aulas veiculadas através de textos originais, videoaulas, textos e propostas de fóruns virtuais assíncronos e de tarefas individuais e em grupo, preparadas com metodologias diferenciadas. Esse material didático é recurso estratégico que permite desenvolver a reflexão e instigar as aprendizagens significativas e permanentes, facilitando tanto as atividades de ensino quanto as atividades de aprendizagem.

As avaliações e revisões para correção ou melhoria dos materiais são realizadas semestralmente ou conforme a necessidade, que normalmente surge dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões realizadas no setor com a equipe de DI (designer instrucional) e os professores-tutores.

3.20 MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades on-line e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de Design Instrucional (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades on-line e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a

partir de orientações repassadas pela equipe de Design Instrucional (DI), o qual serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;
- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores-autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor-autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas online e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

3.21 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um

processo contínuo e formativo, em que o Professor-Tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-Tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela as de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-Tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações on-line. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da

natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto online quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações on-line, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data pré-estabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada disciplina. As atividades on-line serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra on-line, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

- Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;

- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em

várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;

- Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;

- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.22 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A Uniplac possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias digitais. Atualmente a Uniplac conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 3.600 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Especificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito) laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

3.23 ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste

intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados à desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

3.24 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A metodologia de avaliação da aprendizagem está normatizada pela Resolução nº 207, de 20/01/2016, que regulamenta o art. 123 do Regimento Geral da Universidade.

O art. 122 do referido Regimento, define a avaliação de aprendizagem como processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Para atingir os objetivos propostos pela Resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de, no mínimo, duas avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, e uma avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

O Curso de Música concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolvendo avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes.

Utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os discentes serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos.

Informam no início de cada semestre, por meio do plano de ensino apresentado, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação, desenvolvendo

avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

No Curso de Música os procedimentos de avaliação, observando-se o contexto e práticas universitárias, não podendo tratar de avaliação dissociada do que está disciplinado neste PPC, pois há relação dialética. Sendo a avaliação parte integrante do projeto pedagógico, deve estar em sintonia com as linhas políticas, sociais e filosóficas aqui descritas, principalmente porque, superando a visão de mera verificação, detém caráter de pesquisa, cujo diagnóstico subsidia o processo pedagógico na tomada de decisão no âmbito da prática educacional.

Numa perspectiva crítica de educação, onde avaliação e projeto político pedagógico interagem, sustentando-se, a avaliação é ferramenta de trabalho necessária na realização do processo de construção das ações, de modo que, enquanto o planejamento é o ato pelo qual se decide o que construir, a avaliação é o ato crítico que subsidia na verificação de como se está construindo o projeto de curso.

A avaliação atravessa o ato de planejar e de executar, por isso, contribui em todo o percurso da ação planejada.

Faz-se presente não só na identificação da perspectiva político-social, como também na seleção de meios alternativos e na execução do projeto, tendo em vista a sua construção. Ou seja, a avaliação como crítica de percurso, é ferramenta necessária ao ser humano no processo de construção dos resultados que planejou produzir, assim como o é no redimensionamento da direção da ação. Buscando, portanto, acompanhar as tendências pedagógicas atuais, a avaliação assume características mais democráticas, permitindo a participação do discente na construção de critérios e indicadores de resultados.

Neste sentido, com o objetivo de democratizar o processo avaliativo, tem-se como pressuposto para o Curso de Música, a prática avaliativa numa proposta transformadora, que oportunize a reflexão, a investigação, bem como que seja contínua, participativa, negociada, democrática e abrangente. Trata-se, portanto, de visão inovadora, no sentido de perceber a avaliação como a reflexão da prática com a possibilidade transformação, não sendo fim em si mesma, mas processo.

Nesta perspectiva, onde se pretende trabalhar o currículo de forma integrada, as disciplinas/conteúdos são organizadas em planos de ensino interdisciplinares obedecendo a lógica determinada. Por esse motivo, a avaliação não pode estar descolada, à margem deste processo. A avaliação tem, então, a função de dinamizar a proposta curricular.

A metodologia para o processo de ensino-aprendizagem proposta para o Curso de Música estabelece os princípios da formação profissional a partir da interrelação existente

entre as disciplinas e seus conteúdos curriculares. Sendo assim, o Colegiado do Curso identifica no processo de aprendizagem as relações interdisciplinares, organizando práticas docentes que visem à integração dos conteúdos através dos planos de ensino.

O Curso projeta suas ações metodológicas a partir da compreensão que o discente é o sujeito da aprendizagem apoiado no docente como facilitador e mediador desse processo.

Assim, o curso está organizado de forma disciplinar, aproximando metodologicamente os conteúdos através de planejamento coletivo, atento às metodologias que valorizem a interação docente/discente, discente/docente e discente/discente, permitindo as possíveis articulações entre ensino, pesquisa e extensão.

A avaliação de ensino e aprendizagem na UNIPLAC, promoveu a implantação, a partir de 2014, por meio da Resolução nº 131, de 08/07/2014, da nova sistemática de avaliação, que passou a ser entendida como conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, com registro expresso em conceitos numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), permitindo o fracionamento desses valores em uma casa decimal.

Por essa nova sistemática, será considerado aprovado o discente que obtiver conceito numérico igual ou superior a 7 (sete), proveniente do somatório dos resultados das avaliações do semestre, mantendo-se a necessidade de comprovação da frequência mínima de 75%.

Convém salientar também que o Curso de Música, em adesão a nova sistemática, passou a aplicar a prova de conhecimentos denominada prova integrativa na perspectiva operatória, prova essa que, segundo a resolução, poderá ter valor numérico entre 0,5 e 3,0, devendo o Colegiado do curso, em reunião deliberativa preparatória do semestre, escolher a data e o valor para a prova.

Cabe também destacar que o Curso de Música, através da Coordenação, tem mantido estreito vínculo com os discentes no sentido de inseri-los, tanto quanto possível, nos órgãos deliberativos, especialmente no Colegiado do Curso, convidando os representantes de turma para se fazerem presentes às reuniões, visando, com isso, participação ativa nas decisões.

Dessa forma, extrai-se que os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do curso, atendem à concepção definida, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, bem como resultando em informações sistematizadas e disponibilizadas, com mecanismos que garantam sua natureza formativa.

Ao longo do curso, retira-se que a adoção contínua de ações concretas, voltadas para a melhoria da aprendizagem se dá em função das avaliações realizadas.

O olhar do curso não se volta exclusivamente para um padrão de cobrança de conteúdo, mas volta-se principalmente para a prática, visando a efetiva apreensão dos temas ministrados, de modo que há possibilidade de aplicação de avaliações para fim de recuperação, quando na avaliação inicial não obtém resultado que se mostre satisfatório. A devolutiva das avaliações procura esclarecer as dúvidas que persistiram no momento da aplicação da prova, uma vez que, para aqueles alunos que não atenderam ao padrão indicado no plano de ensino, é propiciado novo momento avaliativo.

3.25 NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas disponível para o Curso Música 80 vagas anuais, sem compartilhamento e de 50 vagas anuais, com compartilhamento.

A disponibilização desse número anual de vagas se justifica pela procura do curso, que apresenta reconhecida qualidade de ensino com o objetivo de suprir a demanda existente por este profissional, sendo o corpo docente altamente participante e atuante nas questões de ensino-aprendizagem, de infraestrutura do curso.

3.26 INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

São várias as formas como a UNIPLAC promove a sua integração com as Escolas de Educação Básica situadas na sua região de abrangência. Diversas ações são realizadas, dentre elas, destacamos três: o Projeto Observatório da Educação, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o convênio UNIPLAC - SMEL - SED de cooperação técnica para a realização de Estágios Curriculares Obrigatórios em unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria de Estado da Educação. Abaixo, uma breve descrição de cada uma dessas iniciativas.

3.26.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

As maiores virtudes e, ao mesmo tempo, os maiores desafios da UNIPLAC estão na forma como se coloca para o seu entorno e no Brasil:

- comunitária, porque inserida em contexto histórico marcado pelo coronelismo e o clientelismo, em que é urgente a inserção política e social das camadas menos favorecidas da população;

- desenvolvimentista, porque inadiável a superação dos piores IDHs de Santa Catarina e a promoção do crescimento econômico com justiça social e sustentabilidade.

- este compromisso está expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010/2018, por meio da sua Missão que é “Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região”.

Até finais da década de sessenta do século XX, a UNIPLAC era a única IES na região, portanto, é neste contexto que os seus cursos de formação docente passam a trabalhar na perspectiva de contribuir para a superação dos indicadores regionais do IDH. Com o Projeto PIBID, a UNIPLAC objetiva inserir os alunos bolsistas no cotidiano das escolas da rede pública municipal e estadual; contribuir para a construção da sua identidade profissional; ampliar a qualificação das ações acadêmicas voltadas para a formação docente; promover a articulação entre a Instituição de Educação Superior e a Educação Básica; superar o excesso de teorização da formação e ainda contribuir para a transformação social pela educação.

Nesta perspectiva, a UNIPLAC, visa fortalecer as escolas de Educação Básica como espaços efetivos de formação docente, com vistas a qualificar o processo de ensino e em consequência, oportunizar uma aprendizagem significativa e contextualizada, tanto para os alunos dos cursos de licenciatura, quanto os da Educação Básica, atendendo ao disposto no “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” (Decreto 6.094/2007), quando se refere ao “foco na aprendizagem”, na perspectiva de melhorar os índices da Educação Básica brasileira, como o IDEB.

Destaca-se que este compromisso com a formação de professores e a Educação Básica reforça a articulação com as propostas governamentais para e pela a Educação, a missão da UNIPLAC, assim como os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Licenciatura desta Instituição, no que tange a relação da formação com a atuação dos seus alunos num processo interdisciplinar, com vistas a promoção e a formação social e cultural, ancorados na pesquisa e na extensão como possibilidades de formação.

Nesse sentido a opção de inserir os alunos bolsistas em escolas com diferentes índices do IDEB, também está amparado na possibilidade das diferentes e desafiadoras vivências, possibilitando diferentes análises que devem ser discutidos coletivamente com vistas a compreensão dos limites e das possibilidades para o rompimento dos padrões estereotipados

em relação a Educação Pública. Esta participação deverá ter caráter dinâmico e articulado no contexto interno das Unidades Escolares, pois, considera-se como processo de inserção destes alunos na realidade escolar toda a efetiva participação no planejamento escolar, na avaliação, em reuniões pedagógicas da comunidade educacional, quanto nas reuniões de pais.

O processo reflexivo externo será proposto por encontros de estudos sistematizados envolvendo Coordenador institucional, coordenadores de área, supervisor, bem como os alunos com objetivo de analisar, refletir e promover constantemente as condições necessárias para a articulação entre os envolvidos que possibilite a qualificação do processo de ensino aprendizagem. Sendo assim, este projeto se constitui numa proposta que se fundamenta na práxis, cujos envolvidos devem dispensar a ampla atitude investigativa e interativa, preconizadas pelo Plano de Metas Compromissos Todos pela Educação, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a missão da UNIPLAC .

3.26.2 Convênio de Cooperação entre Secretaria de Estado da Educação e Universidade

Tem como objetivo a regulamentação das condições de realização de estágio supervisionado e prática de ensino dos cursos da UNIPLAC. Para fins deste convênio, entendem-se como Estágio Curricular Obrigatório e Prática de Ensino as atividades assistidas proporcionadas ao estudante para a sua formação profissional docente em situações reais de vida e de trabalho ligadas à área de formação. Os estágios objeto do convênio têm caráter curricular e obrigatório e se constituem elemento essencial à diplomação do aluno. Estágios curriculares obrigatórios e prática de ensino terão duração e carga horárias fixadas de acordo com o previsto nos regulamentos internos dos cursos. O prazo da realização do estágio e da prática de ensino poderá ser ajustado de acordo com o calendário acadêmico em andamento, mediante ciência e anuência da instituição concedente. (Redes Públicas de Ensino estadual e/ou municipal).

3.27 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas

Por meio do Projeto PIBID, a UNIPLAC insere acadêmicos bolsistas em atividades letivas nas escolas da região da Serra Catarinense. O objetivo principal é possibilitar aos alunos dos cursos de licenciatura a integração com o cotidiano escolar, contribuindo assim para a construção de sua identidade profissional.

Como principal atividade de prática docente o curso de Música desenvolve o

processo de Estágio Curricular Obrigatório, que é desenvolvido em quatro etapas, conforme descritas abaixo:

a) No 5º semestre cada aluno deverá fazer a observação do Campo de Estágio com o objetivo de se familiarizar com as rotinas pedagógicas (conselhos de classe, reuniões pedagógicas, rotinas da secretaria), num total de **70 h**. Definirá o objeto de investigação, elaborará o pré-projeto, condição para o início do processo de estágio obrigatório e escolherá o Orientador.

b) No 6º semestre será desenvolvido o exercício de intervenção de docência nos anos finais do **Ensino Fundamental de 80 h** distribuída entre cada equipe de estágio. Essas 80 h estarão distribuídas da seguinte forma:

- Observação de aulas em cada série do Ensino Fundamental.
- Preparação para a intervenção juntamente com o professor da disciplina e supervisor do campo de estágio.
- Efetiva intervenção ministrando aulas, aplicando avaliação e verificando a aprendizagem.

c) No 7º semestre será realizada a observação em sala de aula, bem como, o desenvolvimento do exercício de intervenção de docência no **Ensino Médio de 80 h** distribuídas conforme item anterior.

d) O 8º semestre será o período privilegiado para conclusão do processo de estágio que deverá resultar em um relatório final e na preparação para sua devolução ao campo de estágio, com duração de **50 h** e apresentação em um evento científico, com embasamento teórico relacionado ao objeto de trabalho.

E também, além do PIBID, da própria atividade de estágio, ou de projetos de extensão que eventualmente ocorrem, cabe ressaltar outras atividades regulares de inserção escolar do Curso de Música – Licenciatura. Tais atividades buscam sintonia com concepções teóricas como a de António Nóvoa (2009), cujo conceito de *profissionalidade docente* preconiza uma formação centrada na integração do (futuro) docente ao ambiente escolar e ao que o autor chama de *cultura profissional*:

Ser professor é compreender os sentidos da instituição escolar, integrar-se numa profissão, aprender com os colegas mais experientes. É na escola e no diálogo com os outros professores que se aprende a profissão. [...] Os novos modos de profissionalidade docente implicam um reforço das dimensões colectivas e colaborativas, do trabalho em equipa, da intervenção conjunta nos projectos educativos de escola. (Nóvoa, 2009, p. 3)

A partir do 4º semestre, os acadêmicos realizam atividades de **observação, intervenção, prática de ensino e pesquisa** nas escolas de Educação Básica através das

disciplinas de Educação Musical e Escola (4º sem.) e Pesquisa e Prática Pedagógica I, II e III (6º a 8º), as quais igualmente têm por objetivo a aproximação do aluno com a escola, buscando a identificação de temas e problemas de pesquisa na área educacional escolar, além de favorecer a compreensão do tema e sua integração com o futuro ambiente profissional. Estas atividades estão estabelecidas na ementa das disciplinas e fazem parte das estratégias de reforço da formação docente ao longo do curso. Outras disciplinas, como Estudos em Educação Musical (2º e 3º sem.) também podem incluir atividades presenciais nas escolas a critério do professor e seu Plano de Ensino.

3.27.1 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC) nos Cursos de Licenciaturas foi introduzida nos currículos de licenciatura (CNE 2/2019) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica. Segundo as diretrizes, a PCC deve ser integralizada em 400 horas, com atividades que aproximem os estudantes das licenciaturas da realidade escolar, ainda no início do Curso. No entanto, destaca-se que tais atividades não devem ser confundidas com as atividades do Estágio Curricular Obrigatório.

Nesse sentido, o Curso de Música desenvolve a PCC por meio de disciplinas com conteúdos práticos, tanto básicas quanto específicas.

Neste tópico pode ser incluída também a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica I, II e III, do 6º ao 8º semestre. Esta disciplina busca, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão, desenvolver práticas pedagógicas que articulem todos os componentes curriculares, na perspectiva de analisar e propor ações no âmbito da formação e de atuação do licenciando no cotidiano escolar.

4 CORPO DOCENTE

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram institucionalizados na UNIPLAC através da Resolução n. 088, de 24 de setembro de 2010. Conforme Portaria n. 147, de 02 de fevereiro de 2007 e instrumentos de avaliação de cursos aprovados pelo Parecer 380/2009/CEE/SC do Conselho Estadual de Educação, a UNIPLAC atende este requisito obrigatório.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, será feita a indicação do Núcleo Docente Estruturante do Curso, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

No curso de Música, o NDE foi originalmente criado mediante Portaria nº 045, em 04 de março de 2011.

Atualmente o NDE do curso de Música foi reconstituído pela portaria n. 022 de 25 de março de 2019, pelos seguintes docentes, conforme o quadro abaixo:

Professor(a)	Titulação	Portaria de Nomeação
Isabel Nercolini Ceron	Mestre (Presidente)	Portaria n. 033/2020
Aline Dallazem	Mestre	Portaria n. 045/2011
Lurdes Caron	Doutora	Portaria n. 123/2016
Conrado Bach Neto Júnior	Especialista	Portaria n. 062/2017
Mareli Eliane Graupe	Doutora	Portaria n. 022/2019

O NDE do Curso de Música, por meio de reuniões, atua na elaboração e atualização do projeto pedagógico do curso, na condução de trabalhos de reestruturação curricular, análise e avaliação de planos de ensino, supervisionando as formas de avaliação e acompanhamento do curso, promovendo sua integração horizontal e vertical, acompanhando as atividades docentes, e contribuindo para consolidação do perfil do egresso do curso.

4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O setor de EaD da Uniplac conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua equipe de *Design* Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos. Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais:

(1) Carlos Eduardo Canani (Revisor), graduado em Letras e mestre em Educação, com experiência em EaD e produção de materiais didáticos desde 2014; (2) Cristiane Marin Wolff (acompanhamento pedagógico), graduada em pedagogia com especialização em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior; (3) Sabrina Manfroi (*Designer Instrucional*), graduada em engenharia da produção e especialista em Gestão de Pessoas e MBA em gestão empresarial; (4) Luis Ricardo Stocker (técnico audiovisual), graduação em andamento em sistemas de informação, experiência profissional de mais de 20 anos na área de produção audiovisual. O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didático, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

A atuação com os representantes de turma nas reuniões pertinentes, ou no convívio diário é uma constante, com o qual o coordenador encaminha toda e qualquer proposta, reivindicações e questionamentos da turma representada, sendo um elemento de ligação entre a coordenação do curso e a turma.

Exerce a supervisão das atividades de ensino, cumpre as decisões e normas emanadas dos órgãos superiores, supervisiona o cumprimento da integralização curricular e execução dos conteúdos programáticos e de carga horária das disciplinas buscando conjuntamente com o colegiado de curso favorecendo a integração e a melhora contínua.

O coordenador recebe avaliação por sua atuação junto aos discentes e docente através de instrumento de avaliação próprio da universidade a cada semestre.

4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 10 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

Quadro de professores por titulação no curso			
Titulação	Quantidade	%	
ESPECIALISTA	3	11,11%	<i>Stricto Sensu</i> 88,89%
MESTRE	10	37,04%	
DOUTOR	14	51,85%	
Total	27	100,00%	

O corpo docente do curso de Música da UNIPLAC atualmente é constituído por profissionais altamente qualificados, na sua maioria composta por professores com formação *stricto sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso de Música tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso ainda é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados.

4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudos a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por carga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão). Ao final de cada atividade são aplicados instrumentos de avaliação para a aferição da qualidade da atividade, bem como evidenciar indicadores para o planejamento e gestão para melhoria contínua do curso.

Titulação	Quantidade	%
HORISTA	6	22,22%
PARCIAL	9	33,33%
INTEGRAL	12	44,44%
Total	27	100,00%

4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

A maioria dos professores do colegiado possuem experiência profissional nas áreas de atuação das unidades curriculares.

TEMPO DE EXPERIÊNCIA - TODOS OS DOCENTES DO CURSO EM %

	Tempo de experiência educação básica (anos)	%	Tempo de experiência no Ensino Superior (anos)	%	Tempo de experiência Profissional outras áreas (anos)	%
Acima de 20 anos	10	37,04	6	22,22	15	55,56

De 10 a 20 anos	4	14,81	12	44,44	12	44,44
De 02 a 09 anos	1	3,70	9	33,33	0	0,00
Menos de 02 anos	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não tem	12	44,44	0	0,00	0	0,00
TOTAL	27	100	27	100	27	100

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A maioria dos professores possuem uma revelante experiência na educação básica nos diferentes níveis. Este fato é relevante para a valorização das experiências, dos saberes docentes de um modo geral. Esta é uma alternativa no sentido de buscar maior aproximação da formação acadêmica com a realidade escolar, estreitando os vínculos na relação entre teoria e prática, realizando atividades que promovam o conhecimento e aprendizagem de alunos de forma geral e em específico com os que apresentam dificuldades e avaliações de vários formatos, tanto diagnósticas, formativas como somativas. São professores extremamente especiais, demonstram todo seu conhecimento, utilizam diferentes tipos de linguagem para facilitar a aquisição de conhecimentos dos acadêmicos e assim exercem uma liderança natural e, reconhecidos pela comunidade acadêmica e também produção científica.

4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Todos os professores possuem uma significativa experiência no Ensino Superior com trabalhos na graduação, Pós Graduação e na comunidade local. Este fato é relevante para a valorização das experiências, dos saberes docentes de um modo geral. Participam de eventos como: Congressos, Seminários, Encontros e outras modalidades, com apresentações de trabalhos e como uma forma de ampliar os seus conhecimentos de teoria e prática na busca de formação continuada. São professores esforçados e dedicados, utilizam diferentes práticas pedagógicas para facilitar a aprendizagem dos acadêmicos. Exercem uma liderança natural, são reconhecidos pela comunidade acadêmica e também pela produção científica e artística. Participam junto com os acadêmicos em apresentações culturais artísticas-musicais, estreitando assim, vínculos na relação, entre docente e discente e a sociedade em geral. Dentre suas práticas pedagógicas esta a avaliação docente e discente a partir de vários formatos, seja ela diagnóstica, formativa, qualitativa e/ou somativa.

4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Há representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2019-2023), previu no programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Apoio Pedagógico – SEAPE.

Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual os treina para utilização das ferramentas do *Moodle*, para otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação.

Atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades, estimulando a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento.

O corpo docente nessa modalidade vem exercendo liderança crescente, tendo em vista tratar-se de inovação no âmbito do referido curso, mas já está sendo reconhecido pela sua produção. Tem-se buscado contato direto com as turmas procurando identificar as fragilidades eventualmente apresentadas na disponibilização da disciplina em EAD, para fim de promover o aperfeiçoamento.

4.11 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão desde 2013. Atualmente já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações tem como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos

e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.12 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Curso de Música possui colegiado próprio que atua de forma sistemática, com função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O Colegiado do curso de Música é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo empenho e dedicação, bem como pelos representantes de turmas. A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo, sendo todas registradas em ata.

As decisões e deliberações feitas pelo colegiado são devidamente registrados e encaminhados aos setores hierarquicamente adequados. Além disso, o colegiado é continuamente avaliado pelos discentes e coordenador, como também avalia os demais setores e estrutura da Universidade. Esta forma de trabalho do colegiado permite a implementação e/ou ajustes nas práticas de gestão do curso de Música.

4.13 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017, conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *lato e stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente.

Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, já visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações tem como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológica de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor busca: Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância; Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente; Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e educação a distância; Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de Educação e a sua relevância no processo; Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD; Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.14 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto

importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.15 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

Ainda que a prática do ensino na modalidade à distância no Curso seja inovadora, desde o início se observou a interação entre tutores, docentes e Coordenação do Curso, que garante a mediação e a articulação, com o objetivo de promover a melhor percepção do conteúdo da disciplina com o aprendizado efetivo dos discentes.

Observa-se a existência de planejamento devidamente documentado de interação para encaminhamento de questões do curso, com a realização de avaliações periódicas para a identificação de problemas ou incremento no diálogo entre os interlocutores.

Destaca-se que o setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e tutores.

Além disso, existe a prática de reuniões quinzenais entre os tutores, docentes e equipe de suporte técnico com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos.

4.16 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

A UNIPLAC desde a sua criação, quando ainda não era Universidade, já se propunha a trabalhar com pesquisa e extensão na busca de atingir o tripé necessário para um trabalho de excelência. Sendo assim, a partir de sua ascensão a esse status (Universidade 1999), essas atividades se intensificaram, e expandiram-se ainda mais, com a criação e desenvolvimento dos Programas de Mestrados em Educação e de Saúde e Ambiente. Assim, o curso de *Música* já nasce imbuído desse espírito, de pesquisa e extensão. Registra em seu relatório “que cabe ao ensino assumir o papel de incentivo à leitura e à pesquisa, para criar por meio das disciplinas um determinado “*ethos*” do trabalho científico”. O incentivo envidado pela Instituição e pelo Colegiado de Curso, no sentido de estimular a promoção dos trabalhos dos discentes e/ou docentes, sejam eles bibliográficos ou produções Artística/Musicais, em eventos da UNIPLAC e/ou externos, vêm propiciando aos acadêmicos, oportunidades de iniciarem pesquisa e extensão.

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado

do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com a acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A sala de coordenação de curso é ampla e estruturada com equipamentos de multimídia e comunicação, para atender as necessidades dos discentes e docentes. As coordenações têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE), Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Setor de Apoio Comunitário, Setor de Meios.

O curso tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de alunos e/ou de professores. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são

salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. Em relação ao Curso de Música – Licenciatura, as salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas, estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia e contam com cadeiras estofadas. Além disso, também contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojektor e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento. Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditórios (CCJ, CCET, MidiLages) e Anfiteatros para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A comunidade acadêmica tem a sua disposição cinco Laboratórios de Informática, além de Laboratório de Informática Gestão, Laboratório de Informática Redes, Laboratório de Informática de Hardware, Laboratório de Desenvolvimento de Sistemas, bem como de computadores à disposição na Biblioteca.

A instituição conta ainda com rede *wireless* em vários blocos do campus onde os alunos podem acessar a internet.

A UNIPLAC conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc, configuração das RBS para trabalhar na nova VLAN, UNIPLAC e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps, para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac – NIU - tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando é realizada a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Estão à disposição dos alunos 11 laboratórios de informática com acesso a internet, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa excelentes condições de utilização pelos alunos. Em todo o campus o aluno pode acessar à internet via rede sem fio (Wi-Fi).

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste.

Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número

de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto

completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias complementares do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia complementar em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em

consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto

completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

Os laboratórios didáticos, voltados para o atendimento das disciplinas na modalidade de ensino à distância, atendem às necessidades do curso e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança. Tais laboratórios se revestem de conforto, além de se sujeitarem a manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas.

Possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, de forma que os resultados de tais avaliações são utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Além do acesso a laboratórios compartilhados com outros cursos, como os de Informática supra citados, o curso de Licenciatura em Música conta com um espaço que é destinado à maioria de suas atividades no campo específico, o Laboratório de Música (*LabMus*). Este laboratório tem sido utilizado, principalmente, em aulas práticas dos eixos disciplinares de Formação Musical e Práticas Musicais, cujas disciplinas são ligadas à formação artístico-musical do acadêmico. O LabMus conta com um acervo de instrumentos musicais (piano, flautas doces, teclados eletrônicos, violões, e instrumentos de percussão variados; está prevista a expansão deste acervo e aquisição de equipamento adequado para outras atividades musicais, como gravação e edição, etc., além de instrumentos adicionais.

Está prevista também a realocação e readequação do Laboratório em outro espaço, maior e com maior acessibilidade, no andar térreo, para facilitar o transporte de instrumentos e equipamentos trazidos eventualmente por alunos e professores), lousa pintada especial para notação musical e tratamento acústico.

Outros espaços disponíveis no campus também são eventualmente utilizados em atividades específicas do curso (eventos acadêmicos, seminários, apresentações e recitais), tais como os auditórios (CCJ, CCET, MidiLages) e espaços de circulação destinados a comunidade acadêmica (Centro de Convivência).

5.10 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria n° 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria n° 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h 30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-Uniplac dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 REQUISITOS LEGAIS

O projeto pedagógico do Curso de Música prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para Música Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução n. 2, de 08/13/2004. – Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. – Resolução CONSUNI n. 114, de 1/11/2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação da UNIPLAC. – O Curso de Música desenvolve este tema na disciplina Políticas Públicas na Educação Básica – 2º semestre, 2 créditos, 40 horas e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania – 2º semestre, 4 créditos, 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Resolução UNIPLAC n. 115/13. – O Curso de Música desenvolve este tema na disciplina educação ambiental por meio da disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – 5º semestre, 4 créditos, 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução CONSUNI n. 127, de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. – O Curso de Música desenvolve este tema na disciplina Políticas Públicas na Educação Básica – 2º semestre, 2 créditos, 40 horas e na disciplina Cultura, Diferença e Cidadania – 2º semestre, 4 créditos, 80 horas.
Titulação do corpo docente	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.394/96, art. 66. O curso de Música apresenta um corpo docente em sua ampla maioria pós-graduado em nível de <i>lato e stricto sensu</i>.
Núcleo Docente Estruturante - NDE	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. – Resolução n. 088/2010 – UNIPLAC – Portaria n. 045, de 04/03/2011 – Portaria n. 123, de 22/04/2016 – Portaria n. 062, de 31/08/2017 – Portaria n. 022, de 25/03/2019
Carga horária mínima em horas	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 2, de 01/07/2015 – O PPC prevê uma carga horária total de 3.240 horas em conformidade com o previsto da norma específica.
Tempo de integralização	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CES n. 02, de 18/06/2007, conforme inciso IV art 2: “a integralização distinta das desenhadas nos cenários apresentados nesta Resolução poderá ser praticada desde que o Projeto Pedagógico justifique sua adequação”. – Resolução n. 172 de 25/05/2015 do CONSUNI.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012 – Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA).

LIBRAS	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/012/09 UNIPLAC. – Disciplina de Libras no 6º e 7º semestres, com 2 créditos cada, ou 40 horas cada.
Informações acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> – Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i>.
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da UNIPLAC.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	<ul style="list-style-type: none"> – Edital n. 4, de 1/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. – Resolução CONSUNI n. 134, de 25/07/2014.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 231, de 08/08/2016. – Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U n. 217 Seção I de 07/11/2013).
Atividades Complementares do Curso de Música	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução n. 2, de 08/13/2004. – Parecer CONSUNI n. 1156, de 30/11/2010
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Música	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CONSUNI n. 28, de 01 de agosto de 2017 – Resolução n. 279, de 09 de agosto de 2017.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS).	<ul style="list-style-type: none"> – Portaria UNIPLAC n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.
Credenciamento de docentes nos cursos de graduação da UNIPLAC.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Comitê de Ética em Pesquisa.	<ul style="list-style-type: none"> – Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n. 118, de 03/12/2015.
Disciplinas na Modalidade a Distância	<ul style="list-style-type: none"> – Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução CONSUNI n. 291, de 21/11/2017 – Resolução CONSUNI n. 292, de 27/11/2017 – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018 – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018 – Resolução CONSUNI n. 347, de 30/04/2018 – Resolução CONSUNI n. 355, de 19/06/2018

7 REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Valéria M. O Projeto de Lei 7.032/10 prevê linguagens artísticas separadas na Educação Básica: será o fim da polivalência? **Linguagens: Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, v. 7, n. 3, Set./Dez. 2013. p. 261-275.

AMATO, Rita de Cássia Fucci. Breve retrospectiva histórica e desafios do ensino de Música na Educação Básica brasileira. **OPUS - Revista Eletrônica da ANPPOM**, [s.l.], v. 12, p. 144-168, maio 2015. Disponível em: <<http://www.anppom.com.br/revista/index.php/opus/article/view/319>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BASTIAN, Hans Günther. **Música na Escola**. São Paulo: Paulinas, 2009. 136 p.

BATISTA, Andrey Garcia. **Frei Bernardino Bortolotti (1896-1966) e a cena musical em Lages: uma contribuição para a historiografia da música na serra catarinense**. 2009. 159 p. Dissertação (Mestrado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

BATISTA, Andrey Garcia. O Curso de Música da UNIPLAC. **II Simpósio Catarinense de Educação Musical: Anais**. Jaraguá do Sul: Instituto FEMUSC, 2010.

BATISTA, Andrey Garcia; SCHMIDT, Filipe Bratti; ALVES André Luiz Alano. Fontes sobre a História da Música em Lages (SC): aspectos do cenário musical entre 1900 e 1950. I Simpósio Nacional de Musicologia e III Encontro de Musicologia Histórica, Pirenópolis, 11-13 mai.2011. **Anais**. UFG/UFRJ: 2011. p. 50-55.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 01**, de 18/02/2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, licenciaturas. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 01**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 10/05/2016. Diretrizes Nacionais para a operacionalização do ensino de Música na Educação Básica.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n. 2**, de 08/03/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer CNE/CES n. 146** de 03/04/2002. Diretrizes Curriculares Nacionais para Música.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. **Parecer CNE/CES n. 195**, de 05/08/2003. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, Ano CXXXVII n. 59, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 2008. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 01 dez. 2015.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.769**, de 18/08/2008 (altera a Lei no 9.394, de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, Ed. n. 159, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 ago. 2008. p. 1 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111769.htm>. Acesso em: 01 dez. 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, de 27/11/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3 do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 13.278**, de 2 de maio de 2016 (Altera o § 6 do Art. 26 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte.). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Seção 1, Ano CLIII n. 83, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 maio 2016. p. 1 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Censo Escolar 2015**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar/>>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Censo Escolar 2016**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/censo-escolar/>>. Acesso em 20 mar. 2017.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 20 mar. 2017.

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens**: sua história e influência no sertão da terra firme. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DALLAZEM, Aline. **Egressos Licenciados em Música**: inserção e atuação na Educação Básica. Curitiba: Ed. CRV, 2015. 172 p.

FAÇANHA, Tainá M. M. A implantação da Lei n. 11.769/2008: uma análise em quatro estabelecimentos da Segunda Unidade SEDUC na Escola, em Belém-PA. In: VIII Encontro Regional Norte da ABEM, Rio Branco, 23-27 nov. 2014. **Anais do VIII Encontro Regional Norte da ABEM**. Rio Branco: ABEM/UFAC, 2014. Disponível em: <<http://abemeducaomusical.com.br>>. Acesso em 20 mar. 2017.

FERRARO, Eduardo Hector. **Transformações culturais no gauchismo através da música**. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. Educação musical nos anos iniciais da escola: identidade e políticas educacionais. **Revista da ABEM**, n. 12, março de 2005. p. 21-29.

FIGUEIREDO, Sérgio Luiz Ferreira de. O processo de aprovação da Lei 11.769/2008 e a obrigatoriedade da música na Educação Básica. **Anais do XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino** – Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente, Belo Horizonte, 2010. Painel.

FREIRE, Vanda Bellard. **Música e Sociedade: uma perspectiva histórica e uma reflexão aplicada ao ensino superior de Música**. 2. ed. Florianópolis: Associação Brasileira de Educação Musical, 2010. 302 p.

HUMMES, Júlia Maria. Por que é importante o ensino de música? Considerações sobre as funções da música na sociedade e na escola. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 11, p. 17-25, set. 2004. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/>>

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

JORDÃO, Gisele; ALLUCCI; Renata; *et al.* **A Música na Escola**. São Paulo: Allucci & Associados Comunicações/3D3 Comunicação e Cultura/Ministério da Cultura, 2012.

LOUREIRO, Alícia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental**. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2012.

MARCON, Fernanda. **Música de festival: uma etnografia da produção de música nativista no festival Sapecada da Canção Nativa em Lages-SC**. 2009. 175 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MARCON, Fernanda. Música Nativista e Imaginários Gauchescos: sobre cantar opinando. **Música e Cultura n.5**. Florianópolis: UFSC, 2010.

MEZZALIRA, José Cláudio. **Manoel José de Mello e Virgílio José Godinho: dois compositores de Lages — estudo a partir de fontes do Museu Thiago de Castro**. 2014. 101 p. TCC (Graduação) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes, Licenciatura em Música, Florianópolis, 2014.

NÓVOA, António (coord.). **Os Professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, António. Para uma formação de professores construída dentro da profissão. **Revista de Educación** (La formación de profesores de Educación Secundaria), Madrid, n 350, set.-dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.mec.es/re350/re350_09por.pdf>

OLIVEIRA, Tânia Regina Antunes. **Arte e professores de Arte na escola: expansão ou extinção? Descompassos entre legislação, formação e trabalhos.** 2010. 139 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2010.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I – analisando a legislação e termos normativos. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, vol. 12, n. 10, 19-28, set. 2004. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/publicacoes.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: II – da legislação à prática escolar. **Revista da Abem**, Porto Alegre, v. 12, n. 11, p. 7-16, 2004. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/publicacoes.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino.** 2.. ed. ver. ampl. Porto Alegre: Sulina, 2010.

PENNA, Maura. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. **Revista da ABEM**, n. 16, março de 2007. Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/publicacoes.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2017

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

QUEIROZ, L. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. **Revista da ABEM**, Londrina, vol. 20, n. 29, dez. 2012. p. 23-38 Disponível em: <<http://abemeducacaomusical.com.br/publicacoes.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SANTA CATARINA. Agência de Desenvolvimento Regional – Lages. **Perfil Socioeconômico ADR Lages 2016.**

SANTA CATARINA. Agência de Desenvolvimento Regional – São Joaquim. **Perfil Socioeconômico ADR São Joaquim 2016.**

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 3.309/05**. Homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 380**, de 27/10/2009.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. SED – Secretaria de Estado da Educação. **Convênio n. 15341/2008-9**. Regulamentação de condições para realização de Estágios Supervisionados e Prática de Ensino. Secretaria de Estado da Educação/SC, 2008

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 174**, de 22/10/2013. Estabelece providências e normas Complementares à Resolução CEE/SC n. 100/2011 para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. SED – Secretaria de Estado da Educação. **Concurso Público de Ingresso no Magistério Público Estadual**: caderno 01 (Edital N 21/2012/SED-SC). [s. l.]: Sistema ACAFE, 2012. 71 p. Caderno de provas de Artes, p. 8-12.

SANTA CATARINA. SED – Secretaria de Estado da Educação. **Edital N 21/2012/SED**, 6 Ago. 2012. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação/SC, 2012. 28 p.

SANTOS, Regina Márcia Simão. A natureza da aprendizagem musical e suas implicações curriculares. **Fundamentos da Educação Musical** (Série Fundamentos), vol.1, Porto Alegre, 1994. p. 9-10

SANTOS, Regina Márcia Simão. Música, a realidade nas escolas e políticas de formação. **Revista da ABEM**, n.10, Porto Alegre, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/335>>. Acesso em: 20 mar. 2017

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SÍVERES, Luiz. Princípios Estruturantes da Extensão Universitária. In: SÍVERES, Luiz; MENEZES, Ana Luisa Teixeira de (orgs.). **Transcendendo Fronteiras**: a contribuição da Extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior (ICES). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. 310 p. p.24-48.

SOARES, José; SCHAMBECK, Regina F.; FIGUEIREDO, Sérgio (orgs.). **A formação do professor de música no Brasil**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. 188 p.

SOBREIRA, Sílvia. Reflexões sobre a obrigatoriedade da música nas escolas públicas. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 20, p. 45-52, set. 2008.

SOUZA, Jusamara. Sobre as várias histórias da educação musical no Brasil. **Revista da ABEM**, Londrina, vol. 22, jul.-dez. 2014. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/476>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SOUZA, Gabriel Costa de. O Professor de Música: Percursos Até a Lei 11.769/08. In: XXII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Educação Musical, Natal, 5-9 out. 2015. **Anais do XXII Congresso Nacional da ABEM**. Natal: ABEM/UFRN. 2015. 11 p. Disponível em <<http://abemeducacaomusical.com.br>>. Acesso em 20 mar. 2017

SOUZA, Marcel Oliveira de. **A voz do progresso: música e modernização nas ondas da Rádio Clube de Lages (SC)**. 2012. 98 p. Dissertação (Mestrado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música, Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNESCO. **Relatório da UNESCO**. “Educação: Um tesouro a descobrir”.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 1.156**, de 30/11/2010.

UNIPLAC. CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010/2018**.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. **PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, Edital n. 11/2012.

UNIPLAC. **Projeto do Curso de Licenciatura em Arte-Educação com Habilitações em Artes Visuais, Artes Cênicas e Música**. Lages: Universidade do Planalto Catarinense, 2001.

UNIPLAC. **Projeto das Licenciaturas Compartilhadas: curso de Arte (Habilitação em Artes Visuais e Música)**. Lages: Universidade do Planalto Catarinense, 2007.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; *et al.* **Formação de professores: políticas e debates** (Coleção Magistério – formação e trabalho pedagógico). Campinas: Papyrus, 2002. 174 p.

VELHO, José Rodrigo Santos. **O ensino de música na rede pública municipal da cidade de Lages-SC**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2015.

ZAGONEL, Bernadete. **Arte na Educação Escolar**. Curitiba: Ibpx, 2008.

ZEICHNER, Ken. Novos caminhos para o practicum: uma perspectiva para os anos 90. In: NÓVOA, António. **Os Professores e a sua formação**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1992, p. 115-138.

ZEICHNER, Ken. Para além da divisão entre professor-pesquisador e pesquisador acadêmico.
In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia. **Cartografias do trabalho docente: professor(a)-
pesquisador(a)**. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 207-236.